



DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ANTONIO WELLINGTON DE SOUZA COSTA

**O PROJETO DIRETOR DE TURMA E A EVASÃO ESCOLAR NO TURNO
NOTURNO DA E.E.F.M. DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA**

ASSUNÇÃO-PY

2016



ANTONIO WELLINGTON DE SOUZA COSTA

**O PROJETO DIRETOR DE TURMA E A EVASÃO ESCOLAR NO TURNO
NOTURNO DA E.E.F.M. DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA.**



Tese de Doutorado apresentada à
Universidad Interamericana como requisito
básico para a obtenção do Título de Doutor
em Ciências da Educação.

Orientador: *Dra. Maria Joice Maia Costa
Carneiro.*

ASSUNÇÃO – PY

2016



ANTONIO WELLINGTON DE SOUZA COSTA

Tese de Doutorado apresentada à
Universidad Interamericana como requisito
básico para a obtenção do Título de Doutor.

Data da defesa: Julho de 2016

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

DEDICATORIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, a minha família pela fé e confiança demonstrada.

A minha mãe, Luiza Costa, exemplo de luta, perseverança, graça e amor incondicional.

A minha esposa Aírtes Costa, que com doçura, carinho, atenção e compreensão, esteve ao meu lado na construção deste trabalho abdicando de alguns momentos nossos e ajudando a perseverar.

Aos meus filhos: Igor, Wellington Filho, Gabriel, João Victor, Isabelle, Paulo Salomão. Extensão de minha existência e para quem deixarei um legado de trabalho, conhecimento dignidade e cidadania.

Aos meus irmãos: Tereza, Wilson Júnior; em especial a José Willams, o “velho bomba”, que não se encontra mais neste plano material.

Aos meus amigos pelo apoio incondicional. Aos professores da minha escola pelo simples fato de estarem ao meu lado no dia a dia de trabalho e na árdua tarefa de ensinar.

Aos orientadores pela paciência demonstrada no decorrer do trabalho.

Enfim, a todos que de alguma forma tornaram este caminho menos difícil de ser percorrido.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, que nunca me abandonou mesmo nos momentos mais difíceis e por tudo que representa em minha vida.

Há um dito popular que diz: “Fácil é pedir, agradecer é que é difícil”, para evitar qualquer esquecimento, que possa parecer ingratidão, assim o faremos: Agradeço a todos aqueles que me possibilitaram a concretização deste trabalho, de maneira direta ou indireta.

Agradeço aos antigos e atuais mestres e professores na minha formação; aos colegas de magistério, tanto da escola particular quanto da escola pública nesses 25 anos de docência; aos gestores que me acolheram e acolhem, enquanto profissional; aos amigos presentes e ausentes em toda minha vida; aos alunos sem os quais este trabalho não teria sentido, nem seria viável; aos funcionários e demais professores e todos que fizeram e fazem parte da minha existência e militância em educação.

Muito Obrigado e sincera gratidão.

Queira!
(Queira!)
Basta ser
sincero E
desejar
profundo
Você será
capaz

De sacudir o
mundo Vai!

Tente outra
vez!
Humrum!...

Tente!
(Tente!) E
não diga

Que a vitória
está perdida
Se é de
batalhas

Que se vive
a vida

Han!

Tente outra
vez!...

Raul
Seixas

Composição: Raul Seixas/
Marcelo Motta / Paulo Coelho

RESUMO

A escola, família, sociedade em geral e o poder público são responsáveis pela formação educacional da criança e do adolescente. No entanto, a evasão escolar constitui uma realidade que nega essa formação. Deixar de frequentar a aula e abandonar a escola durante o ano letivo caracteriza uma evasão escolar. O problema da evasão é um dos grandes desafios na Educação. A frequência desse problema na Escola Pública é alta, levando a sociedade a vários questionamentos acerca dos “porquês” dos altos índices de desistência e abandono escolar. Que fatores levaram o aluno a evadir-se da escola? Que estratégias, projetos, ações do poder público estão sendo desenvolvidas e aplicadas para minimizar as altas taxas de evasão? Para responder a essas perguntas, o presente trabalho de pesquisa fez uso de dados estatísticos de evasão na Escola Dona Hilza Diogo Oliveira, uma escola pública localizada na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil, com o objetivo de analisar as taxas de evasão no período de 2009 a 2014. Para isso foi aplicado um questionário a uma amostra aleatória de N=20 alunos que se evadiram do Ensino Médio, turno noturno. Também foram analisadas 3 narrativas de 3 alunos obtidas aleatoriamente dessa amostra. A subjetivação das narrativas evidenciou fatores desencadeadores da evasão. Uma análise da eficiência e sucesso da ferramenta “Projeto Diretor de Ensino” (PDT) no enfrentamento da evasão escolar nos de 2010 a 2014 nesse estudo de caso foi realizada. O ano de 2009 foi usado com controle, já que ainda não existia na escola o PDT. Concluiu-se que a “situação econômica familiar” foi o fator de maior relevância que exprimiu os altos índices de evasão no ano letivo de 2009. O “Projeto Diretor de Turma” foi considerado eficiente e resultou em sucesso já que os índices de evasão caíram significativamente a partir do ano de 2010, marco da implementação do PDT na escola.

Palavras chaves: Educação. Escola pública. Evasão Escolar. Projeto Diretor de Turma.

RESUMEN

La escuela, la familia, la sociedad en general y el gobierno son responsables de la formación educativa de niños y adolescentes. Sin embargo, el abandono escolar es una realidad que niega esta formación. No asistir a clase y abandonar la escuela durante el año escolar caracteriza el abandono escolar. El problema de la evasión es uno de los grandes desafíos en educación. La frecuencia de este problema en la escuela pública es alta, lo que lleva a la sociedad a varias preguntas sobre los "por qué" de las altas tasas de abandono y evasión. ¿Qué factores llevaron al estudiante a abandonar la escuela? ¿Qué estrategias, proyectos, acciones gubernamentales se están desarrollando y aplicando para minimizar las altas tasas de deserción? Para responder a estas preguntas, el presente trabajo de investigación utilizó datos estadísticos de evasión de la Escuela Dona Hilza Diogo Oliveira, una escuela pública en la ciudad de Fortaleza, Ceará, Brasil, con el objetivo de analizar las tasas de evasión en el período de 2009 a 2014. Para esto, se aplicó un cuestionario a una muestra aleatoria de N = 20 estudiantes que abandonaron la escuela secundaria, turno nocturno. También se obtuvieron 3 narrativas de 3 estudiantes de esta muestra. La subjetividad de las narraciones mostró factores que desencadenaron la evasión. También se realizó un análisis de la eficiencia y el éxito de la herramienta "Proyecto de Director de Clase" para evaluar el abandono escolar en 2010 a 2014. En este estudio de caso el año de 2009 se utilizó con control, ya que el PDT aún no existía en la escuela. Se concluyó que la "situación económica familiar" fue el factor más relevante que expresó las altas tasas de evasión en el año escolar 2009. El "Proyecto del Director de la Clase" se consideró eficiente y resultó exitoso ya que las tasas de evasión disminuyeron significativamente en el año 2010, un hito para la implementación de la PDT en la escuela.

Palabras clave: Educación. Escuela pública. Evasión. Proyecto Director de Clase.

ABSTRACT

The school, family, society in general and the government are responsible for the educational formation of children and adolescents. However, school dropout is a reality that denies this formation. Failing to attend class and dropping out of school during the school year characterizes school dropout. The evasion problem is one of the great challenges in Education. The frequency of this problem in the Public School is high, leading society to several questions about the “whys” of the high dropout and dropout rates. What factors led the student to drop out of school? What strategies, projects, government actions are being developed and applied to minimize the high dropout rates? To answer these questions, the present research work made use of statistical evasion data at Escola Dona Hilza Diogo Oliveira, a public school located in the city of Fortaleza, Ceará, Brazil, with the objective of analyzing evasion rates in the period from 2009 to 2014. For this, a questionnaire was applied to a random sample of $N = 20$ students who dropped out of high school, night shift. 3 narratives of 3 students were also randomly obtained from this sample. The subjectivity of the narratives showed factors that triggered evasion. An analysis of the efficiency and success of the “Class Director Project” tool in tackling school dropout in 2010 to 2014 in this case study was also carried out. 2009 was used with control, since the PDT did not yet exist in the school. It was concluded that the “family economic situation” was the most relevant factor that expressed the high dropout rates in the 2009 school year. The “Class Director Project” was considered efficient and resulted in success since the dropout rates dropped significantly from the year 2010, the milestone of the implementation of the PDT in the school

Keywords: Education. Public school. School dropout. Class Director Project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1. Mapa da Rua Aloísio Loscheider, Barra do Ceará, Fortaleza, Ceará.....	63
Figura 3.2. Foto Panorâmica da Escola Hilza Diogo.....	63
Figura 5.1. Panorama de comparação entre os gráficos dos anos de 2009 e 2010 do percentual de matrícula e evasão da E. D. Hilza Diogo de Oliveira.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.2.1. Matrículas no Ensino Médio no Brasil 2007-2010.....	41
Gráfico 2.2.2. Taxa de insucesso no E. Fundamental e Médio. Brasil, 2015.....	42
Gráfico 2.2.3. Taxa de insucesso no E.Fundamental e Médio. Brasil, 2015.....	42
Gráfico 2.2.4. Evolução de taxa de matrículas. INEP -2005/2015.....	43
Gráfico 2.2.5. Comparação de frequência e matrícula nas Escolas Públicas Brasileiras (2012 -2015).....	44
Gráfico 4.1. Percentual de gênero na amostra de alunos entrevistados da E. D. Hilza Diogo de Oliveira. N=20. Dados do autor.....	77
Gráfico 4.2. Alunos da N=20 da E. D. Hilza Diogo, (%) faixa etária.....	78
Gráfico 4.3. Distância da moradia em relação à E. D. Hilza Diogo. N=20. Fonte: Dados do Pesquisador.....	79
Gráfico 4.4. Percentual de amostra de alunos entrevistados da E. D. Hilda Diogo de Oliveira. Relação Raça/Cor. N=20. Fonte: Dados do autor.....	80
Gráfico 4.5. Atividade econômica exercida pelos alunos entrevistados na E. D. Hilza Diogo de Oliveira. N=20. Fonte: Dados do Autor.....	81
Gráfico 4.6. Percentual de alunos e afinidades com disciplinas da amostra de alunos evadidos da E. D. Hilza Diogo. Fonte: Dados do autor.....	82
Gráfico 4.7. Disciplinas de maior dificuldade relativas à amostra de alunos entrevistados da E.D. Hilza Diogo. Fonte: Dados do autor.....	83
Gráfico 4.8. Pretensão de retorno aos estudos da amostra de alunos entrevistados. E. D. Hilza Diogo. Fonte: Dados do autor.....	84
Gráfico 5.1. Alunos Matriculados e evadidos do Turno Noturno na E. D. Hilza Diogo de Oliveira -2009. Fonte:Secretaria da Escola.....	91
Gráfico 5.2. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno, 2009.E. D.Hilza Diogo. Fonte: Secretaria da Escola.....	93
Gráfico 5.3. Alunos Matriculados e evadidos do Turno Noturno da E. D. Hilza Diogo de Oliveira. Ano de 2010. Fonte: Secretaria da Escola.....	96
Gráfico 5.4. Porcentagem de alunos evadidos do Turno Noturno na E. D. Hilza Diogo de Oliveira. Ano de 2010. Fonte: Secretaria da Escola.....	96
Gráfico 5.5. Alunos Matriculados e evadidos do Turno Noturno na E. D. Hilza Diogo. Ano de 2011. Fonte: Secretaria da Escola.....	98
Gráfico 5.6. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo. Ano de 2011. Fonte: Secretaria da Escola.....	98
Gráfico 5.7. Alunos Matriculados e evadidos do Turno Noturno na E. Hilza Diogo. Ano de 2012. Fonte: Secretaria da Escola.....	100
Gráfico 5.8. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na E. D. Hilza Diogo. Ano de 2012. Fonte: Secretaria da Escola.....	100
Gráfico 5.9. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na E. Hilza Diogo. Ano de 2013.....	102
Gráfico 5.10. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na E.Hilza Diogo. Ano de 2013.....	103
Gráfico 5.11. Alunos Matriculados e evadidos do Turno Noturno na E. Hilza Diogo no ande 2014. Fonte: Secretaria da Escola.....	105
Gráfico 5.12. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na E. D. Hilza Diogo. Ano de 2014.	105
Gráfico 5.13. Curva dos índices de evasão das turmas de E. Médio. Turno noturno. E. D. Hilza Diogo de Oliveira (2009 a 2014).....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1. Estrutura do Projeto Diretor de Turma Anual.....	70
Quadro 3.2. Rol de Diretor de Tuma da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1. Alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2009. Fonte: Secretaria da Escola.....	92
Tabela 5.2. Quantidade de alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2010. Fonte: Secretaria da Escola Hilza Diogo.....	94
Tabela 5.3. Alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2011. Fonte: Secretaria da Escola.....	99
Tabela 5.4. Percentual de alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2012 de acordo com dados cedidos percentuais pela Secretaria da Escola.....	101
Tabela 5.5. Números de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2013. Fonte: Secretaria da Escola.....	104
Tabela 5.6, Número de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira, mostrando com base nesses números coletados, o Percentual de evasão no turno no turno no ano de 2014. Os dados foram cedidos ela Secretaria da Escola.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O MARCO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES.....	26
CAPÍTULO 2 - A EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL E A ESTATÍSTICA DOS FATORES CORRELATOS A ESSA PROBLEMÁTICA.....	39
2.1. Introdução.....	39
2.2. Dados de evasão escolar, matrículas e sucesso ou insucesso nas escolas públicas brasileiras (2000 – 2016).....	41
2.3. O Projeto Diretor de Turma (PDT) - Marco Histórico.....	45
2.4.O Projeto “Professor Diretor de Turma” no Estado do Ceará.....	50
2.5. O sistema de acesso ao Professor Diretor de Turma - SIGE ESCOLA/Secretaria de Educação do Estado do Ceará.....	52
2.5.1. Instruções de acesso ao SIGE ESCOLA.....	53
CAPÍTULO 3 - O OBJETO DE ESTUDO: A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA.....	63
3.1. Aspectos físicos e pedagógicos da E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira	63
3.2. O Projeto “Professor Diretor de Turma” (PDT) na E.E.F.M Dona Hilza Diogo De Oliveira.....	69
CAPÍTULO 4 - PORQUE O ALUNO SE EVADIU DA ESCOLA? DISCUTINDO 3 NARRATIVAS E AS QUESTÕES QUE CONTEXTUALIZAM FATORES RELATIVOS A EVASÃO NO ESTUDO DE CASO.....	72
4.1. Introdução.....	72
4.2. Procedimentos metodológicos.....	75
4.2.1. Fase 1 da pesquisa - determinando a amostragem	75
4.2.2. Fase 2 da pesquisa - Construção das narrativas.....	76
4.3. Discussão dos resultados.....	76
4.4. Três narrativas: Subjetividade, Materialidade e Perspectivas.....	85
CAPÍTULO 5 - O PROJETO DIRETOR DE TURMA É UMA FERRAMENTA EFICIENTE NO ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR?	90
5.1. Abordagem metodológica.....	90
5.2. Análise do número de alunos matriculados e evadidos do turno da noite do ano de 2009 da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira.....	91
5.3. Análise das quantificações de alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113
APÊNDICES.....	118
ANEXOS.....	121

INTRODUÇÃO

A evasão e o abandono escolar constituem um sério e importante problema relacionado à educação brasileira. De acordo com o Censo Escolar de 2016 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) houve uma redução de 3.1% nas matrículas de 2016 em relação as matrículas realizadas no ano de 2015. No ensino médio, a queda no numero de matrículas foi mais acentuada nas redes estaduais. Interessante é a explicação dada pelos pesquisadores dessa ferramenta de pesquisa: essa redução está relacionado a passagem do Fundamental 2 para o Ensino Médio. A pesquisa mostrou ainda que a evasão nas escolas rurais foi mais incidente e ocorreu em todas as etapas de ensino.

Franco e Novaes no inicio dos anos 2000 já discutiram que a evasão escolar havia se tornado um problema concreto no Brasil e que estava envolvida com a compreensão do aluno no contexto da sua subjetividade: crenças, valores, atitudes, entendimento dele mesmo, e de sua materialidade e o contexto social em que vive que é família, moradia, alimentação, acesso ao lazer, deslocamento, atividade produtiva. De acordo com esses autores, esses aspectos contrastam com as expectativas criadas no bojo da educação formal básica em escola pública, criando um verdadeiro amálgama, que diante das políticas descontínuas para educação, colaboram para o processo de evasão escolar (FRANCO; NOVAES, 2001).

No mundo globalizado, a visibilidade da evasão escolar no Brasil tornou-se um problema mais obtuso já que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), pertencentes a ONU (Organização das Nações Unidas) discutem e dialogam sobre subsídios destinados a educação de um modo global com é o caso de países com indicadores de baixos índices em educação na América Latina e mais especificamente o Brasil.

Nesse sentido, segundo a UNESCO (2002) a equidade socioeconômica constitui-se em um critério de grande importância para a avaliação de subsídios educacionais no Brasil e na América Latina. Assim, renda, etnias e sítios ou regiões inerentes aos países contextualizados são dimensões diversas e relevantes no universo

da educação segundo esse órgão mundial. Relativo a isso, no âmbito político e governamental é sugerido no livro “Equidade e financiamento da educação na América Latina” desenvolvido pela UNESCO (2002) que os gastos públicos afetam, de maneira desigual, aqueles que deveriam receber um tratamento mais homogêneo. Dessa forma, as escolas rurais ou da periferia urbana deveriam receber os mesmos recursos que as escolas situadas nos bairros residenciais de classe média para que essa equidade se fizesse concreta. Dando continuidade a essa lógica, conclui-se que tal diferença leva a uma realidade em que são menores as oportunidades da população mais pobre de progredir no sistema educacional e, por conseguinte é menor a chance desses estudantes de usufruírem os subsídios educacionais proporcionados pelas universidades públicas. Nessa realidade, é visível a estratégia das classes de menor renda utilizar uma combinação de instituições públicas e privadas que maximize as oportunidades do aluno de ter acesso às profissionalizações mais atrativas e dessa forma, como uma engrenagem bem estabelecida, receber elevados subsídios. Dessa forma esse documento da UNESCO assinala que as instituições privadas de ensino acentuam, provavelmente, as desigualdades na distribuição dos subsídios da educação pública (MORDUCHIWICZ, 2002).

Finalmente, de acordo com o referido livro desenvolvido pela UNESCO (2002), Tanto a corrupção quanto decisões equivocadas ou influenciadas politicamente levam a ineficiência e, ademais, a interferência política nos processos educacionais pode afetar gestão escolar, nomeação de diretores de escolas, cargos administrativos e outros elementos determinantes no processo educativo.

Nesse contexto, os dados revelaram que em países de baixa renda, a taxa de evasão de estudantes de 15 a 17 anos é de 59%, enquanto nos países ricos é de apenas 6%. Esses números apontam disparidades entre os jovens de nações ricas e pobres corroborando com os informes de 2002, onde um documento da UNESCO fazia referência à diferença de classes social como critério de desigualdade e prognóstico de insucesso dos estudantes menos favorecido socioeconomicamente. Ainda, a UNESCO alerta que esse problema fica mais agravante com a idade já que os dados revelaram que 139 milhões de jovens de 15 a 17 anos não estão matriculados em nenhum colégio, significando que 1 em cada 3 adolescentes não está estudando. De acordo com essa

pesquisa a taxa latino-americana de evasão escolar de crianças e adolescentes (9,9%) bem mais alta do que a taxa na Europa (4,3%). Ásia Central (7,6%) e no Leste e Sudeste Asiáticos (9%).

É fato notório que a evasão escolar no mundo é uma grave problemática sendo a questão da baixa frequência de adolescentes na escola ainda mais agravante, o que levou a UNESCO a comunicar entre outros, os seguintes questionamentos: (1) “Esses novos dados revelaram o tamanho da lacuna que precisa ser preenchida para garantir o acesso universal à educação” e (2) “Precisamos de abordagens mais abrangentes e focadas, somadas a mais recursos para alcançar crianças e jovens que têm o direito à educação negado, com ênfase social nas meninas e em melhorar a qualidade da educação para todos.”

A grande questão é: como melhorar a qualidade de vida destes milhões de jovens que estão fora da escola? Quais ações devem ser criadas, tomadas, elaboradas para minimizar essa “lacuna” percebida na atual conjuntura globalizada de acordo com a pesquisa da UNESCO? Como se pode preencher essa lacuna para que seja garantido o acesso a educação de forma universal? Quais estratégias, tipos de políticas públicas, ações de cidadania e ferramentas tecnológicas e didáticas podem transformar essa realidade preocupante que é a da evasão escolar e o não direito a educação no mundo, fundamentalmente para as crianças e os adolescentes dos países pobres?

Dentre os 17 objetivos da ONU para o desenvolvimento sustentável do mundo, o Objetivo número 4 é o de “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”. Nesse contexto, está a questão de minimizar a evasão escolar e a inserção de jovens no mundo sustentável para a melhoria da sua qualidade de vida, como segue *ipsis verbis*:

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

4.2 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior,

incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

No Brasil, segundo dados atuais do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - a evasão escolar é ainda marcadamente acentuada na faixa etária dos 15 a 17 anos, ou seja, em jovens. Previsões estatísticas apontam que no ano de 2017 cerca de 1 milhão de pessoas com idade entre 15 e 17 anos estarão fora da escola. A previsão destes números confronta de forma negativa o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, o qual estabeleceu a meta de universalizar o atendimento à população de 15 a 17 anos até 2016. O IBGE mostrou que essa taxa equivale praticamente à universalização já que esses números constam desde 2016. Contudo, no contexto espacial, os dados revelaram uma grande disparidade regional nos dados sobre índices de analfabetismo entre o Nordeste e o Sul do Brasil.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Estado tem obrigação de oferecer Ensino Fundamental e Médio para todos os brasileiros. Embora algumas iniciativas tenham sido lançadas nas últimas décadas para atingir este objetivo, especialistas dizem que os avanços ainda foram bem desiguais, variando bastante de Estado para Estado. A meta de universalização ainda não foi alcançada por nenhuma região brasileira.

Diante destes fatos, se faz necessário criar meios, ferramentas, engenharias pedagógicas para enfrentar a problemática da exclusão escolar e da evasão a qual vai diretamente de encontro ao futuro das novas gerações. Como mudar a vida de tantas crianças e jovens no mundo, criando novas oportunidades, esperança de vida melhor num mundo melhor se essas crianças e jovens não tiveram acesso à escola, ao conhecimento e a educação com um todo? Como construir dignidade e cidadania estando crianças e os adolescentes fora da escola? Como é possível uma nação se

desenvolver e tornar-se sustentável sem o viés da educação para todos de modo universalizado?

Somente com trabalho sério, governabilidade que aposta na educação, disponibilizando investimentos que possam aumentar o número de escolas públicas de qualidade, boa remuneração para os professores, metodologias modernas e interativas, diálogo com as famílias, apoio social e suporte financeiro para as famílias de baixa renda, condições de moradia e emprego, ou seja, somente com uma grande mudança no panorama socioeconômico das nações empobrecidas é que se pode vislumbrar um futuro melhor para as crianças e jovens que se encontram nesse contexto. Todos que estão envolvidos nesse processo são diretamente responsáveis pelo acontecimento dessas mudanças.

Um dos fatores mais graves contido no complexo problema da evasão escolar é a não conclusão do ensino médio. Um dos principais motivos desse agrave é a dificuldade financeira familiar que obriga o estudante a trabalhar e evadir-se da escola. Essas e outras questões relacionadas devem ter atenção da escola como um todo, principalmente do gestor escolar. Este profissional deve estar envolvido com várias questões da escola, necessitando assim estar mais presente no cotidiano da sala de aula para acompanhar o desenvolvimento dos professores e dos seus alunos, abrir diálogos com todo o corpo escolar no sentido de tornar a escola um elemento vivo.

Nesse sentido, ações como acompanhar a frequência dos alunos; investir em tecnologias de comunicação; discutir e utilizar novas práticas pedagógicas; dialogar com o estudante e a sua família; estar ciente dos motivos da baixa frequência e saída do estudante da escola pode desenvolver competências de discussões e construção de soluções no enfrentamento do problema da evasão escolar. Finalmente, a ação de estar mais presente no dia a dia dos alunos, dos professores e também dos familiares é atitude de grande importância no rol de ações de cunho pedagógico no confronto do complexo problema educacional que é a evasão escolar.

A partir dessa premissa, os seguintes questionamentos podem ser feitos: Que ações governamentais e que políticas públicas educacionais estão sendo usadas no enfrentamento do problema da exclusão e evasão escolar? De que forma o governo do

Estado do Ceará tem enfrentado esses problemas? Quais projetos, programas e ações estão sendo disponibilizadas pelo governo e usadas pelas escolas públicas do Ceará no contexto da evasão escolar? Tais ações (se concretas) e executadas nas escolas públicas cearenses obtiveram sucesso na diminuição dos números que expressam a evasão escolar na relação tempo/espço? Como se comportam as curvas de inclusão e exclusão escolar no Estado do Ceará em relação aos outros estados brasileiros nesses últimos anos?

Em se falando de mudanças e ações no contexto da exclusão escolar, o governo do Estado do Ceará tem desenvolvido projetos que miram e objetivam a diminuição dos números da evasão escolar no Estado como um todo.

O projeto Professor Diretor de Turma (PDT) está vigente no Estado do Ceará desde o ano de 2008. Trata-se de um projeto inovador, contribuindo nos processos de ensino e aprendizagem, evidenciando sensibilidade e apoio do núcleo gestor e postura docente de escuta coerente com o perfil do diretor de turma e baseada no diálogo (SEDUC, 2015).

A proposta desse projeto pedagógico é que o professor, independentemente de sua área de conhecimento, seja o responsável por uma determinada turma, tendo a incumbência de conhecer os estudantes individualmente de modo a atendê-los em suas necessidades. Além disso, o “Professor Diretor de Turma” tem a responsabilidade de: mediar relações entre a sua turma e os demais segmentos da comunidade escolar; trabalhar no contexto da formação cidadã dos alunos; trabalhar para o desenvolvimento de competências socioemocionais como os estudantes. Como ação continuada do PDT, em 2018, todos os Professores Diretores de Turma no Estado do Ceará participaram do “Programa de Formação Continuada Diálogos Socioemocionais” que teve como objetivo o desenvolvimento de competências socioemocionais de forma intencional, com vistas a uma formação integral do educando (SEDUC, 2015).

O Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (SEDUC), vem estudando e buscando criar novos programas para o combate da evasão escolar. Esses programas têm por objetivo garantir o acesso e permanência de todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos nas instituições de ensino e devem interceptar o Projeto Professor

Diretor dando continuidade do uso de ferramentas como o monitoramento da frequência e do desempenho dos estudantes; observações e análises da transição do Ensino Fundamental para o ensino médio e articulação com o Conselho Tutelar do Município (SEDUC, 2015).

Na forma de pesquisador que tem experienciado a problemática da evasão escolar na função de gestor escolar, o autor é interagente e partícipe do problema da evasão. Nesse sentido, dentro do referido contexto, o seguinte questionamento foi construído: o Projeto Diretor de Turma (PDT) é uma ferramenta eficiente no sentido de minimizar os números estatísticos que expressam a evasão escolar? O PDT teve sucesso na Escola usada como estudo de caso nesse trabalho? Como se comportou a curva de evasão escolar da escola modelo de estudo de caso nesse trabalho após a implementação do PDT se comparada à curva que expressou a evasão escolar antes da implementação desse projeto? Que ações desenvolvidas pela escola analisada nesse trabalho de pesquisa foram fundamentais para o sucesso ou insucesso do Projeto Direto de Turma frente à realidade da evasão na escola Dona Hilza Diogo de Oliveira, objeto de pesquisa desse trabalho de Tese?

O presente trabalho se propõe a responder tais questionamentos tendo por meta colaborar significativamente com outras pesquisadas que abordam o contexto da evasão escolar frente ao uso da ferramenta pedagógica denominada “Projeto Diretor de Turma”. Essa ferramenta consiste numa das ações do governo do Estado do Ceará, Secretaria de Educação (SEDUC) junto a outros programas e projetos desenvolvidos para o enfretamento da questão da evasão escolar.

Para isso, usamos como objeto de trabalho o Estudo de Caso da E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira, uma escola pública estadual, situada na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, Brasil.

O Estudo de Caso se deu início através de uma pesquisa de natureza quantitativa por um mapeamento junto à secretaria da escola selecionando de forma aleatória uma amostra de 30 alunos evadidos entre os anos de 2010 a 2014. O Controle foi o ano letivo de 2019. Essa amostra de alunos do Ensino médio do turno noturno respondeu a

um questionário adaptado do modelo proposto por “Indicadores de qualidade na educação básica”, Ação Educativa, São Paulo, 2007.

Num segunda momento, uma amostra de três alunos (subconjunto da amostra N=20) foi utilizada para a coleta de 3 (três) narrativas espontâneas contextualizando as questões relativas a evasão escolar dos alunos que narraram seus próprios históricos.

Os dados coletados foram tratados estatisticamente. Os gráficos e as tabelas foi feitas com a ferramenta Excel.

O objetivo central da investigação consiste em compreender a evasão escolar na E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira e de que forma a implantação do “Projeto Diretor de Turma” na escola influenciou a curva de evasão nessa escola nos últimos 5 anos.

Quando da implementação do Projeto Diretor de Turma, a política da Secretaria de Educação do Ceará – SEDUC propunha a elaboração de Projeto Político Pedagógico (PPP) e de um Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) como pressupostos para as escolas estabelecerem metas para melhoria da aprendizagem e combate a evasão escolar, a partir das metas estabelecidas e cumpridas ocorreria o repasse de recursos financeiros para gerenciar as escolas, que deveriam possuir uma gestão democrática e participativa. O governo vigente era o primeiro mandato do Luis Inácio ‘Lula’ da Silva sucessor de um governo que olhava somente para o Ensino Fundamental e havia esquecido o Ensino Médio.

Quanto à questão da revisão histórica da educação brasileira realizada no primeiro capítulo do presente trabalho, está implícito o propósito é de contextualizar o autor como sujeito ativo na educação cearense com experiência em escola pública. Nesse sentido, a breve revisão histórica da educação brasileira foi um meio de se poder ter uma breve noção da descontinuidade das políticas educacionais, processo de construção do corpo da escola pública. Nesse contexto e como sujeito da práxis educacional o autor experimentou a docência, passando pela gestão e culminando na ação de pesquisar tratando o viés da evasão escolar como forma de exercício de gestão no formato de pesquisador.

Finalmente, o Objetivo Geral do presente trabalho é avaliar a eficiência do Projeto Diretor de Turma no contexto do processo de evasão na escola tendo como modelo a E.E.F.M Dona Hilza Diogo de Oliveira no marco temporal de 2010 a 2014.

Como objetivos específicos o presente trabalho pretendeu:

- ◇ Contextualizar a educação pública brasileira em seu processo histórico, político e socioeconômico no intento de compreender o processo de evasão escolar;
- ◇ Avaliar os dados de evasão escolar na E.F.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira, no ensino médio, no turno da noite no 1º ano, 2º ano e 3º ano sequenciais num período de 2010 a 2014;
- ◇ Contribuir de forma significativa no enfrentamento do processo de evasão escolar pelo uso das observações e análises feitas no estudo de caso;
- ◇ Contribuir para promoção e aprendizagem dos alunos da E.F.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira através da proposta de construção de um projeto de readequação do PPP - Plano Político Pedagógico da escola fazendo uso das observações e análises realizadas nesse trabalho de pesquisa;
- ◇ Ter a percepção de que forma (positiva ou não) o Projeto Diretor de Turma e sua implementação na EEFM Dona Hilza Diogo de Oliveira a partir do ano de 2010 influenciou os índices de evasão escolar no turno noturno.

CAPÍTULO 1 - UMA BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O MARCO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES

No ano de 1961, no governo João Goulart foi promulgada a primeira LDB brasileira.

Antes, no ano de 1946, com o fim da 2ª Guerra e a queda da ditadura Vargas, é elaborada uma nova Constituição Federal no governo Eurico Gaspar Dutra que tentava reorganizar o país no pós-guerra. Essa nova Constituição previra a elaboração de uma lei que norteasse a educação nacional onde Mariani convoca uma comissão de notáveis para a elaboração do anteprojeto de diretrizes e bases da educação (SAVIANI, 2007).

Num primeiro momento, o projeto acabou sendo obstruído por Gustavo Capanema (O parecer Capanema). Como a proposta relatada por Almeida Júnior defendia a descentralização de atribuições, conferindo a oferta da educação pública a estados e municípios e deixando a União com função apenas supletiva e regulatória, Capanema, relator do anteprojeto, acabou por recomendar e conseguir seu arquivamento (REVISTA EDUCAÇÃO, 2015).

No ano de 1959, Carlos Lacerda apresentou um substitutivo ao projeto, seguido de outro em janeiro de 1959, que ficariam conhecidos pelo nome de “Substitutivo Lacerda”. Carlos Lacerda ressaltou a prevalência do “direito inalienável e imprescritível da família” de escolher a educação dos filhos, entretanto, Roque Spencer Maciel de Barros, um defensor da escola pública, articulou juntos a outros o movimento de defesa da escola pública. Dessa forma, Barros ajudou a desconstruir o discurso de Lacerda, mostrando que, sob a fachada da visão liberal, havia mais oportunismo do que fundamento filosófico. Finalmente, o texto final da LDB condensado entre a proposta inicial e os filtros interpostos pela representação do Congresso Nacional foi feito (REVISTA EDUCAÇÃO, 2015).

Antes da era Vargas, os assuntos ligados à educação no Brasil eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. No governo de Getúlio Vargas foi então criado em 1930 o Ministério da Educação recebendo nesse marco a denominação de Ministério da Educação e Saúde Pública já que se tratava de

uma instituição relativa a atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente.

No ano de 1932, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira junto a outros intelectuais preocupados em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado lançaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova o qual tinha a como proposta que o Estado organizasse um plano geral de educação na forma de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

Já no ano de 1934 a educação passou a ser vista no Brasil como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, sendo essa convenção fruto da nova Constituição Federal.

De 1934 a 1945, o Ministério da Educação e Saúde Pública tem o marco da reforma do ensino secundário e do ensino universitário no contexto da implantação das bases da educação nacional.

Em meados de 1953 surge o Ministério da Educação e Cultura - MEC.

No ano de 1969 foi aprovada a 1ª. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a qual proporcionou aos órgãos estaduais e municipais mais autonomia, diminuindo a centralização do MEC.

No ano de 1962 foi criado o salário educação, fato marcante na história do Ministério da Educação sendo nos dias de hoje ainda uma fonte de recursos para a educação básica brasileira.

No ano de 1968 ocorre a reforma universitária, em 1968 com a LDB do ensino superior que assegurou autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades.

No ano de 1971, a educação recebe uma nova LDB onde o ensino passa a ser obrigatório dos sete aos 14 anos com um currículo comum para o primeiro e segundo graus e uma parte diversificada em função das diferenças regionais.

No ano de 1996 ocorre uma nova reforma na educação brasileira trazendo muitas mudanças às leis anteriores como: inclusão da educação infantil (creches e pré-escola); formação adequada dos profissionais da educação básica. Ainda nesse ano o Ministério da Educação criou o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - para atender ao ensino fundamental com recursos das receitas dos impostos e das transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios vinculados à educação.

No ano de 2006 o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Atualmente toda a educação básica, da creche ao ensino médio é beneficiada com recursos federais da União.

No ano de 2007 é lançado o PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação - cuja ação está focada no conceito de que investir na educação básica significa investir na educação profissional e na educação superior.

Nesse contexto histórico e conceitual é relevante enumerar as importantes competências do MEC. Como órgão da administração federal direta o Ministério da Educação tem as seguintes competências:

- I- Política nacional de educação;
- II- Educação infantil;
- III- Educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, Educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação à distância, exceto ensino militar;
- IV- Avaliação, informação e pesquisa educacional;
- V- Pesquisa e extensão universitária;
- VI- Magistério;
- VII- Assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Dando continuidade aos marcos é sabido que a história da educação se entremeia pela predominância de uma “educação pública religiosa”. Reflexo de uma política

mercantilista no século XV – XVI, o “achamento” do Brasil é consequência do expansionismo português, que no pleno exercício absolutista e da aliança Rei-Igreja católica, entrega nas mãos dos jesuítas a missão de educar-catequizar os índios e filhos de colonos, que se aventuravam, ou eram degredados para esses “confins” (LUZURIAGA, 1959; SAVIANI, 2008).

Financiados pela coroa portuguesa, por D. João III, os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 aqui permaneceram até 1759, em primeiro momento, até sua expulsão pelo Marquês de Pombal, primeiro ministro do Rei D. José I, que adepto das ideias iluministas decidiu extinguir o legado jesuítico, instaurado às “aulas régias”, que seriam financiadas pela coroa, através do “subsídio literário” (LUZURIAGA, 1959; SAVIANI, 2008).

Passava-se então da educação pública religiosa para a “educação pública estatal”. Contudo as ideias de Pombal não iriam tão longe, pois havia uma escassez de mestres para aplicação das aulas régias - os mestres tinham sido formados pelos jesuítas, prevalecia o modo jesuítico que diferenciava a formação da elite dos índios e colonos; a colônia não contava com uma estrutura de arrecadação que financiasse o “subsídio literário”, ou seja, não havia dinheiro para a educação e finalmente a ordem política – o falecimento do D. José I levou ao trono português D. Maria I, a qual temendo às ideias iluministas isola a colônia culturalmente (LUZURIAGA, 1959; SAVIANI, 2008).

A independência proclamada em 1822 não trouxe modificações profundas. Dependia-se financeiramente da Inglaterra. Sensação de frustração ou mesmo decepção ocorreu quando D. Pedro I fechou a assembleia constituinte, de 1823 e outorgou a Constituição de 1824, que não modificou a Lei que declarava livre a instrução popular, ainda de 1823. A dita Lei abria o caminho à iniciativa privada eximindo o Estado à responsabilidade sobre a instrução popular estabelecida desde Pombal (LUZURIAGA, 1959; SAVIANI, 2008).

Após a reabertura do parlamento em 1826, no ano seguinte 1827, foi aprovada uma Lei que estabelecia a abertura de uma escola de primeiras letras em cidades, vilas, lugares populosos. Mais uma vez a Lei não foi obedecida, existia, mas não valia. A

responsabilidade sobre o ensino primário passou então às províncias, ficando o Estado Nacional eximido de tal responsabilidade, devido um ato adicional à Constituição do Império, promulgada em 1834. Esbarra-se no financiamento das escolas primárias, pois as províncias não tinham dinheiro nem recursos humanos para cumprir esse “dever” (XAVIER, 1980; SAVIANI, 2008).

A proclamação da República parecia sinalizar positivamente para que as mudanças fossem efetivas, contudo em se tratando de educação o que ocorreu foi a separação do ensino laico e do ensino religioso, vindo a partir da separação da Igreja e do Estado. A responsabilidade do ensino primário ficou sob a tutela dos Estados Federados, as chamadas antigas províncias.

Foi na segunda década do século XX, nos anos 20 (vinte) que se sentiu a necessidade de combater o analfabetismo, vivia-se a euforia da modernidade. Mota (2009) registra a criação da ABE – Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro, em 1924. Surgiu na ABE o movimento de Escolas Novas e tornava-se ponto de discussão e debate a obrigatoriedade do ensino, a questão laica, a gratuidade, a co-educação e o Plano Nacional de Educação (SAVIANI, 2008).

A revolução de 1930, que colocava fim no revezamento de paulistas e mineiros no Governo Federal, a denominada “Política Café com Leite”, trouxe uma revolução para a educação: a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, em 1930 e a reforma denominada Francisco Campos, em 1931, primeiro Ministro da Educação.

A reforma Francisco Campos se estruturava na organização do ensino em: Ensino Superior, Ensino Secundário em Ciclos, Ensino Fundamental (5 anos) e Complementar (2 anos), Ensino Profissional (comercial), Curso Médio (profissionalizante) Curso Superior de Finanças (3 anos).

Considerando o constrangimento do analfabetismo denunciado na década de 1920, a década de 1930, iniciada com a Revolução, trouxe uma necessidade de pensar à educação e de realizar mudanças. Nessa perspectiva, em 1932, é difundido O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional (1º manifesto, redigido por Fernando de Azevedo) que difundia as seguintes ideias e princípios: autonomia e descentralização do ensino;

gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e ensino laico; processo pedagógico centrado no aluno; educação direito de todos; reconstrução da educação em âmbito Nacional; relação entre educação e desenvolvimento. Os pioneiros da educação apontavam uma direção para a construção de um sistema nacional de educação (SAVIANI, 2008).

O manifesto dos pioneiros da educação nacional exerceu grande influência para Constituição de 1934 que: atribuiu à União a tarefa absoluta de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, principalmente através da elaboração do Plano Nacional de Educação; criava os conselhos de educação nacional e estaduais, conferindo autonomia aos Estados e Distrito Federal para organizar seu sistema de ensino; estabelecia a gratuidade do ensino primário em escolas públicas através de percentuais de impostos da União, Estados e Municípios; estabelecia a obrigatoriedade de auxílio a alunos carentes – pode-se dizer que surgia o antecessor do Programa Bolsa Família.

O governo de Getúlio Vargas que se divide historicamente em três fases: de 1930 a 1934; de 1934 a 1937; de 1937 a 1945 – iniciou com inovações na educação, para na última fase retroceder, na 3ª (terceira) fase, o Estado Novo, a ditadura de Vargas. A Constituição desse período isentava o poder público do dever quanto à educação, de inspiração privativista, pregava que não se constituía num “direito”.

As pressões sobre Vargas, a crise no Estado Novo e a reivindicação da sociedade quanto à redemocratização provocou sobre a educação uma reação. Assim foram promulgadas as Leis Orgânicas do Ensino, entre 1942 e 1946, um conjunto de reformas que reorganizava o ensino em: Ensino Técnico Profissional - Industrial, Comercial e Agrícola com um Ciclo Fundamental, em 4 anos, e o Técnico de 3 a 4 anos; Ensino Secundário - 1º Ciclo, Ginásial (4 anos) 2º Ciclo, Colegial - Clássico (3 anos), Científico (3 anos). O Ensino Primário, em 1946, ganha uma Lei Nacional onde se distinguia: Fundamental (crianças de 07 a 12 anos); Elementar (4 anos) e Complementar (1 ano); Primário Supletivo (adolescentes e adultos) e o Normal. Denominada de Reforma Capanema, as Leis Orgânicas do Ensino procuram atender à necessidade de uma sociedade em progresso econômico-industrial, contudo apresentam a divergência quanto ao mundo do trabalho e a formação para uma elite (SAVIANI, 2008).

A Legislação Complementar da reforma do ensino profissional criava o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em 1942, e do SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, em 1946, em parceria com a CNI - Confederação Nacional da Indústria e CNC – Confederação Nacional do Comércio.

A Constituição de 1946 retoma a destinação de recursos públicos para educação, talvez para desfazer o equívoco da Constituição de 1937.

A consolidação da democracia na figura do presidente Dutra (1946-1951) traz o liberalismo econômico como orientação para a economia e retoma os princípios dos pioneiros diluídos na Constituição de 1946. Surge o primeiro projeto de LDB, inspirado na Constituição de 1946, de caráter liberal-democrático, denominada de Projeto Clemente Mariani. Dentre as discussões aparece a centralização-descentralização do ensino (1948-1958). No projeto da LDB apareciam como características principais: Obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Primário e da escola pública em seus vários níveis; obrigações concernentes de um Conselho Nacional de Educação; Proposta da criação de um Sistema Federal de Educação com o objetivo de organizá-la e administrá-la, bem como sistemas estaduais de educação com administração e organização a cargos dos estados (SAVIANI, 2008).

Os anos de 1955-1961 são marcados pela necessidade de um progresso urgente. É o período do Governo de Juscelino Kubitschek - ideologia nacionalista e “desnacionalização” econômica dependente. O 2º. Projeto de LDB - substitutivo Lacerda possui um caráter privativista com uma discussão em torno da liberdade de ensino e a competência sobre a promoção da educação – escola pública ou escola privada (1958-1961), em contrapartida, em 1959, é divulgado o Novo Manifesto dos Educadores em defesa da Escola Pública (SAVIANI, 2008).

Enquanto o Substitutivo Lacerda defendia a liberdade de ensino e o direito da família de educar os filhos; a igualdade absoluta de condições para o ensino privado e o público quanto à direção, conteúdos e distribuição de verbas; o Novo Manifesto defendia os aspectos sociais da educação e dos deveres do Estado para com a escola pública. Quem assinava o manifesto, era o mesmo educador que assinara o de 1932 – Fernando Azevedo.

Num período de treze anos foi aprovada a primeira LDB (Lei 4.024) em 20 de Dezembro de 1961 com certa frustração porque não atendia as expectativas criadas em quem esperara tanto pelo momento.

A primeira LDB (4.024 – 20/12/1961) distanciava a fronteira entre formação básica geral e formação para o trabalho se estruturava organizacionalmente: Ensino Superior; Ensino Médio - Ciclo Colegial (3 anos), Ciclo Ginásial (4 anos); Ensino Técnico (Industrial, Agrícola, Comercial e de Formação de Professores); Ensino Primário (4 anos); Ensino Pré-Primário - Escolas maternais e jardins da infância. Instituiu o exame de admissão para o aluno passar do Primário para o Ginásio. Organizava os ciclos Ginásial e Colegial dividindo-os em ramos de ensino: Secundário, Comercial, Industrial, Agrícola, Normal e outros (SAVIANI, 2008).

No ano de 1964, o início do governo militar, de ideologia nacionalista e dependência econômica, representa um retrocesso para educação, tanto para o exercício do pensamento das liberdades individuais, como para o tecnicismo que dominara a educação brasileira. A dependência do capital estrangeiro faz a educação tornar-se joguete de acordos MEC-USAID – Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional. A educação se volta para os principais eixos: educação e desenvolvimento - formar profissionais para atender às necessidades urgentes de mão de obra especializada num mercado em expansão; educação e segurança - formar cidadãos conscientes, através do estudo das disciplinas: Educação Moral e Cívica, OSPB e EPB; educação e comunidade - criação de conselhos de empresários e mestres (SAVIANI, 2008).

O ano de 1971 que corresponde ao “milagre brasileiro” (de 1968 a 1973) foi escolhido para publicação da Lei 5.692 (11/08/1971) que apresentava a reforma do ensino médio tentando diminuir o fosso entre a formação básica geral e a formação para o trabalho, contudo a publicação do texto foi dúbia, deixando transparecer a ideologia de acesso à universidade, para os filhos da elite burguesa; o mundo do trabalho, para uma classe média de poder aquisitivo menor, e os filhos dos trabalhadores. A Lei insistia na vocação para o trabalho – iniciação e habilitação, reflexo do tecnicismo muito próprio dos militares. Organizou em 1º e 2º Graus o ensino, onde o 1º Grau,

junção do Primário com o Ginásial deveria ser cursado em 8 (oito) anos; o 2º grau de 3 (três) a 4 (quatro) anos, caso fosse um profissionalizante (SAVIANI, 2008).

O governo militar chegou ao seu final e no esteio da redemocratização do país, a chamada Nova República, é promulgada a Constituição de 1988 que trazia pontos importantes para educação: gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; ensino fundamental obrigatório e gratuito; extensão progressiva da gratuidade e obrigatoriedade ao ensino médio; atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos; valorização dos profissionais do ensino, com planos de carreira para o magistério público; autonomia universitária; aplicação anual pela União de 18%, Estados, Municípios e Distrito Federal de 25% no mínimo da receita de impostos; distribuição dos recursos públicos assegurando prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório nos termos do Plano Nacional de Educação visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e integração das ações do poder público que conduzem a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país.

A Constituição de 1988, em suas posições para educação, que desencadeará a LDB 9.394 – 20/12/1996 traduz o avanço que a sociedade brasileira alcançou, após anos de regime militar, deixando o legado dos acordos com bancos estrangeiros para o financiamento da educação enquanto condição para os empréstimos, exige-se em contrapartida a “melhoria da qualidade” na educação pública essa melhoria medida a partir de avaliações externas costuma espelhar o despreparo dos alunos, que sofrem no seu contexto em variáveis tanto material como subjetiva (SAVIANI, 2008).

A história abordada nos direciona a perceber o viés da evasão pela descontinuidade de políticas públicas. Durante muitos anos foram publicadas as mesmas medidas e princípios para melhoria da educação, e considerando a construção de apenas duas LDB's ao longo da história brasileira, apenas com a última versão, Lei 9.394 de 20/12/1996, conseguiu-se alguns avanços que se encontram em processo de implantação.

Percebemos que se levou muito tempo para tornar a educação acessível ao filho do trabalhador e ao se contrapor ao período atual percebe-se que a realidade socioeconômica coloca o filho das camadas populares ainda numa situação de evasão escolar.

A compreensão do quadro atual da educação brasileira, da vigência da LDB (9394/96) do PNE (10.172), ainda em vigor e que deverá ser substituído pelo de 2011-2020, necessita de um olhar histórico para o entendimento das discrepâncias entre um discurso oficial, que elege a educação, enquanto prioridade de governo; uma prática distorcida, que não prioriza verbas para tal prioridade, relegando-a ao descontínuo de medidas, ações e práticas, em detrimento do grupo político-partidário que assume a direção do país. Nesse sentido, Saviani (2008) pontua:

“Se não quisermos ser pessimistas, o que nos levaria a considerar que a proclamada ‘década da educação não passaria de mais uma tirada demagógica, só nos cabe concluir que a LDB confiou ao próprio Plano Nacional de Educação a garantia de êxito da ‘década da educação’. Fixando as diretrizes e metas, o plano especificaria também os recursos necessários para que as metas fossem atingidas ao longo dos dez anos de sua vigência”.

A “década da educação” citada por Saviani (2008) contemplaria da vigência do PNE (10.172) de 09 de janeiro de 2001 até aproximadamente ao ano de 2011. A LDB aprovada em Dezembro de 1996, teria o seu PNE enviado ao Congresso em 1998 e a aprovação do mesmo em Janeiro de 2001. Destacamos que o PNE é o dispositivo que faz a vigência concreta da LDB através de: estratégias, metas, orçamentos, execução dentro outros aspectos.

De acordo com Dourado (2010) “a relação entre estado, educação e políticas educacionais é marcada por processos e dinâmicas complexas, que traduzem a historicidade das relações sociais mais amplas, suas prioridades e formas ideológicas”.

Nesse sentido, Dourado (2010) ainda destaca que:

“O atual PNE (LEI Nº 10.171, de 09/01/2001) é resultado das ações da sociedade brasileira para garantir as disposições legais contidas no artigo 214 da Constituição Federal, de 1998, o qual sinaliza que a Lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, e à interseção das ações do poder público que conduzam à: I – Erradicação do analfabetismo; II – Universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – Formação para o trabalho; V – promoção humanística. E das

disposições transitórias da LDB que em seu artigo 87, parágrafo 1º, preconiza que a União deveria, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional proposta de PNE, indicando diretrizes e metas para os dez anos seguintes com a declaração mundial sobre educação para todos”.

A Declaração Mundial de Educação para Todos, foi uma medida que resultou da Conferência Internacional de Jomtien, em 1990, como uma exigência na UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação e a cultura, diante de um quadro educacional sensível, apresentado pela América Latina sobre o acesso, promoção, aprendizagem dos alunos. Atenta ao advento na economia globalizada, a UNESCO, alerta ao Brasil e aos países da América Latina para inclusão através dos avanços na educação. O Brasil encontrava-se no Governo do Dr. Itamar Franco, após o impeachment do Sr. Collor de Melo (SAVIANI, 2008).

Nesse contexto, é árdua a tarefa de organizar, aplicar e gerenciar diretrizes e bases para um país de tamanho continental e regiões tão peculiares quanto o Brasil, devido ao processo de colonização do mesmo, a esse respeito Saviani (2008,1) destaca:

“(...) percebe-se que a tarefa de fixar diretrizes e bases da educação nacional, isto é, estabelecer metas e parâmetros de organização da educação a serem seguidos pela totalidade de uma nação determinada, implica compreender como a educação se constituiu e se desenvolveu historicamente de modo a se colocar como um problema de caráter nacional”.

Reformas no Ensino Médio são importantes já que podem promover alterações positivas na proposta da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) relativamente a essa etapa da Educação Básica. Uma reforma curricular pode tornar o currículo mais flexível e assim atender melhor os interesses dos alunos do Ensino Médio. A baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país e a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e de reprovação, são boas justificativas para reformar o Ensino Médio já que a baixa qualidade deste é um contundente problema na educação brasileira e também ocorre na educação básica.

Pesquisadores que abordam a questão do abandono e a reprovação apontam os aspectos como relativos aos números altos de evasão escolar:

- ◇ Uma infraestrutura inadequada das escolas como ausência de laboratórios, bibliotecas, espaços para Educação Física e atividades culturais;

- ◇ Incentivo a carreira dos professores, incluindo salários, formas de contratação, não vinculação desses a uma única escola;
- ◇ A questão do afastamento de muitos jovens da escola, particularmente do Ensino Médio que pode decorrer da necessidade de contribuir para a renda familiar, além da realidade dos constantes apelos da mídia e dos grupos a que pertencem no sentido de buscarem recursos para satisfazer desejos e necessidades sociais próprias à sua idade e convivência social.

De acordo com um estudo feito na Unicef (2015) são causas do abandono escolar, além das questões curriculares, a violência familiar, a gravidez na adolescência, a ausência de diálogo entre docentes, discentes e gestores e a violência na escola.

De acordo com os pesquisadores Rumberger e Lim (2008) os fatores que indicam se o jovem abandona ou conclui o ensino médio podem ser divididos em dois grupos distintos:

- 1) Fatores associados às características individuais dos alunos:
 - Desempenho educacional;
 - Comportamento e atitudes do aluno;
 - Características demográficas - cor/raça, gênero.
- 2) Fatores e associados às características institucionais de suas famílias, escolas e comunidades:
 - Aspectos familiares - estrutura, renda, participação na vida escolar dos filhos;
 - Características escolares - composição dos estudantes da escola;
 - Recursos escolares;
 - Políticas e práticas da escola.

Quanto ao abandono escolar no ensino médio no Brasil, os pesquisadores Arroyo (1993) e Meksenas (1998) indicam que essa é uma condição influenciada pela necessidade do jovem entrar no mercado de trabalho tanto para colaborar com a renda familiar quanto para ter sua própria renda para suas necessidades particulares, Em adição, Meksenas (1998) acrescenta que os estudantes do turno noturno que são em sua

maioria de famílias de baixa renda, chegam à escola exaustos de sua maratona diária de trabalho (SOARES; FERNANDES; NÓBREGA; NICOLELLA, 2015).

CAPÍTULO 2 - A EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL E A ESTATÍSTICA DOS FATORES CORRELATOS A ESSA PROBLEMÁTICA

2.1. Introdução

Após a breve viagem feita realizada nas brumas da história da educação brasileira no capítulo 1, uma reflexão acerca do processo de mudanças de cunho organizacional no ensino público provenientes do reflexo de ideologias dos gerentes que assumiram o governo deve ser feita.

De acordo com Araújo (2009), forma-se, então, na escola pública um amálgama de relações nas dimensões de subjetividade e materialidade ou imaterialidade que levam aos seguintes questionamentos subjetivos: quem sou eu? Como sou? Como me percebo? Quanto à materialidade: o que tenho? Como tenho? Como obter o que desejo? – questões que refletem os aspectos sociais e econômicos que permeiam a denominada exclusão social.

Considerando a evasão escolar um princípio para exclusão social, contrapomos o contraste que leva o jovem a escolher entre concluir os estudos, ou trabalhar para não se sentir ainda mais à margem da sociedade de consumo. Sobre exclusão Araújo (2009, p.12) citando Dupas (2000, p.20) conceitua:

“A exclusão social deve ser pensada de forma multidimensional, incluindo uma ideia de falta de acesso não só a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça e à cidadania. Essa exclusão relaciona-se a desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas entre outras”.

De acordo com Almeida (1999) existem seis dimensões principais da exclusão social, a partir do cotidiano real dos indivíduos, demonstrando a abrangência da questão, e desmistificando a exclusão relacionada apenas ao ter.

Nesse sentido, Araújo (2009, 15) expõe de maneira resumida as seis dimensões propostas por Almeida (1999) que se caracterizam enquanto dimensões principais do cotidiano do indivíduo relacionadas à exclusão social:

1. Do *ser*, ou seja, da personalidade, da dignidade, da autoestima e do autorreconhecimento individual;

2. Do *estar*, ou seja, das redes de pertença social, desde a família, até as redes de vizinhança, aos grupos de convívio e de interação social e à sociedade mais geral;
3. Do *fazer*, ou seja, das tarefas realizadas e emprego remunerado (uma vez que a forma dominante de reconhecimento social se assenta na possibilidade de auferir um rendimento traduzível em poder de compra e um estatuto de consumidor ao indivíduo) quer sob a forma de trabalho voluntário não remunerado;
4. Do *criar*, ou seja, da capacidade de empreender, de assumir iniciativas. De definir e concretizar projetos, de inventar e criar ações quaisquer que elas sejam;
5. Do *saber*, ou seja, do acesso à informação (escolar ou não; formal ou informal) necessária à tomada consequente de decisões e da capacidade crítica face à sociedade e ao ambiente circundante;
6. Do *ter*, ou seja, do rendimento, do poder de compra, do acesso a níveis de consumo médios da sociedade, da capacidade aquisitiva concluindo a capacidade de estabelecer prioridades de aquisição e de consumo.

No contexto da problemática da exclusão social Araújo (2009) ressalta:

“Com o surgimento das sociedades modernas, o desenvolvimento foi sendo relacionado à dimensão econômica (produção de riquezas), tendo como referência o progresso técnico-científico e o consumo de bens. Essa noção de desenvolvimento se ancora na ideia de que o progresso é inerente às sociedades agrárias que naturalmente passam para as sociedades industriais - uma forma de evolucionismo que assegura a toda e qualquer sociedade um futuro garantido. A lógica é clara, o progresso leva ao desenvolvimento, entendido como abundância e consumo. Essa busca de progresso é uma meta utilitarista e coloca a economia acima de outros valores e finalidades de promoção da vida humana. Cria-se assim o mito do desenvolvimento econômico”.

2.2. Dados de evasão escolar, matrículas e sucesso ou insucesso nas escolas públicas brasileiras (2000 – 2016)

No Brasil, entre os anos de 2007 e 2010 (gráfico 2.2.1.) foi registrado de acordo com dados do Ministério de Educação (2010) uma estabilidade na oferta de ensino médio, com aumento de 20.515 matrículas em 2010. De acordo com a pesquisa, a rede estadual continua sendo a maior responsável pela oferta de ensino médio e cerca 90% das matrículas.

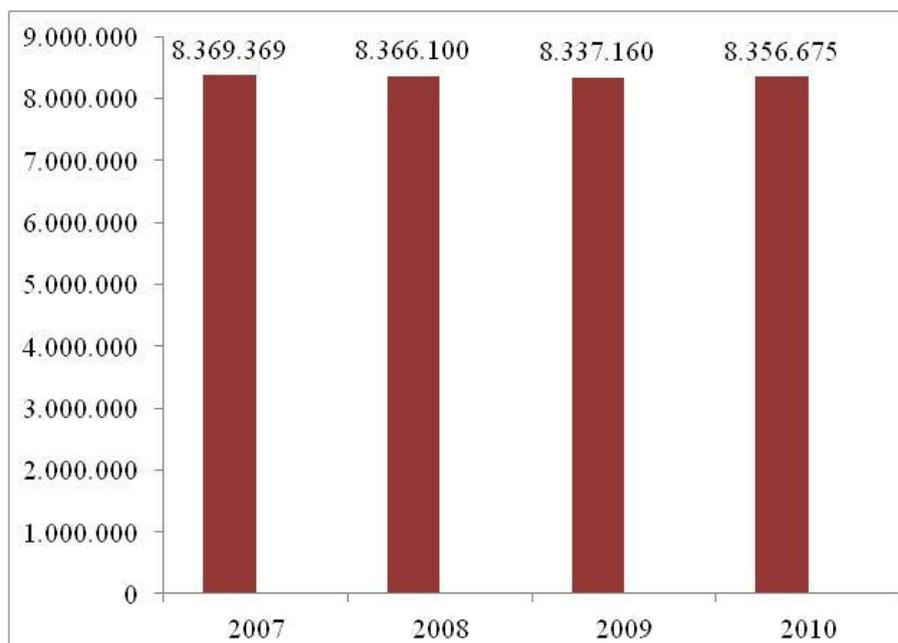


Gráfico 2.2.1. Número de matrículas no Ensino Médio no Brasil – 2007-2010. Fonte: MEC, 2010.

A taxa de insucesso (soma de reprovação e abandono) por série do ensino fundamental e médio no Brasil no ano de 2015 está representada no Gráfico 2.2.2. Observa-se que os alunos das redes públicas e privadas têm comportamento similar de insucesso no primeiro ano do ensino fundamental, já nas séries subsequentes o risco de insucesso dos alunos matriculados na rede pública é bem maior.



Gráfico 2.2.2. Taxa de insucesso no Ensino Fundamental e Ensino Médio no Brasil no ano de 2015 de rede pública e privada. Fonte: MEC, 2015. CENSO, INEP.

O Gráfico 2.2.3 (abaixo) foi desenhado a partir do gráfico 2.2.2., destacando somente o comportamento do insucesso na escola pública dos ensinos fundamental e médio no ano de 2015.

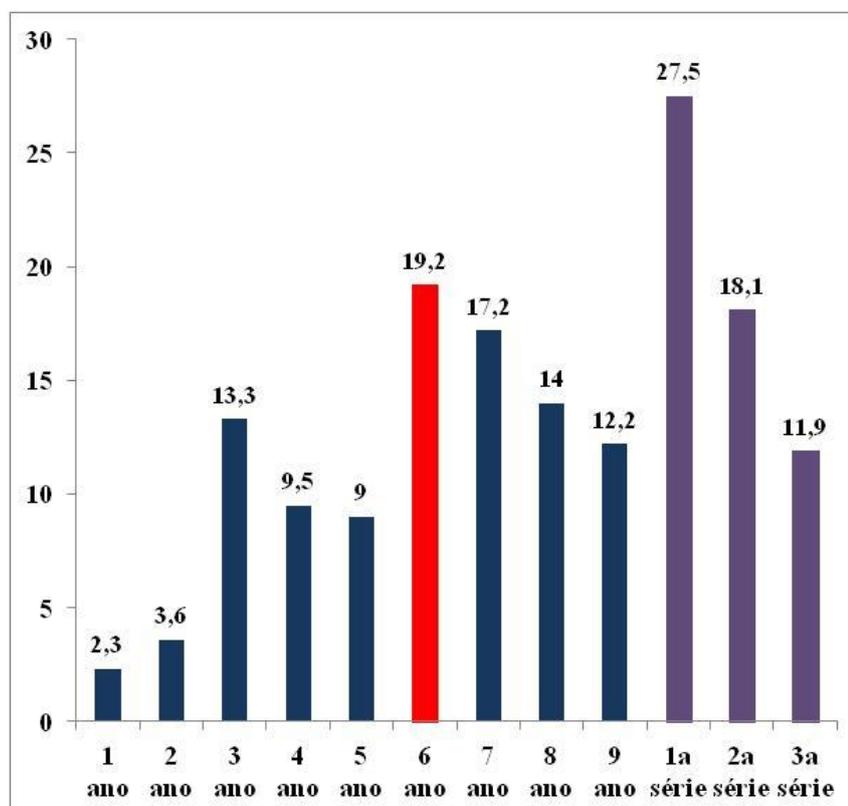


Gráfico 2.2.3. Taxa de insucesso no Ensino Fundamental e Ensino Médio no Brasil no ano de 2015 de rede pública. Fonte: MEC, 2015. CENSO, INEP. (Adaptado pelo autor).

Observa-se na barra vermelha que é no 6º ano do ensino fundamental que ocorre o maior íço de insucesso. Nas barras de cor lilás observa-se um grande insucesso na 1ª série do ensino médio caindo gradativamente na 3ª série. De acordo com o MEC, 2015, os fatores como matrícula, rendimento e evasão escolar são contundentes e relativos a esse panorama. A questão da necessidade dos jovens entrarem de imediato no mercado de trabalho, fundamentalmente do trabalho informal, aquele que não estipula horário e rol de direitos trabalhistas, os jovens saem da escola para as ruas em busca de auxílio para as famílias de baixa renda. Provavelmente esse é um dos fatores mais relacionados ao índice de insucesso e evasão escolar na dinâmica educacional do ensino fundamental para o ensino médio. A região Nordeste do Brasil demonstra uma situação mais acentuada de abandono escolar no ensino médio. Entretanto, programas de apoio à escola e a família para minimizar o problema de evasão escolar estão sendo realizados junto aos governos e as universidades, resultando em importantes projetos. No Ceará, programas de auxílio à diminuição da evasão escolar no estado do Ceará, como os Projetos PDT juntamente a outros Projetos em desenvolvimento consistem em robustas ferramentas de grande valia nessa conquista no setor da educação (SEDUC, 2015). Quanto à evolução de taxa de matrículas, os dados do MEC, referentes à pesquisa realizada pelo Censo Escolar no Brasil, INEP, 2015, os dados mostraram um comportamento estável dos anos 2005 a 2015 de acordo com o Gráfico 2.2.4 abaixo.

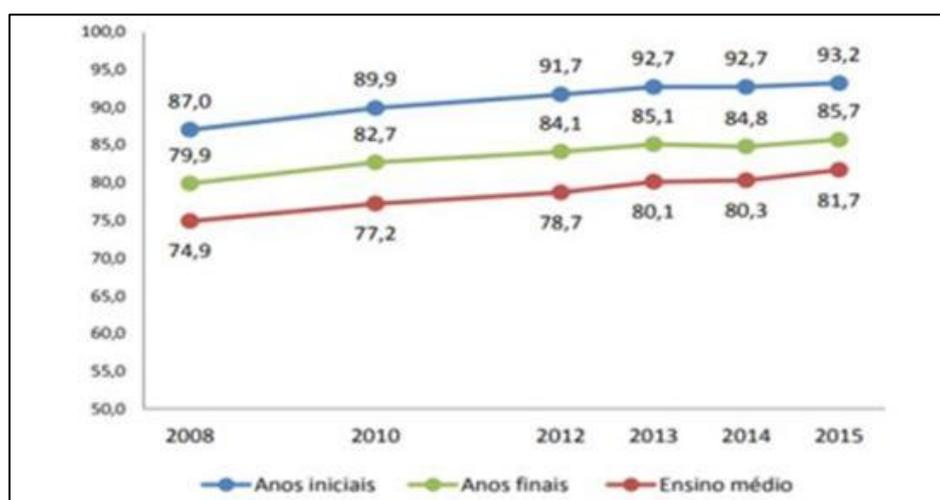


Gráfico 2.2.4. Evolução de taxa de matrículas (2005 -2015). Fonte: Dados do MEC, referentes a pesquisa realizada pelo Censo Escolar no Brasil, INEP, 2015, os dados mostraram um comportamento estável dos anos 2005 a 2015.

Em se tratando de comparar taxa de matrículas e frequência escolar, temos visibilidade de dados obtidos pelo Censo Escolar, ME/INE de que entre os anos de 200 a 2012, os anos 2008, 2009 e 2010 foram marcadamente aqueles em que houve maior número e matrículas no ensino médio (gráficos compactados no Gráfico 2.2.5 abaixo):

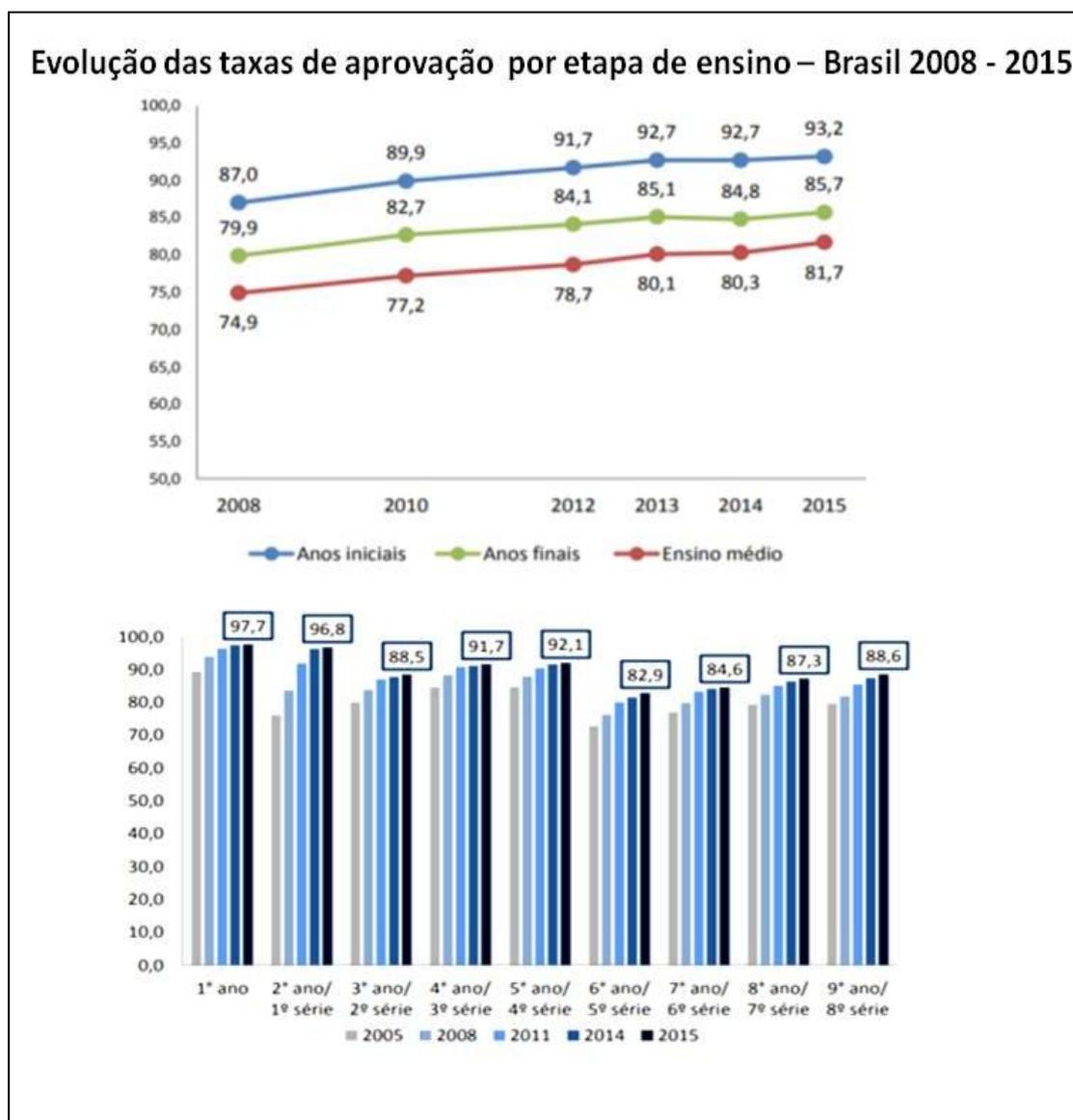


Gráfico 2.2.5. Comparação de gráfico a de frequência e matrícula nas escolas públicas brasileiras entre 2012 e 2015. Fonte: MEC, CENSO ESCOLAR, INEP, 2000-2015.

2.3. O Projeto Diretor de Turma (PDT) - Marco Histórico

Segundo Machado (1975), o Projeto Diretor de Turma (PDT) teve sua gênese em Portugal, sendo implantado no Brasil através de adaptações pela professora Haidé Eunice Gonçalves Ferreira Leite. O referido projeto surgiu como tentativa de aproximar família e escola em prol da melhoria da qualidade de ensino aprendizagem de seus alunos. Nesse contexto, o autor afirma que:

“[...] embora a família se incumbisse outrora da educação [...] há necessidade de uma determinada atividade que reúna requisitos de certa complexidade que é a educação formal”.

Estruturalmente, o PDT foi disseminado em Portugal desde a década de 1960, sendo aplicado somente em salas de aula que correspondem ao ensino de 6º a 9º anos (Fundamental II) no Brasil. No Estado do Ceará, nordeste do Brasil, esse Projeto foi adaptado aplicado também no Ensino Médio.

No uso de ferramentas novas no contexto da aprendizagem, Gaspar (2002) afirma:

[...] a aprendizagem de um novo conceito é um processo de desenvolvimento cognitivo longo, cuja construção apenas começa na ocasião em que o aluno é ensinado. Essa construção, por sua vez, se assenta na estrutura cognitiva que o aprendiz desenvolveu até esse momento, num processo contínuo iniciado desde os seus primeiros dias de vida, sucedido até sua plena inserção na sociedade.

Nesse sentido, Coutinho (1998) elabora que o Diretor de turma é um professor que, além de sua disciplina de sua área de formação, simultaneamente leciona a disciplina de Formação Cidadã. Esse professor é responsável pela articulação entre assuntos familiares e educacionais dos alunos da turma a qual ele é responsável:

Na relação face ao aluno, o diretor de turma afigura-se como orientador cuja finalidade é facilitar ao aluno uma aprendizagem que o conduza ao encontro da máxima concordância possível entre as suas capacidades, atitudes, valores e interesses, como pessoa e as atitudes exigidas pelas diversas opções que o mundo, incluindo o do trabalho, lhe apresenta, de modo a conseguir a sua autorrealização (Coutinho, 1998).

De acordo com contexto em que foi criado o referido projeto, segue o Decreto Regulamentar de Portugal n.º 10/99 de 21 de julho – artigo 7.º são atribuições concedidas ao cargo de diretor de turma:

1. A coordenação das atividades do conselho de turma é realizada pelo diretor de turma, sendo escolhido, preferencialmente, um docente profissionalizado;

2. Sem prejuízo de outras competências fixadas na lei e no regulamento interno ao diretor de turma compete:

a) Assegurar a articulação entre os professores da turma e com os alunos, pais e encarregados de educação;

b) Promover a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos;

c) Coordenar, em colaboração com os docentes da turma, a adequação de atividades, conteúdos, estratégias e métodos de trabalho à situação concreta do grupo e à especificidade de cada aluno;

d) Articular as atividades da turma com os pais e encarregados de educação promovendo a sua participação;

e) Coordenar o processo de avaliação dos alunos garantindo o seu carácter globalizante e integrador;

f) Apresentar à direção executiva um relatório, anual, do trabalho desenvolvido.

O perfil do diretor de turma, no entanto, não pode ficar limitado por essas características, necessitando de acentuações mais abrangentes e em relação aos educadores e dos professores dos ensinos básico e secundário, designados no Decreto-Lei de Portugal n.º 240/2001. Destaque-se, o anexo, especificamente o ponto IV - Dimensão de participação na escola e de relação com a comunidade:

1. O professor exerce a sua atividade profissional, de uma forma integrada, no âmbito das diferentes dimensões da escola como

instituição educativa e no contexto da comunidade em que esta se insere.

2. No âmbito do disposto no número anterior, o professor:

a) Perspectiva a escola e a comunidade como espaços de educação inclusiva e de intervenção social, no quadro de uma formação integral dos alunos para a cidadania democrática;

b) Participa na construção, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo da escola e dos respectivos projetos curriculares, bem como nas atividades de administração e gestão da escola, atendendo à articulação entre os vários níveis e ciclos de ensino;

c) Integra no projeto curricular saberes e práticas sociais da comunidade, conferindo-lhes relevância educativa;

d) Colabora com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente, bem como com outras instituições da comunidade;

e) Promove interações com as famílias, nomeadamente no âmbito dos projetos de vida e de formação dos seus alunos;

f) Valoriza a escola enquanto polo de desenvolvimento social e cultural, cooperando com outras instituições da comunidade e participando nos seus projetos;

g) Cooperava na elaboração e realização de estudos e de projetos de intervenção integrados na escola e no seu contexto.

Ainda podemos elencar as competências do perfil do Diretor de Turma, enaltecidas por Cruz (2006):

- Respeito pelas diferenças culturais e pessoais dos alunos e de todos os restantes membros da comunidade educativa;
- Capacidade relacional e de comunicação e equilíbrio emocional nas diversas circunstâncias da atividade profissional;
- Gestão de situações problemáticas e de conflitos interpessoais com segurança e flexibilidade;
- Colaboração com todos os intervenientes no processo educativo, promovendo a existência de relações de respeito mútuo entre professores, alunos, encarregados de educação e o pessoal não docente e outras instituições da comunidade;
- Promoção de interações com as famílias, particularmente no domínio dos projetos de vida e de formação dos alunos (Decreto-Lei de Portugal n.º 240/2001).

A Portaria de Portugal 970/80 refere-se à figura do diretor de turma quanto aos seus requisitos “ideais”, o que deve ser destacado é que o Rol é apenas exemplificativo e não taxativo:

74.1 – A atribuição das direções de turma deverá ser feita tendo em conta, como desejáveis, os seguintes requisitos:

74.1.1 Capacidade de relacionamento fácil com os alunos, restantes professores, pessoal não docente e encarregados de educação, expressa pela sua comunicabilidade e modo como são aceites;

74.1.2 Tolerância e compreensão associados sempre a atitudes de firmeza que impliquem respeito mútuo;

74.1.3 Bom senso e ponderação;

74.1.4 Espírito metódico e dinamizador;

74.1.5 Disponibilidade para apreciar as solicitações a que têm de responder;

74.1.6 Capacidade de prever situações e solucionar problemas sem os deixar avolumar.

Em relação ao papel de agregador familiar exercido pelo Diretor de turma como orientador familiar, destaca a qualidades (ARTIGOT, 1973; CRUZ, 2006):

- ◇ Recolha e integração de todas as informações necessárias respeitantes aos alunos e suas famílias;
- ◇ Informar (e informar-se junto dos) pais de todos os assuntos respeitantes aos seus educandos:
- ◇ Orientações quanto ao carácter dos filhos;
- ◇ Orientações sobre os seus temperamentos;
- ◇ Aspetos relacionados com a autoridade paterna;
- ◇ Postura dos pais;
- ◇ Orientações acerca de prémios e castigos;
- ◇ Alunos com problemas de aprendizagem;
- ◇ Interesses e expectativas;
- ◇ Educação sexual.
- ◇ Receber os pais semanalmente;
- ◇ Solicitar a colaboração destes para a realização de atividades educativas com os alunos a seu cargo.

2.4. O Projeto “Professor Diretor de Turma” no Estado do Ceará

No ano de 2007, o Estado do Ceará implantou o Projeto “Professor Diretor de Turma” (PDT) como projeto piloto apenas nos municípios de Canindé, Eusébio e Madalena, que se estendeu em fase de testes e os resultados foram positivos (SEDUC, 2105).

No ano de 2008 o PDT foi ampliado e implantado nas escolas profissionalizantes estaduais.

No ano de 2010 o PDT foi estendido para todo o Estado do Ceará através de um edital de adesão em que as escolas poderiam optar pela implantação do projeto.

A figura do Professor diretor de turma foi criada na intenção de constituir um como um elo que ligaria escola e família e alunos fazendo a devida aproximação entre estes. Há então nesse contexto a expectativa de que a partir do momento em que o Diretor de Turma conhece profundamente os aspectos educacionais da Escola e os aspectos familiares de seus alunos, haverá uma ligação mais aproximada entre Família e Escola em função da qualidade de vida do aluno e do ambiente onde ele se desenvolve e se torna produtivo.

No aspecto da formação, o Professor Diretor de Turma tem uma aula de formação cidadã que é ministrada por ele somente na turma que ele dirige. Além dessa aula, o professor fica 4 horas/aula semanais disponíveis para atendimento a alunos e pais/familiares de alunos. Além do atendimento aos pais e alunos, o professor Diretor de Turma é responsável pelo preenchimento e organização do *dossiê* da turma, no qual constam dados gerais e específicos dos alunos. Nesse *dossiê* o professor registra os dados característicos da turma, como quantidade de alunos, fotos etc. Junto a sua ficha biográfica o aluno preenche dados específicos, pessoais e individuais que permite ao professor conhecer sua turma de todas as maneiras, desde os problemas pessoais de seus alunos, como problemas de convivência, problemas sociais, dificuldades etc. finalmente, do uso do conhecimento dos seus alunos, o professor tem subsídios para promover ações e intervenções que busquem a

adequação das aulas no sentido professores de adaptar soluções nas dificuldades da turma.

2.5. O sistema de acesso ao Professor Diretor de Turma - SIGE ESCOLA/Secretaria de Educação do Estado do Ceará

O sistema SIGE ESCOLA é um eficaz instrumento de gestão, os instrumentais do Projeto Professor Diretor de Turma estão sendo, progressivamente, agregados a este poderoso sistema, de tal maneira que, na primeira versão do manual de acesso ao Sistema, trazem todas as orientações referentes ao acesso e à construção da Ficha Biográfica, do Registro Fotográfico, do Mapeamento de Sala, da Ficha de Caracterização da Turma e da Caracterização da Turma/Dados Estatísticos que serão apresentados aqui conforme as orientações do Manual de acesso disponibilizado pela Secretaria de Educação do Ceará.

A principal funcionalidade do sistema é auxiliar o professor diretor de turma a elaborar e preencher de forma dinâmica o Dossiê da turma, que pode ser caracterizado como (SEDUC, 2015):

- ◇ Conjunto de instrumentais constituídos por fichas e dados, constitui-se importante instrumento de trabalho ao PDT, uma vez que oferece, de maneira organizada, informações personalizadas da turma e/ou de cada aluno, que podem ser fornecidas aos demais professores, pais e alunos;
- ◇ Atividade de execução individual e coletiva, cujo preenchimento é orientado conforme as regras da GSA/PDT – envolvendo núcleo gestor, diretor de turma, professores, pais e alunos;
- ◇ Instrumento de compilações de registros, dados sociobiográficos e rendimento acadêmico dos alunos, perfazendo a trajetória pessoal e escolar dos mesmos.
- ◇ Importante ferramenta que mune o Diretor de turma de todas as informações necessárias à gestão pedagógica dos aspectos dos quais é responsável por acompanhar e intervir de modo a melhor ambientar os alunos nos inúmeros processos que interferem nas aprendizagens.

Como ideia inovadora, o Professor Diretor de Turma ganha ainda mais tempo para analisar os dados e construir ações interventivas eficazes junto à sua turma, visando à melhoria do desempenho acadêmico de seus alunos, em todos os aspectos.

Quanto ao manuseio do sistema SIGE, o Coordenador Regional do PPDT é o responsável por proceder às permissões de acesso a diretores e coordenadores escolares. Os diretores e coordenadores escolares devem proceder às permissões de acesso aos professores diretores de turma. O nível de acesso do Coordenador Regional do PPDT e do Núcleo Gestor das Escolas ao Módulo Diretor de Turma no SIGE dá aos mesmos somente a liberdade de consultar os dados previamente construídos por alunos e professores diretores de turma.

Os alunos devidamente matriculados / enturmados, com usuário e senha de acesso ao aluno online, têm permissão automática de acesso ao módulo diretor de turma no SIGE, para construir suas respectivas fichas biográficas (SEDUC, Manual de acesso ao SIGE).

2.5.1. Instruções de acesso ao SIGE ESCOLA

1. Entrar no sistema pelo endereço eletrônico de acesso: <http://sige.seduc.ce.gov.br/>
2. Clicar no item Módulo Diretor de Turma (figura em anexos). O Módulo Diretor de Turma também pode ser acessado através do seguinte endereço <http://diretordeturma.seduc.ce.gov.br/diretordeturma/login.jsf>
3. No Módulo Diretor de Turma numa janela à esquerda, você deverá digitar seu nome (login), sua senha e clicar em Enviar (figura em anexos). Ao fazer as ações de login citadas acima, aparecerá inicial de acesso ao sistema, na qual você deverá apontar a seta do mouse sobre as abas: OPÇÕES, ORGANIZADORES, INSTRUMENTAIS, PORTFÓLIO, RELATÓRIOS e GRÁFICOS e clicar na que desejar.
4. No menu OPÇÕES do sistema SIGE Diretor de Turma temos as opções de gerenciamento de usuário, como mudar senha, ver os usuários cadastrados no sistema e ver o manual do usuário.
5. No menu ORGANIZADORES do sistema SIGE Diretor de Turma temos as opções de imprimir todos os organizadores do Dossiê da sala, desde a capa do Dossiê, índice até os separadores.

6. No menu “INSTRUMENTAIS” do sistema SIGE Diretor de Turma temos as opções de imprimir todos os Horários de atendimento do professor diretor de turma assim como o relatório de horário geral da turma. Na figura abaixo temos um exemplo de horário de uma turma escolhida ao acaso.

7. No item Registro Fotográfico - temos a opção de escolher a turma para inserir fotos ou editar as fotos já existentes clicando em Consultar. Ao ser localizado, o Registro Fotográfico da sua turma poderá ser construído e/ou alterado. Para isso, clique no ícone de acesso ao referido instrumental. Com o Registro Fotográfico aberto, identifique quem são os representantes de classe, isto é, o líder e o vice-líder da turma. O Registro Fotográfico trará, automaticamente, os nomes e os números dos alunos, em ordem alfanumérica. Para importar as fotografias digitais (ou digitalizadas) 3x4 para seus respectivos lugares, o Professor Diretor de Turma deverá apontar a seta do mouse sobre a imagem localizada abaixo do nome do aluno e clicar sobre ela. Todas as fotos importadas para o Registro Fotográfico são duplicadas, automaticamente, para o Mapeamento de sala. Em outras palavras, o professor diretor de turma não precisará inserir as fotografias dos alunos no mapeamento da sua turma, pois o próprio sistema faz isso de forma automática. Assim, ele apenas levará as fotos para seus respectivos lugares, de acordo com a localização de cada aluno no interior da sala de aula.

8. No menu “Instrumentais > Atas > Convocatória de Reuniões” - temos a opção de gerar atas automáticas para as reuniões com pais. O sistema também pode gerar convocações para pais e para alunos.

9. Gerando Ata: Aponte a seta do mouse sobre a aba Cadastro e clique na opção Ficha Biográfica. Ao identificar a Turma, surgirá o campo Aluno, o que nos permite digitar a matrícula ou somente o nome do mesmo, para fazermos uma consulta específica à sua Ficha Biográfica. Se preferirmos clicar direto na opção Consultar, surgirá a relação das fichas biográficas de todos os alunos da turma. Conforme foi dito na anteriormente, com um clique no botão consultar surge a relação das fichas biográficas de todos os alunos, em um quadro composto por cinco colunas (figura em anexos).

10. O menu “SITUAÇÃO” é o acesso para as fichas biográficas dos alunos. Farol Verde: Ficha Biográfica preenchida ou em preenchimento. Farol vermelho: Ficha Biográfica não preenchida (figura nos anexos).

11. No menu “IMPRESSÃO” a ficha biográfica da respectiva linha pode ser impressa caso seu preenchimento tenha sido concluído ou pelo menos iniciado.

12. No item MATRÍCULA exhibe as matrículas dos alunos da turma em consulta.

13. No item ALUNO: exhibe a relação das fichas biográficas dos alunos da turma em consulta. Ao ser acessada a ficha biográfica trará, em sua parte inicial, os dados do aluno e de seu responsável, os quais foram migrados do banco de dados do SIGE. O professor diretor de turma deverá orientar os alunos a observarem atentamente se seus dados estão corretos e atualizados. As possíveis alterações nesses dados devem ser levadas pelo Diretor de Turma até a secretária escolar para que ela as modifique.

14. No item EXCLUIR: ao ser marcado, permite ao diretor de turma excluir a ficha biográfica do aluno. 15. O item Nº DE TELAS permite navegar por todas as telas que compõem os resultados da consulta às fichas biográficas.

16. O item BOTÕES DE PAGINAÇÃO permite passar de uma página de resultados para outra, respectivamente.

17. O item BOTÕES DE PAGINAÇÃO permite passar de uma página de resultados para a última e vice-versa.

18. Os campos Tel. (emprego), Profissão e Situação Profissional, no campo Dados Responsável, são preenchidos pelo próprio aluno.

19. No menu ABAS permite a continuidade do preenchimento da ficha biográfica. A primeira delas é a ABA Composição Familiar / Lar. Nela, o aluno deverá indicar as pessoas que compõem a sua família, informando Idade, Habilitação Escolar, Profissão e Situação Profissional de cada um deles. Ao identificar cada parente na composição familiar, o aluno deve informar se ele é reconhecido, não reconhecido ou falecido. Sem essa informação, ele não conseguirá dar continuidade ao preenchimento.

20. Em seguida, o referido estudante deverá informar quais são as pessoas que compõem o seu lar, isto é, quem mora com ele em sua residência, fornecendo, também, as informações complementares, mencionadas no parágrafo anterior.

21. Para inserir uma nova linha de identificação de um parente/amigo, o aluno deverá clicar no sinal de mais.

22. No quadro Disciplinas, o SIGE trará a Média Anual, a Nota de Recuperação e o Resultado Final por disciplina, automaticamente. O aluno deverá, pois, informar se já se submeteu a algum apoio pedagógico extra-aula, quais são suas disciplinas preferidas e as que ele tem dificuldade.

23. No quadro Vida Escolar, o aluno deverá digitar um conjunto de ideias e sugestões para a escola e/ou professores, informar as questões concernentes ao seu deslocamento casa-escola / escola-casa e, por fim, dizer qual é a sua profissão desejada, entre as opções oferecidas.

24. No quadro Recebe(eu) Apoio Pedagógico o aluno deverá informar em quais séries, níveis de ensino e modalidades educacionais ele recebe(eu) algum apoio pedagógico sistemático pela(s) escola(s) onde estuda(ou).

25. No quadro Acompanhamentos Especializados, o aluno apenas marcará os campos à direita de cada acompanhamento, caso ele esteja se submetendo a algum dos tratamentos elencados. Se estiver passando por um acompanhamento que não esteja relacionado na lista, ele poderá digitar o nome do tratamento no campo Outro Acompanhamento, localizado no final da relação de acompanhamentos.

26. No quadro Questionário Sócio educacional, o aluno deverá responder os questionamentos acerca da sua trajetória/condição como estudante, marcando os respectivos campos e digitando os complementos de cada pergunta.

27. Na opção Atualizar, para que os dados informados sejam salvos. Com isso, surgirá uma mensagem de confirmação acerca do salvamento dos dados, com a seguinte assertiva: “As informações da aba Vida Escolar foram salvas com sucesso”.

28. Ao concluir o preenchimento da Aba Vida Escolar, o estudante responderá os campos da Aba Ocupação nos Tempos Livres / Atividades, clicando dentro dos quadrados localizados ao lado de cada opção. Aqui, ele selecionará os campos correspondentes às atividades que pratica no dia-a-dia, ao utilizar o computador, em seus momentos de lazer etc. Se, além das atividades propostas, houver alguma que o aluno pratica no dia-a-dia, ele poderá informá-la(s), digitando-a(s) no campo outra atividade.

29. Ao marcar os mencionados campos, o aluno deverá clicar na opção Atualizar, para que os dados informados sejam salvos. Com isso, surgirá uma mensagem de confirmação acerca do salvamento dos dados, com a seguinte assertiva: “As informações da Aba Ocupação nos Tempos Livres / Atividades foram salvas com sucesso”.

30. Concluído o preenchimento da Aba Ocupação nos Tempos Livres / Atividades, o aluno responderá os campos da Aba Saúde / Alimentação, ora clicando dentro dos quadrados localizados ao lado de cada opção, ora digitando suas próprias respostas.

31. O preenchimento das informações desta aba deve ser bem orientado pelo Diretor de Turma, pois ela traz consigo um grande número de campos obrigatórios que irão gerar os relatórios Ficha de Caracterização e Dados Estatísticos. Ao marcar todos os campos, o aluno deverá clicar na opção Atualizar, para que os dados sejam salvos. Com isso, surgirá a mensagem: “As informações da Aba Saúde / Alimentação foram salvas com sucesso”.

32. Ao ser concluído o preenchimento da Aba Saúde/Alimentação, o aluno responderá os campos da última Aba da Ficha Biográfica, isto é, Atividades Complementares. Nela, o estudante deverá apenas marcar os quadrados localizados ao lado de cada atividade que ele pratica no dia-a-dia. Na ilustração ao lado, seguem apenas algumas Atividades Complementares, entre as que são apresentadas pelo sistema.

33. Ao marcar os mencionados campos da aba em questão, o aluno deverá clicar na opção Atualizar, para que os dados informados sejam salvos. Com isso, surgirá uma

mensagem de confirmação acerca do salvamento dos dados, com a seguinte assertiva: “As informações da Aba Atividades Complementares foram salvas com sucesso”.

34. O nível de acesso do Professor Diretor de Turma ao sistema lhe possibilita Liberar e Bloquear o acesso dos alunos às suas respectivas Fichas Biográficas. Tanto o bloqueio como a liberação de acesso são procedimentos feitos para toda a turma de uma só vez. O sistema traz consigo as Fichas Biográficas dos alunos bloqueadas, ou seja, ao acessá-lo, o diretor de turma precisará liberar o acesso. Depois que os alunos preencherem as fichas biográficas, o diretor de turma deverá bloquear o acesso.

35. A Ficha Biográfica (figura em anexos) identifica uma série de informações sobre os alunos que poderão subsidiar na construção de planos de intervenção pedagógica em várias disciplinas, sobretudo em Português. Este instrumental consta de um breve histórico de vida de cada aluno, dando destaque à identificação individual, composição familiar, vida escolar, saúde e alimentação. Todas as informações solicitadas são importantes, fornecendo dados significativos que, invariavelmente, dão pistas para que se compreenda, com mais clareza, o comportamento /desempenho dos alunos.

36. A Auto Avaliação Global Viabiliza uma comparação entre o rendimento de aprendizagem e a visão que o aluno tem dele mesmo, o que pode fazer com que passe a se interessar por gerir sua própria vida acadêmica. Permite, ainda, que o Diretor de Turma analise as respostas e compare as notas obtidas pelos alunos nas disciplinas com as notas que estes atribuíram a eles mesmos (figuras em anexos).

37. O Registro de atendimento de Pais e Responsáveis guia o Diretor de Turma no acompanhamento familiar, estreitando a relação Família x Escola em todos os aspectos abordados na aprendizagem e no desempenho dos alunos. É imprescindível que os pais sejam atendidos, pois a parceria entre o Diretor de Turma e os pais dos alunos poderá fazer a diferença nos resultados da escola e na vida dos estudantes. Deve ser preenchido por ocasião da ida de pais à escola, principalmente no horário de atendimento a eles reservados.

38. O registro de atendimento aos alunos guia o Diretor de Turma no acompanhamento personalizado e individualizado ao aluno, dando suporte e sequência nos diálogos e discussões entre Diretor de Turma e aluno. Deve ser usado sempre que houver prestação desse atendimento a um aluno que dele necessite (anexos).

39. Registro de atendimento de Alunos no Sistema de Diretor de Turma serve para informar aos pais ou responsáveis sobre o aluno que receberá apoio pedagógico em horário extracurricular. Deve ser preenchido logo após as reuniões de Conselho de Turma (figura em anexos)

40. O Registro de Intervenção Disciplinar registra atos e transgressões disciplinares ou comportamentos inadequados praticados pelos alunos ao longo do tempo pedagógico em quaisquer disciplinas. Este instrumental somente será colocado em prática se houver transgressão disciplinar grave ao longo do tempo pedagógico. Deverá ser preenchido pelo professor com quem ocorrer o problema em sala; em seguida, o professor deverá comunicar a ocorrência ao Diretor de Turma, entregar o documento citado para análise e encaminhar o aluno a uma medida disciplinar. Deve ser preenchido sempre que ocorrerem situações de indisciplina (figura em anexos)

41. O Mapeamento de Sala é criado automaticamente pelo sistema e o professor diretor de turma deve alterá-lo de acordo com a maneira que melhor lhe convier. O Mapeamento registra a localização dos alunos no espaço físico da sala de aula. O Mapeamento da turma possibilita evitar conversas paralelas; torna mais fácil o relacionamento da turma; ajuda na memorização rápida das fisionomias dos alunos; disciplina os alunos em suas atitudes comportamentais; controla situações de conflitos e permite mais harmonia e eficácia no decorrer das aulas. Em virtude do desempenho da turma, poderá e deverá ser dinâmico e flexível, dependendo do feedback - que o Diretor de Turma for recebendo, em função de sua experiência e do relato dos demais professores sobre o desempenho da turma, podendo ser alterado quantas vezes for necessário. A princípio, os alunos sentam-se, espontaneamente, nos lugares desejados e o Diretor de Turma, juntamente com os demais professores, deve ter a observação da dinâmica da turma. Após as primeiras semanas letivas, em uma aula de Formação Cidadã, o Diretor de Turma deverá iniciar a construção do mapeamento e explicar os benefícios que essa ação pedagógica proporcionará à gestão da sala de aula.

42. Esse instrumental deverá ser construído a partir do Registro Fotográfico da Turma, entre a 4ª e 5ª semana letiva. O formato ficará a cargo do Diretor de Turma que, com bom senso, obterá muito proveito com a utilização desse recurso. O mapeamento de sala é uma estratégia na organização da coletividade, que faz parte do regulamento interno da escola, portanto, este deve ser respeitado por todos os professores e demais profissionais da escola.

43. A Reunião de Avaliação Diagnóstica é uma reunião que visa socializar diagnósticos sobre a turma. É realizada entre o início do ano letivo e a primeira Reunião de Avaliação Bimestral, por volta da 5ª Semana após o início das aulas. Essa reunião tem como objetivos tornar cientes professores e gestores escolares das vicissitudes e especificidades de cada indivíduo que está matriculado na turma, contemplando-a com um planejamento específico de estratégias pedagógicas; promover uma Avaliação Diagnóstica acerca do desenvolvimento dos alunos em aspectos cognitivos, afetivos e de interação interpessoal e registrar uma referência geral, que deverá ser comparada em termos de evolução nas futuras reuniões do Conselho de Turma ao longo do ano.

44. A Ficha de caracterização da turma (figura em anexos) Norteia o Diretor de Turma e os demais professores da turma, com dados significativos que permitem identificar uma série de informações relevantes sobre os perfis dos alunos, além de possibilitar uma maior adequação entre seus planejamentos e o nível da turma. Ainda, cria os primeiros vínculos afetivos entre a turma e o Professor Diretor de Turma, pois ele deverá colher as informações desta Ficha à medida que se dirige à carteira de cada aluno, com cordialidade e afeto. Caberá à Secretaria escolar acrescentar o nome dos alunos ao lado dos respectivos números; os demais dados serão propiciados pelos próprios alunos. Esse instrumental deve ser preenchido nas primeiras aulas de Formação Cidadã, em paralelo à atividade dos alunos quando envolvidos no preenchimento de suas Fichas Biográficas, até a 5ª semana de aula. Após sua conclusão, o Diretor de Turma deverá fazer apreciação, estudo e elaboração da caracterização (composição análise textual e estatística).

45. As informações que os alunos não souberem fornecer deverão ser pesquisadas por eles mesmos juntos aos pais (tarefa de casa) e, na aula seguinte, continuarão o

preenchimento de suas Fichas. O acesso a tais informações contribui no processo de conhecimento da turma e dá pistas para que se compreenda, com mais clareza, o comportamento e o desempenho dos alunos.

46. A Síntese desse instrumental, caracterização da turma, resume as realidades gerais da turma para o conhecimento de todos os envolvidos na função docente da prática diária. Permite, ainda, ao Conselho de Turma traçar, logo no início do ano, um planejamento coletivo, a fim de evitar a massificação dos alunos, tentar solucionar os problemas retratados na turma e evitar acúmulos de dificuldades que, gradualmente, levam uma parte da turma a dificuldades de aprendizagem e, mais tarde, às recuperações paralelas em massa.

47. Mapa de Avaliação e Infrequência (figuras em anexos) Acompanha o desempenho escolar e a infrequência dos alunos. É um dos documentos imprescindíveis da Projeto Diretor de Turma, pois auxilia no atendimento dos pais e responsáveis e dos alunos, uma vez que mapeia as avaliações (notas) e a infrequência escolar. Outro documento que serve como *link* é o Plano de Apoio e Complemento Educativo, que consta de propostas de estratégias educativas para as principais dificuldades diagnosticadas na turma. Desta forma, o Diretor de Turma contribuirá para a minimização da infrequência dos alunos e melhoria da aprendizagem.

48. Relatório Caracterização da Turma – Estatístico (figura em anexos): todas as estatísticas de caracterização da turma como Tabelas de Idade dos alunos, Idade dos Pais, Escolaridade dos Pais, Situação Empregatória dos Pais, se já tiveram algum acompanhamento pedagógico extra, disciplinas preferidas e com dificuldade, profissões desejadas etc. Esses dados estatísticos são gerados de acordo com o preenchimento das fichas biográficas dos alunos, por isso a importância de preencher todos os dados de todos os alunos para termos dados confiáveis de caracterização da turma.

49. Relatório de Disciplinas Preferidas e com Dificuldades (figura em anexos) são duas relações nominais que trazem consigo os nomes dos alunos e as respectivas disciplinas apontadas por eles como preferidas ou como as que eles apresentam dificuldades. Esses dados são gerados, automaticamente, a partir do preenchimento das fichas biográficas dos estudantes e visam complementar os dados da

caracterização da turma. As informações dos dois relatórios abaixo são apenas ilustrativas, por isso só há apenas o nome de uma aluna em todas as disciplinas.

50. O Menu de Gráficos (figura em anexos) Proporciona uma visão ampla sobre a turma através do panorama matemático, com base nos dados coletados nas Fichas de Caracterização e Biográfica, no que tange aos perfis pessoal, familiar, intelectual, socioeconômico e geográfico, além de conceder informações dos alunos sobre condições de saúde e atividades práticas em momentos de lazer. As informações poderão ser apresentadas através de tópicos, quadros, tabelas ou gráficos. Esses registros matemáticos serão, também, socializados na Reunião de turma deverá ser construído pelo Diretor de Turma, que poderá socializar esses dados estatísticos e gráficos com a turma em uma aula de Formação Cidadã, cujo objetivo é oportunizar aos alunos um auto e heteroconhecimento da turma.

CAPÍTULO 3 - O OBJETO DE ESTUDO: A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA

3.1. Aspectos físicos e pedagógicos da E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira

A escola de Ensino Fundamental e Médio Dona Hilza Diogo de Oliveira está localizada na Avenida Dom Aloísio Loscheider, 1040, antiga Avenida I, no Conjunto Nova Assunção, Barra do Ceará, em Fortaleza, Ceará (figuras 3.1 e 3.2.).



Figura 3.1: Mapa da Rua Aloísio Loscheider, Barra do Ceará, Fortaleza – Ceará. **Fonte:** Google maps.



Figura 3.2.: Foto Panorâmica da Escola Hilza Diogo.. **Fonte:** PPP da Escola

A escola de Ensino Fundamental e Médio Dona Hilza Diogo de Oliveira é considerada uma escola de grande porte, inclusive superando em tamanho e área construída algumas escolas particulares do bairro.

Sua planta arquitetônica reflete a proposta governista, dos militares nas décadas de 1960/1970: ampla com galerias cobertas para deslocamento, pátio central, jardins, quadra coberta e campo de areia para jogar futebol. Possui 16 (dezesesseis) Salas de Aula, Laboratório de Ciências, Laboratórios de Informática, Biblioteca, Sala de Leitura, Sala dos Professores, Secretaria, Sala da Direção, Banheiros Grandes. Uma ampla área construída, que deixa transparecer a ideologia de uma época, subjacente ao trabalho pedagógico: tradicional, conteudístico, centralizador – as salas da administração escolar – secretaria, direção e sala dos professores, se encontram no primeiro bloco, à esquerda de quem entra pelo portão central, que também expressa controle – possui uma entrada em tamanho médio, para controlar a entrada e saída dos alunos.

As atividades foram iniciadas na escola no dia 14 de março de 1975, como escola de 1º grau, no Governo do então Coronel César Cals de Oliveira Filho. Naquele período vivia-se o regime militar no Brasil, e no Ceará a denominada era dos Coronéis. O nome da Escola traduz um pouco do tempo em sua inauguração, uma homenagem à mãe do governador, uma pessoa sem nenhuma relação com a comunidade.

Os trabalhos começaram com as séries iniciais do ensino convencional e sistema de TV (TVE). Nove anos após a inauguração, em 1984, foi implantado o ensino médio convencional, na época o 2º (segundo) grau - científico, sem habilitação (sem profissionalizante) e magistério com habilitação (pedagógico, assim denominado), na forma presencial e regime anual.

A escola faz parte da secretaria de educação básica do estado do Ceará - SEDUC-CE, tendo como órgão mantenedor o Governo do Estado do Ceará; foi oficializada através do decreto nº 1710/75 e autorizada pelo Conselho Estadual de Educação sob o parecer nº 943/79 de Maio de 1979.

A primeira gestão escolar, nomeada pelo governo, esteve na direção da escola por 15 (quinze) anos: de Março de 1975 a Junho de 1991, juntamente com uma equipe também escolhida. Considerando o contexto sociopolítico do período é compreensível o tempo de permanência na gestão. O Governo não havia ainda instituído eleição para diretor escolar, fato ocorrido no Governo do Senhor Tasso Jereissati no início da década de 1990, já sinalizando uma proposta de gestão democrática e participativa.

A gestão seguinte, de 1992, originou-se a partir do grupo anterior, o grupo de 15 (quinze) anos à frente da escola, que mesmo com o processo de escolha pela comunidade escolar, esteve à frente da escola, com algumas substituições, de 1991 a 2001.

No período em que a escola foi inaugurada, o ano de 1975, o Brasil havia experimentado um “milagre econômico” e um período de “prosperidade”, que foi de 1968 a 1973, embora os custos deste milagre, mais adiante, custariam um ônus ao povo brasileiro muito alto, contudo levaria ao declínio do governo militar e o processo de redemocratização. Gostaríamos de destacar que o milagre não modificou a pirâmide etária brasileira, a qual continuava no modelo de “país em desenvolvimento”, conforme nos mostra a Figura 1, página 27 deste estudo. Após essa breve digressão, retomamos o tópico do parágrafo – A LDB do período – 5.692, de 11 de Agosto de 1971.

A LDB – 5.692, em análise geral segmentava o ensino básico em 2 (dois) níveis: 1º Grau e 2º Grau.

O 1º Grau se organizava na junção do antigo primário, atual educação infantil com o ginásio – atual fundamental – depois denominado de 1º grau maior e 1º grau menor – completava-se após 8 (oito) anos de frequência e promoção.

O 2º Grau se organizava de 3 (três) a 4 (quatro) anos. Os três anos completavam, mas caso houvesse o profissionalizante, cursaria-se o quarto ano. Tentava-se pela Lei acabar com o dualismo e conciliar a formação básica geral e

a formação para o trabalho, foi nesse contexto que surgiu a Escola de Ensino Fundamental e Médio Doa Hilza Diogo de Oliveira.

Apenas em 1984, a Escola implementou o antigo 2º (segundo) grau, atual ensino médio. Credita-se a implementação a quase inexistência de escolas estaduais de ensino médio, antigo 2º (segundo) grau, naquele período. Quadro completamente diferente do que existe nos dias atuais, quando há outras escolas, num raio geográfico mínimo, oferecendo o mesmo serviço.

Considerando a formação inicial do bairro, oriunda de conjuntos habitacionais direcionados a uma classe média composta por militares, comerciantes, bancários e profissionais liberais, a clientela escolar, era composta por alunos, cujas famílias possuíam uma renda médio-baixa e beneficiava as comunidades dos conjuntos habitacionais da Barra do Ceará: Nova Assunção, Polar, Beira Rio, Bancários, Planalto da Barra, 28 de Agosto, Hermes Pereira, São Francisco e bairros vizinhos como Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Quintino Cunha, Vila Velha e outras comunidades adjacentes e favelas: Vila Velha e Inferninho.

A partir do ano de 2000, houve uma ocupação habitacional mais ampla que chegou a invadir o mangue, tanto em virtude do desmonte habitacional do denominado, popularmente, bairro Pirambu, na faixa litorânea, Leste-Oeste, quanto por processos migratórios diversos: êxodo campo-cidade e interbairros.

Essa realidade habitacional, originada a partir do ano 2000 trouxe à escola uma extrema diversidade e segmentação de alunos nos turnos de funcionamento.

Percebe-se de maneira direta que os alunos financeiramente mais abastados se encontram no turno da manhã; o turno da tarde é frequentado pelos alunos das camadas mais populares - filhos de trabalhadores com menor instrução e que tiveram pouco acesso ao conhecimento; o turno da noite possui características mais heterogêneas, considerando os impactos da globalização sobre

as classes sociais – alunos trabalhadores de maior faixa etária convivem com jovens-alunos-trabalhadores oriundos do turno da noite.

Apesar desse amálgama alguns paradoxos surgem, como por exemplo, a diminuição dos alunos das escolas e a evasão escolar do turno noturno.

A escola oferece à comunidade atividades esportivas, culturais e diversos projetos que visam à melhoria da qualidade de ensino, combate à evasão escolar, estímulo à cultura da convivência e do conhecimento como: escolinhas de futebol de salão - futsal, voleibol, basquetebol, ciranda da leitura, grupo de dança, grupo de teatro, projetos ambientais, preparatório para o ENEM, dentre outros projetos de caráter temporário.

O funcionamento acontece em três turnos com os respectivos horários: turno da manhã, de 07h e 10min às 11h e 40min; turno da tarde, de 13h e 10min às 17h e 49min; turno da noite, de 18:5 às 22h.

A E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira apresenta um quadro docente com 54 (cinquenta e quatro) professores, sendo 45 (quarenta e cinco) efetivos e 9 (nove) professores trabalhando como prestadores de serviços ou contrato temporário. Os profissionais são todos graduados e mais de 50% (cinquenta por cento) apresenta pós-graduação, no nível de especialização. A escola atende a uma clientela de aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) alunos distribuídos nos três turnos de funcionamento da escola.

A escola desenvolve uma gestão democrática e participativa. O núcleo gestor eleito em 2008/2009 procura estabelecer um diálogo entre os segmentos da comunidade escolar: alunos, professores, funcionários e pais. Existe, na escola, Grêmio Estudantil, Unidade Executora - responsável pela decisão do uso dos recursos da escola, Conselho Escolar - Órgão de poder de decisão mais amplo, pois desenvolve funções para além das questões administrativas, tendo poder consultivo, deliberativo e mesmo de intervenção junto à Gestão Escolar, no que concerne às questões pedagógicas.

O contexto escolar pontuado serve-nos como cenário para investigação da evasão escolar. Os esforços empreendidos e o conceito positivo que a escola construiu junto à comunidade, não foram suficientes para reverter o processo de evasão escolar. Transpondo um pensamento de Vasconcellos (2009:65) sobre os aspectos civilizatórios da Escola, destacamos a crescente influência externa sobre os alunos, aspecto capaz de interferir sensivelmente na rotina, decisões e aprendizagem dos mesmos.

“A partir de 1960, vivemos em um mundo profundamente marcado por importantes mudanças sociais e profundas mutações culturais, bem como por grandes transformações no interior do mundo da escola (prolongamento da escolaridade obrigatória, aumento do número de pessoas escolarizadas, acolhida de alunos sem seleção nem discriminação, renovação dos conteúdos, dos métodos de ensino e do corpo docente). Ao mesmo tempo, convivemos com fatores determinantes extra-escolares da educação escolar como a família e o contexto social que assumem um papel educativo nunca antes exercido, com a exposição dos alunos aos meios de comunicação.” (Vasconcellos, 2009).

As influências externas sobre a continuação ou não dos estudos; o imediatismo presente tanto nas camadas populares como em alguns segmentos da classe média - principalmente sobre aquele em que o provedor-pai deixou de vender força de trabalho e se tornou empreendedor; a não valorização da cultura escolar pelos pais presentes na fala - “meu filho não trabalha, só estuda”, justificada pela baixa escolaridade de quem fala isso; os índices de violência que atingem bairros e vizinhanças escolares; aspectos de frustrações juvenis diante de uma prática pedagógica ultrapassada, ou seja, esses aspectos e outras variáveis são responsáveis para que o aluno se afaste da escola, primeiramente se tornando faltoso, para posteriormente abandoná-la.

Através de um estudo de caso tentamos compreender o fenômeno, comum ao turno da noite, e que chegou aos demais turnos da escola. A investigação de características híbridas foi iniciada com um levantamento de alunos evadidos no turno da noite no período de 2009-2011, quando foi necessário outro recorte: obter aleatoriamente 30 alunos evadidos do turno da noite como uma pequena amostra, contudo 20 alunos foram contatados até a efetivação do questionário com uma amostra de 10 alunos, que responderam o questionário para análise.

3.2. O Projeto “Professor Diretor de Turma” (PDT) na E.E.F.M Dona Hilza Diogo De Oliveira

O Projeto “Professor Diretor de Turma” foi implantado na E.E.F.M Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2010.

O Projeto Professor Diretor de Turma surgiu como uma tentativa de inovação e foi implantado, como dito anteriormente, no Ceará no ano de 2007, no entanto apenas no ano de 2010 foi expandido para as demais escolas, e a Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira resolveu aderir ao projeto no mesmo ano em que foi lançado o edital de adesão no ano de 2010, devido à equipe da Gestão Escolar já ter conhecimento sobre esse projeto.

Os professores lotados na Escola Hilza Diogo tiveram uma boa aceitação em relação ao Professor Diretor de Turma. Muitos escolheram aderir e abraçaram a ideia juntamente com o núcleo Gestor, lembrando que uma das peças mais importantes desse Projeto é justamente o Professor Diretor de turma, que pode ser definido segundo Chaves e Leite (2010) no seguinte contexto:

O diretor de turma é um professor que leciona disciplina de sua área de formação e ministra simultaneamente a disciplina de Formação Cidadã. Suas atribuições vão de encontro à articulação entre pais, núcleo gestor, professores e alunos que compõem a turma. O diretor de turma tem quatro horas da carga horária semanal para efetivar: atendimento aos pais; organização do dossiê da turma e a disciplina de Formação Cidadã, com vistas a debater problemas socioeconômicos e culturais, identificados no portfólio dos alunos. A partir daí, são discutidos problemas de ordem pessoal ou social, cultural, diversidade étnica, linguística, cognitiva e de integração. A finalidade das ações é promover valores intrínsecos à aprendizagem mediante convivência solidária e social, onde os atores são, também, espectadores. As intervenções são delineadas em reunião do conselho de turma e registradas em ata.

De início não foi possível implantar o Projeto Professor Diretor de Turma em todas as turmas de ensino Médio, apesar da aceitação por parte da maioria dos professores, alguns resolveram não se engajar no projeto logo de início e decidiram analisar primeiramente como a escola e os alunos se adaptariam ao projeto. Essa resistência por parte dos professores foi plenamente entendida pela gestão e não foi feita nenhuma pressão para que isso acontecesse. A responsabilidade do professor diretor de turma é muito grande visto que o mesmo passaria a ser o elo entre escola,

aluno e família, e seria o responsável por analisar o rendimento de todos os alunos de sua turma dirigida, selecionando aqueles que têm maior dificuldades e tentaria criar ações pedagógicas, inclusive envolvendo a família do mesmo, para melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem de todos os alunos, conforme apresentado no quadro um abaixo:

QUADRO 3.1. Estrutura do Projeto Diretor de Turma Anual

ESTRUTURA DO PROJETO - ANUAL		
AÇÕES	PERÍODO	OBJETIVOS
Horário Diretor de Turma	Diariamente	* Elaboração do dossiê de turma; * Atendimento aos pais e alunos; * Estudo orientado; * Formação para cidadania.
1ª Reunião de Pais	Início do ano letivo	* Apresentação do projeto e seus objetivos; * Apresentação do Diretor de Turma; * Escolha dos representantes dos pais.
Reunião Diagnóstica	5ª semana de aula	* Reunião do conselho de classe; * Discussão assuntos do interesse da turma; * Avaliação (núcleo gestor, corpo docente, autoavaliação dos alunos); * Avaliação diagnóstica.
Reunião de Pais (ao final de cada Bimestre)	Antes da reunião bimestral	* Reunião do grupo de pais para que o representante colha informações e assuntos que desejam que sejam explorados nas reuniões bimestrais; * Discussão assuntos tratados nas reuniões diagnósticas e bimestrais.
Reunião Bimestral	Após o fechamento de cada bimestre	* Reunião do conselho de classe; * Discussão de assuntos do interesse da turma; * Avaliação (núcleo gestor, corpo docente, autoavaliação dos alunos); * Verificação do quadro de notas e infrequência; * Elaboração de estratégias para possíveis intervenções; * Atribuição de uma nota conceitual aos alunos na Formação para Cidadania

QUADRO 3.2. Rol de Diretor de Tuma da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira.

1º ANO E Emanuella Cruz		1º ANO F Paulo Amaro		1º ANO G Djane Pereira	
2º ANO E Flavia Magalhães		2º ANO F Osvalrita		2º ANO G Marcio Loureiro	
2º ANO H Monica Calland		3º ANO E Paulo Henrique		3º ANO F Ana Paula	
3º ANO G Emanuel Franco		1º ANO H Loredanna		2º ANO I Socorro Carvalh o	
2º ANO J Guilherme		3º ANO H Osvalrita		3º ANO I Landim	

O objetivo geral do Projeto Professor Diretor de Turma na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira é fazer um acompanhamento de perto com todos os alunos visando melhorar seu rendimento escolar e sua formação humana. Para isso são utilizadas ferramentas de práticas pedagógicas pertinentes ao referido projeto (quadro 3.1).

CAPÍTULO 4 - PORQUE O ALUNO SE EVADIU DA ESCOLA? DISCUTINDO 3 NARRATIVAS E AS QUESTÕES QUE CONTEXTUALIZAM FATORES RELATIVOS A EVASÃO NO ESTUDO DE CASO

4.1. Introdução

Para discutir os questionamentos e as respostas dadas a esses questionamentos pelos alunos que viveram a experiência da evasão escolar, é importante destacar conceitos sobre evasão escolar como forma de dar início a todo o contexto abordado nesse capítulo que tem como objetivo trazer a visibilidade dos “porquês” de se evadir da escola.

De acordo as autoras Natália Gomes da Silva Figueiredo e Denise Medeiros Ribeiro Salles (2017), segundo Dore e Luscher (2011), a literatura apresenta um quadro conceitual muito diverso, com definições que nem sempre convergem, gerando limitações e ambiguidade em análises relativas a essa questão.

Assim, segundo Baggi e Lopes (2011), a evasão é “um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos”.

Já de acordo com Johann (2012), a evasão é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Esta situação de evasão é vista como abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.

De acordo com a “Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras”, (1996), a não unanimidade em relação ao conceito de evasão tem reconhecimento e a recomendação do MEC é de que a escolha por determinada definição esteja em harmonia com o objeto particular de estudo. O documento desenvolvido por essa Comissão distingue três tipos de evasão, dada a realidade do Ensino Superior (FIGUEIREDO; SALLES, 2017):

(1) Evasão de curso - quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas como abandono, desistência, transferência, mudança de curso ou exclusão por norma institucional;

(2) Evasão da instituição - quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;

(3) Evasão do sistema: quanto o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior.

A evasão escolar tem sido associada a situações como retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno.

Nesse sentido, Machado e Moreira (2012) afirmam que se a evasão tem relação com fatores que motivam os estudantes a não permanecer nos estudos, ela se constitui, sobretudo, de uma questão vinculada ao próprio processo de democratização do ensino profissionalizante no país.

De acordo com o MEC (2015) pesquisas apontam que de 100 alunos que ingressam na escola, apenas 5% concluem o ensino fundamental; 4,8% dos alunos matriculados no ensino fundamental abandonam a escola e 13,2% dos alunos que cursam o ensino médio se evadem. Nesse contexto, o autor considera como determinantes da evasão escolar os seguintes fatores:

- ◇ A baixa renda familiar;
- ◇ A desestruturação familiar;
- ◇ A gravidez na adolescência;
- ◇ A ausência de políticas públicas adequadas;
- ◇ O desemprego;
- ◇ A desnutrição;
- ◇ O ensino de má qualidade;
- ◇ A estrutura socioeconômica da escola física e humana;

De acordo com os pesquisadores Rumberger e Lim (2008) os fatores que indicam se o jovem abandona ou conclui o ensino médio podem ser divididos em dois grupos distintos:

- 3) Fatores associados às características individuais dos alunos:
 - Desempenho educacional;
 - Comportamento e atitudes do aluno;
 - Características demográficas - cor/raça, gênero.
- 4) Fatores e associados às características institucionais de suas famílias, escolas e comunidades:
 - Aspectos familiares - estrutura, renda, participação na vida escolar dos filhos;
 - Características escolares - composição dos estudantes da escola;
 - Recursos escolares;
 - Políticas e práticas da escola.

Quanto ao abandono escolar no ensino médio no Brasil, os pesquisadores Arroyo (1993) e Meksenas (1998) indicam que essa é uma condição influenciada pela necessidade do jovem entrar no mercado de trabalho tanto para colaborar com a renda familiar quanto para ter sua própria renda para suas necessidades particulares. Em adição, Meksenas (1998) acrescenta que os estudantes do turno noturno que são de famílias de baixa renda chegam à escola exaustos da maratona diária de trabalho (SOARES; FERNANDES; NÓBREGA; NICOLELLA, 2015).

Já Brandão (1983) aponta a família como o fator mais determinante do fracasso escolar devido a fatores como o não acompanhamento das atividades escolares e condição socioeconômica, ressaltando ser positiva a relação entre a escolaridade da mãe e a permanência e o rendimento da criança na escola (SOARES; FERNANDES; NÓBREGA; NICOLELLA, 2015).

De acordo com Neri (2009), a carência de escolas, necessidade de renda e trabalho e a falta de interesse pela escola entre outros fatores, são possíveis motivos para a evasão escolar.

Enfim, o mais agravante é que tanto a escola quanto a família se perdem na dimensão e na complexidade das relações sociais internas e externas que interferem no processo socioeducativo da criança e do adolescente.

4.2. Procedimentos metodológicos

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo coletar dados de questionamentos aplicados a uma amostra de N=20 alunos escolhidos aleatoriamente do turno noturno da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira tendo como tema principal os fatores que motivam a evasão na escola. O questionário teve a intenção de investigar as características individuais e a situação socioeconômica dos alunos assim como percepção da escola e da família.

O presente trabalho de pesquisa foi desenvolvido no modo Quali/Quantitativo. Na pesquisa qualitativa foi utilizado o método descritivo que fez uso de ferramentas literárias como livros, artigos, documentos, revistas, etc. Um estudo de review foi realizado acerca da evasão escolar no Brasil, passando pelo histórico da educação brasileira nesse contexto e discutindo meios e ferramentas usados no enfrentamento do problema da evasão escolar. De acordo com Godoy (1995),

“as duas abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa são convergentes em muitas pesquisas científicas realizadas, sendo o contexto o elemento definidor de qual caminho seguir, ou seja, em qual dos aspectos será colocada uma ênfase maior (...) nos casos de problemas pouco conhecidos e com pesquisa de cunho exploratório, a abordagem quantitativa mostra-se mais indicada. Já na situação em que o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada”.

4.2.1. Fase 1 da pesquisa - determinando a amostragem

A primeira fase da investigação consistiu num levantamento junto à secretaria da E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira de alunos do turno da noite evadidos do ensino médio no período de 2010 a 2014. Foram então aleatoriamente escolhidos N= 20 (vinte) alunos desse levantamento. A pesquisa foi feita com ex-alunos do turno noturno que não concluíram o ensino médio. Os alunos questionados deixaram a escola nos anos de 2009, 2010, 2011. Os alunos foram contatados por telefone para

responder questionamentos que contextualizam a evasão na escola. O questionário aplicado respeitou a individualidade, o princípio da ética, não tendo sido feita nenhuma intervenção por parte do pesquisador de acordo com Lakatos e Marconi (1991).

Dos N=30 alunos evadidos que foram contatados somente N=20 compareceram a escola para responder aos questionários. Dessa forma os questionários foram aplicados no período de fevereiro a abril de 2015 a amostragem de N=20 alunos. Os questionários foram aplicados pela secretária da escola para garantir a não influência direta do pesquisador nessa investigação. Destes N=20 alunos, N=10 não responderam às questões 8 e 10.

4.2.2. Fase 2 da pesquisa - Construção das narrativas

Uma amostra de 3 alunos concedeu informações e depoimentos de forma espontânea na construção de três narrativas a partir de suas histórias de vida. As narrativas têm o marco temporal de 2010, 2012, 2014 numa sequência de 1º ano, 2º ano e 3º ano do ensino médio, respectivamente. A pesquisa foi feita com ex-alunos do turno noturno, que não concluíram o ensino médio. Os alunos pesquisados deixaram a escola nos anos de 2009, 2010, 2011.

4.3. Discussão dos resultados

Os resultados da pesquisa foram coletados e tratados estatisticamente. As representações numéricas nos gráficos são relativas aos percentuais que expressam as respostas dos alunos entrevistados. As narrativas foram discutidas à luz dos conteúdos relativos à evasão escolar.

Os gráficos foram construídos no Programa Excel. Dados sobre gênero, idade, moradia, afinidade com as matérias do curso, dificuldades com matérias do curso entre outros dados foram grafados nos formatos Pizza e no formato de colunas.

Os dados coletados foram observados e discutidos. Todos os gráficos foram confeccionados pelo autor no Programa Excel.

Primeiramente, os dados coletados foram os relativos ao gênero dos alunos entrevistados. Os dados revelaram que 60% da amostragem de alunos entrevistados representa o gênero feminino (gráfico 4.1).

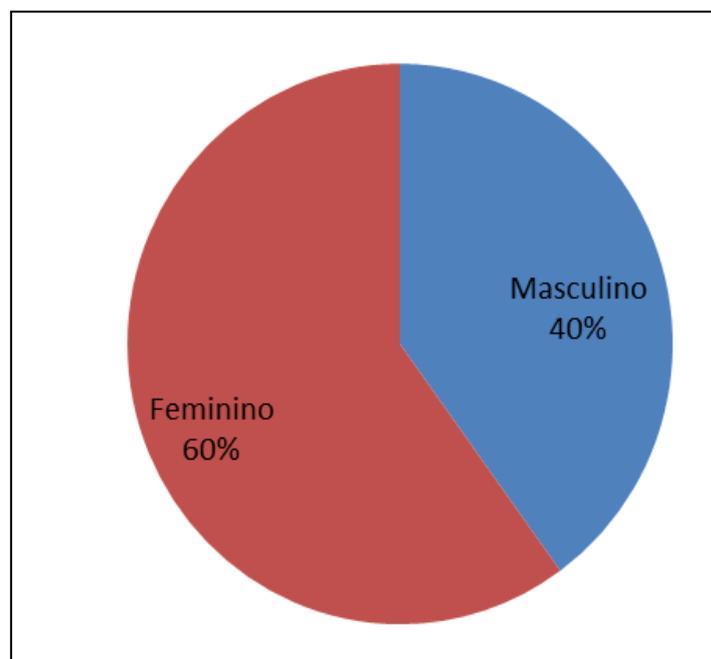


Gráfico 4.1. Percentual de gênero da amostra de alunos entrevistados da E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira. N=20. Dados da Pesquisa do Estudo de Caso.

A maior percentagem de gênero ser do sexo feminino pode ser explicada pela alta taxa de natalidade feminina e/ou pela questão do maior acesso das mulheres à escola de acordo com Franco e Novaes, 2001.

Dados da UNESCO (2015) relativos ao ensino secundário na América Latina mostraram que as matrículas do gênero feminino representam mais da metade do total de alunos, sugerindo que a frequência masculina vem encontrando obstáculos devido a fatores socioeconômicos das famílias entre outros.

Do total de alunos investigados 40% estavam dentro da faixa etária indicada para o ensino médio de 15 a 19 anos e 60% estavam fora da faixa etária com idade em torno de 20 a 25 anos, dentre os quais 33% eram do sexo masculino e 67% do sexo feminino (gráfico 4.2).

A pesquisa revelou que 60% destes alunos se encontram fora da curva normal de idade escolar. Esse fato está relacionado à questão da repetência no ensino fundamental entre outras questões. Tal situação leva ao aumento de matrículas no turno da noite como manobra dos pais na intenção de que seus filhos fechem o ciclo de estudos e que possam assim ingressar no ensino médio.

Em adição, a necessidade desse conjunto juvenil de ajudar as suas famílias financeiramente leva a inserção desses alunos muito cedo no mercado de trabalho aumentando dessa forma a taxa de evasão e insucesso escolar. Em reuniões de pais na E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira (estudo de caso do presente trabalho), uma fala muito frequente dos pais foi a seguinte: “mas ele/ ela só estuda, não trabalha”, o que reforça a realidade desses alunos frente à questão socioeconômica de suas famílias, pois, esses jovens começam a trabalhar na idade escolar. Dessa forma, os pais, mesmo que queiram que seus filhos estudem, acabam por sucumbir a esse fato.

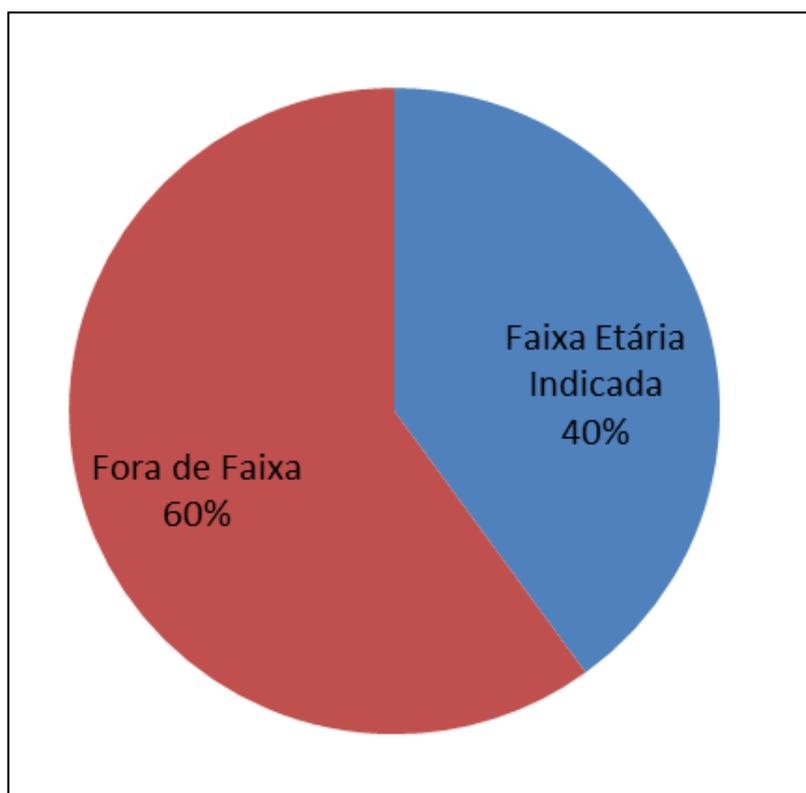


Gráfico 4.2. Percentual de alunos da amostra da E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira por faixa etária. N=20. Fonte: Dados do Pesquisador.

Relacionando a moradia com a questão da evasão escolar, a premissa é a de que a localização seja considerada um indicador de evasão escolar. Dessa forma, entende-se que quanto mais distante da escola mais facilmente se dá o abandono escolar. Questões econômicas relacionadas ao transporte e a o deslocamento são as mais relevantes, embora haja 1/2 passagem garantida por Lei Municipal na cidade de Fortaleza.

De acordo com Santos (2007) a distância da escola, a ausência de lanche a ser distribuído ao aluno que vem do trabalho direto para a escola, o cansaço depois de uma longa jornada de trabalho entre outros são relevantes motivos para a evasão escolar.

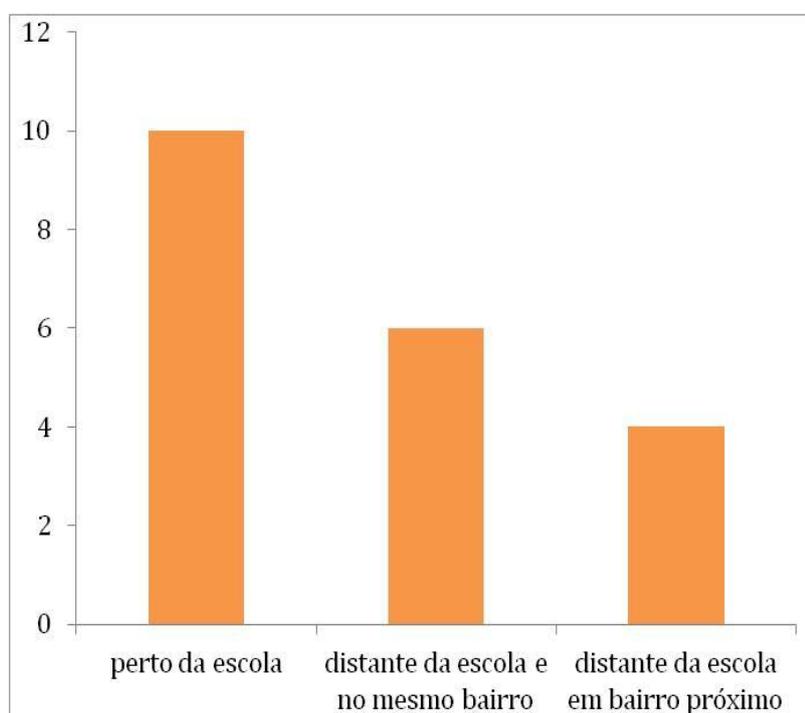


Gráfico 4.3. Distância da moradia em relação à E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira de acordo com a amostra de alunos entrevistados. N=20. Fonte: Dados do Pesquisador.

Os dados da pesquisa (gráfico 4.3) revelaram que 50% dos alunos moram próximo à escola; 30% de alunos moram distante da escola, mas, no mesmo bairro e 20% dos alunos mora distante da escola, mas, em bairro próximo. Os dados coletados na pesquisa mostraram que 80% dos estudantes moram nas proximidades da escola. Os dados obtidos não corroboram nesse caso com a hipótese da distância ser considerada um indicador de evasão escolar.

Quanto à questão da raça e cor, sabe-se que a percepção étnica de si mesmo e as questões subjacentes de preconceito racial podem acarretar um afastamento físico do aluno da escola. Em se tratando das matrizes étnicas na formação de Fortaleza, Estado do Ceará, preponderam o índio, o branco e uma rara matriz africana.

Na pesquisa sobre raça/cor com os alunos evadidos do turno noturno da E.E.E. Dona Hilda Diogo de Oliveira, 80% dos alunos se disseram pardos e 20% se disseram brancos (gráfico 4.4.)

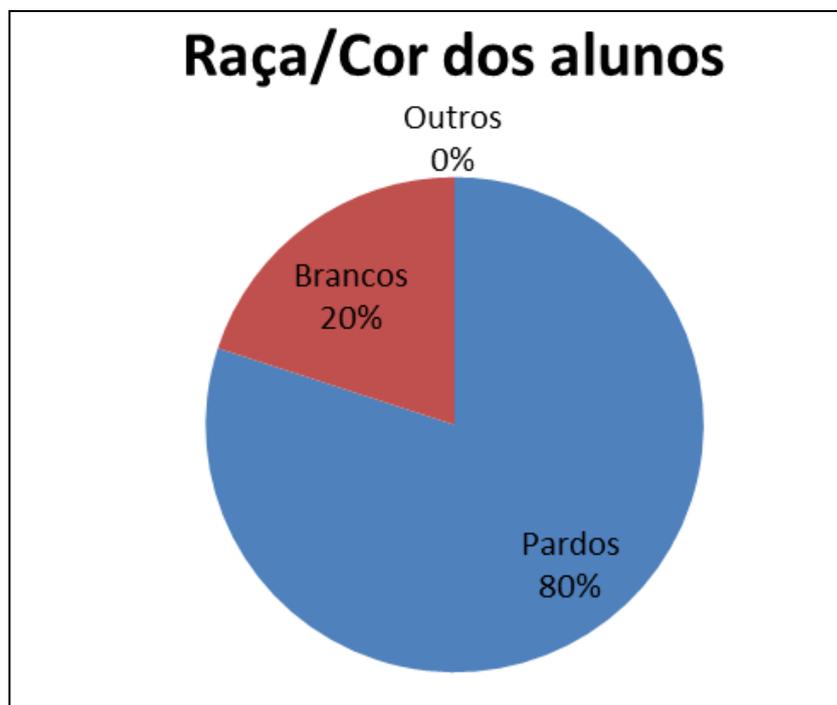


Gráfico 4.4. Percentual de amostra de alunos entrevistados da E.E.E. Dona Hilda Diogo de Oliveira quanto em relação à Raça/Cor. N=20. Fonte: Dados do autor.

Em relação à questão de atividade remunerada realizada pelos alunos da amostra da pesquisa 100% responderam que trabalham e exercem atividade remunerada. Desde total, 40% em atividade econômica informal; 50% na prestação de serviços e 10% dos alunos na economia formal (gráfico 4.5.). Esses números corroboram com a realidade atual das altas taxas de desemprego no país e com o problema da baixa incidência de instrução intelectual na idade relativa ao ensino médio, fato complicador na ocupação de vagas de emprego que exige formação, já que a maioria dos empregos formais exige a conclusão do ensino médio.

De acordo com Ciena (2008) citado no artigo de Marcos Jonatas Damasceno da Silva (2015), a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, o desestímulo familiar e aquele por parte dos professores são algumas das muitas causas relacionadas à evasão escolar no Brasil e em muitos países da América do Sul. Nesse sentido, a sobrecarga de trabalho na idade escolar leva o jovem à fadiga física e mental culminando no abandono escolar.

No caso da escola Dona Hilza Diogo de Oliveira (estudo de caso do presente trabalho) o turno da noite é alvo da migração desses alunos vindo de outros turnos, principalmente do diurno, já que na referida escola há uma tolerância no horário de acesso a aula inicial de aproximadamente 50 (cinquenta) minutos facilitando significativamente a vida dos alunos que trabalham em outros períodos.

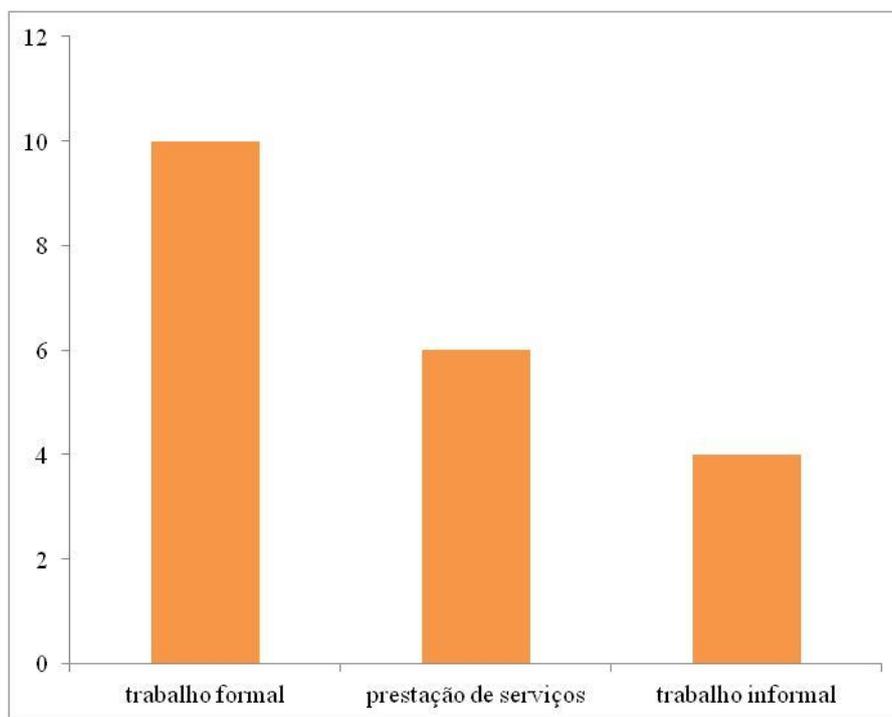


Gráfico 4.5. Natureza da atividade econômica exercida pelos alunos entrevistados na E.E.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira. N=20. Fonte: Dados do Autor.

O trabalho juvenil é certamente um fator de abandono escolar, mas, o problema da evasão escolar de acordo com Silva (2010) é o somatório de muitas condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais.

Assim, mesmo que as Leis assegurem o direito à educação, a realidade é a que está na afirmação de Fornari (2010): “há um grande distanciamento entre as Leis e a prática social”.

Dessa forma, jovens que trabalham e estão fora da escola e que deveriam estar amparados pela Lei que lhes assegura o direito de requeentarem a escola, estão sem esse amparo. Eles saem do ensino fundamental para trabalhar e uma grande parte não termina o ensino médio, concretizando assim a realidade dos altos números de evasão escolar.

Quanto à questão da afinidade pelas matérias escolares, 30% da amostra de alunos evadidos e entrevistados afirmou gostar de história; 10% afirmou que gosta de Língua Portuguesa, Educação Física, Matemática, Física, Filosofia e 20% afirmou que gosta de Geografia. As matérias Matemática, Ciências Físicas e Língua Portuguesa requerem maior tempo de estudo, fato complicador para alunos que trabalham durante o dia e estudam durante a noite, justificando dessa forma a baixa expressividade de 10% (gráfico 4.6.)

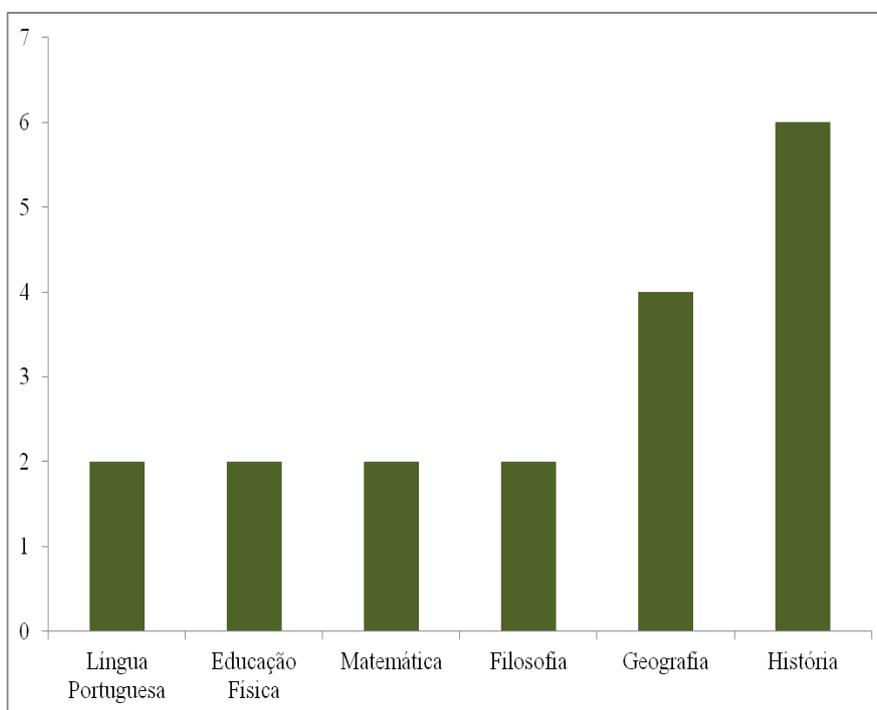


Gráfico 4.6. Percentual de alunos e suas afinidades com as matérias escolares de acordo com a amostra N=20 de alunos evadidos da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira. Fonte: Dados do autor.

Quanto às disciplinas com as quais os alunos entrevistados têm dificuldade, os eixos de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias apresentaram o maior percentual: 30% destes alunos têm dificuldade com a Matemática; 20% têm dificuldade em Física e 10% em Química e 10% em Biologia. Em contrapartida, a Língua Portuguesa revelou 30% da amostra de alunos com dificuldade no eixo de Linguagens e Códigos (gráfico 4.7).

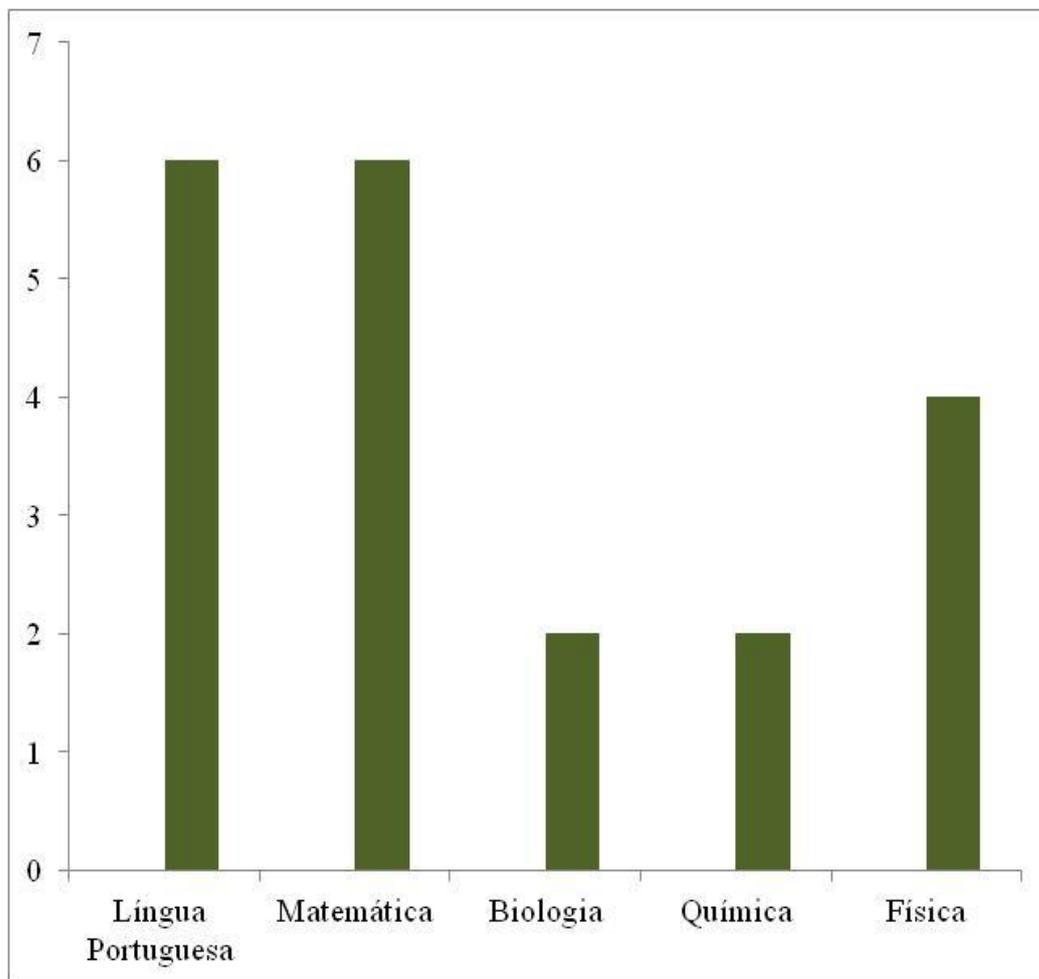


Gráfico 4.7. Disciplinas de maior dificuldade relativas a amostra de alunos entrevistados da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira. N=20. Fonte: Dados do autor.

Quanto ao retorno à Escola para a conclusão dos estudos, 60% da amostra de alunos entrevistados da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira revelou ter a pretensão de retornar aos estudos num período entre 2013-2014 enquanto 40% da amostra destes alunos não revelou interesse em retornar ou não tem previsão para esse retorno (gráfico 4.8).

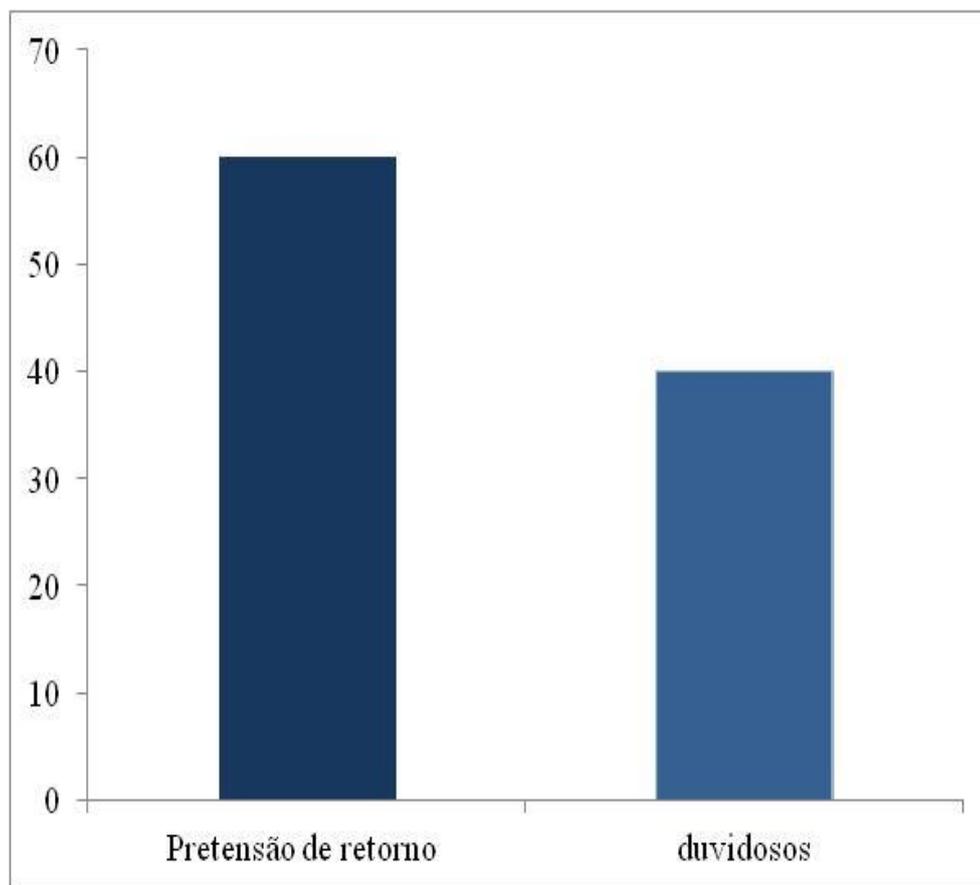


Gráfico 4.8. Pretensão de retorno aos estudos em percentual da amostra de alunos entrevistados da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira. N=20. Fonte: Dados do autor.

4.4. Três narrativas: Subjetividade, Materialidade e Perspectivas.

Do trabalho com a amostra de 20 alunos um subconjunto aleatório de 3 alunos deu depoimentos em forma de narrativas. Tais depoimentos tiveram com base as seguintes perguntas do questionário aplicado (apêndice):

- ✓ Pergunta n. 8 - O que o/a levou a deixar de frequentar a escola?
- ✓ Pergunta n. 12 - Você pretende voltar a estudar?

Estas perguntas corroboram com a seguinte construção literária de Franco e Novaes (2001) se considerando as representações sociais:

“(...) consideramos que as representações sociais são comportamentos em miniatura que representam um caráter preditivo, ou seja, permitem a partir do que o indivíduo diz inferir suas concepções de mundo e, também, deduzir sua orientação para a ação. Daí a importância de conhecer o aluno não somente pelas suas condições de subsistência ou de sua situação ocupacional. É preciso ampliar esse conhecimento pela compreensão de que são seres históricos inseridos em uma determinada realidade familiar, com expectativas diferenciadas, dificuldades variadas e distintos níveis de apreensão crítica da realidade”.

Nesse contexto os depoimentos foram ouvidos levando em consideração a espontaneidade dos participantes. Os depoimentos foram considerados de grande relevância como colaboração no processo de compreensão da evasão escolar. Foi revelada nas narrativas a questão do processo migratório do turno da manhã para o turno da noite, destacando-se o aspecto da necessidade do aluno da escola pública de trabalhar, denotando essa necessidade como um indicador de evasão escolar.

As narrativas dos alunos J.L.G.T., N.D.C. e F.C.S.A. foram coletadas e registradas de acordo com o Código de Ética.

Narrativa n. 1 - J.L.G.T., atualmente com 22 anos, considerando como data da narrativa o mês de Outubro de 2012. A aluna está fora da faixa etária, por motivo de repetência. Terminou o 9º ano em 2008 com muita dificuldade devido ao excessivo número de faltas, justificado por ela, em virtude de uma necessidade familiar: algumas vezes precisava faltar à escola para acompanhar o avô enfermo em consultas e exames médicos. A aluna mora com uma tia em um bairro próximo à escola e continuou na escola porque era atleta da seleção de handball.

Contudo narrou que era um pouco difícil o deslocamento para a escola e aula. Os pais eram separados. A mãe morava em uma cidade pequena da zona rural e o pai no mesmo bairro, próximo da irmã dele, a tia com quem a aluna morava. A aluna relatou que o término do 9º ano foi muito difícil, que seu rendimento escolar baixara porque não conseguia estudar em casa. Precisou trabalhar como manicure para ajudar no orçamento familiar, pois, sua tia era faxineira e adoeceu em março de 2008. Quando iniciou a 1ª. série do ensino médio, em 2009, conseguiu terminar o 1º bimestre com muitas faltas, já que na ocasião conseguiu uma ocupação em um salão de beleza e trabalhava nos dias de sexta-feira, o que acarretava um grande número de faltas. Dessa forma, a aluna transferiu os estudos para o turno da noite em uma escola estadual próximo a casa dela. Contudo à extenuante carga horária do trabalho foram condições determinantes para ela desistir da escola em junho de 2009. Desde então foi trabalhar no salão em tempo integral. A proprietária percebeu o empenho dela e resolveu investir em seus estudos. Entretanto, contudo ao procurar o SENAC - Serviço Nacional do Comércio – a aluna observou que não poderia cursar alguns cursos já que o critério era ter o ensino médio concluído. A aluna então resolveu procurar o CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos - outro aparelho educacional da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Quando contatada para pesquisa a aluna mostrou-se receptiva. Disse sentir-se um pouco frustrada porque pretendia terminar o ensino regular e cursar Educação Física. Seguindo a narrativa, J.L.G.T viu seus planos mudarem pela necessidade em se tornar outra contribuição econômica dentro da casa dela. A jovem que antes sonhara com uma formação em Educação Física, nos dias atuais ela se dedica ao estudo de conteúdos voltados à estética e cosmética. Não conseguiu terminar os módulos relativos ao 3ª série do ensino médio no CEJA, mas planejou o término até meados de Junho de 2013, pois a proprietária da empresa de beleza onde ela trabalha está disposta a investir na habilidade de gerenciamento que J.L.G.T. demonstrou. A entrevistada narrou ainda que a aluna prestou prova de seleção no ENEM-2012 - Exame Nacional do Ensino Médio. A aluna crê que não se saiu muito bem, quando conferiu os gabaritos. Tem esperanças que com a nota de corte do ENEM possa se inscrever no Prouni-Programa do Governo Federal - que concede bolsa de estudo em Universidades Particulares.

Narrativa n. 2 - N.D.C., 2ª série A do ensino médio do ano de 2010, gênero masculino. Concluiu o 9º ano do ensino fundamental de maneira regular com promoção direta sem se submeter a estudos de recuperação. Quando iniciou o ensino médio foi requisitado pelo seu pai para ajudar no pequeno negócio da família. Estudava no turno da manhã na escola Dona Hilza Diogo de Oliveira e ajudava o pai no turno da tarde. Aluno frequente e não apresentava grandes dificuldades de aprendizagem, mas, revelou não obter bons resultados em Língua Portuguesa. Ao final do 1ª série do ensino médio no ano em 2009, ficou em estudos de recuperação na referida disciplina conseguindo ser promovido. No início do 2º ano em 2010, apresentou um sensível número de faltas, justificando-se pela ocupação no pequeno negócio do pai. Consequentemente o índice de notas abaixo da média aumentou e sua aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História, Sociologia, Filosofia, Geografia foi defasada. Nesse contexto, migrou para o turno da noite da mesma escola. Uma questão particular o afastou dos estudos em Agosto de 2010 - precisou ir morar numa cidade interiorana do litoral cearense para trabalhar em tempo integral, porque se casou. Quando contatado para fazer parte dessa pesquisa demonstrou receptividade vindo até a escola para rever antigos professores e alguns colegas. N.D.C. disse que pretende voltar a estudar. Não apresentou uma previsão, contudo acredita que a partir de agosto de 2013 deva frequentar uma escola no período da noite. Disse não querer frequentar o CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos - porque ele acredita que não será “perseverante” para concluir o ensino médio. Narrou ainda que pretende fazer o ENEM e cursar o IFCE - Instituto Federal do Ceará - num curso tecnológico de Mecatrônica. No momento N.D.C., sua esposa e seu filho de 2 anos residem em Fortaleza, na casa dos pais dele, próximo à E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira.

Narrativa n. 3 - F.C.S.A., 3ª série A do ano de 2011, gênero masculino. Aluno exemplar do ensino fundamental, com um quadro de notas com resultados positivos. F.C.S.A. chegou ao ensino médio como uma aposta de sucesso da E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira. Ele pretendia prestar o ENEM em 2011 e cursar Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Ceará. Costumava ser destaque nas disciplinas das áreas de Ciências da Natureza e Matemática, tendo predileção por Matemática e Física. Era mediano na Linguagens e Códigos e em Ciências Humanas.

Possuidor de um senso crítico muito particular costumava ser “irreverente”, mas sempre respeitoso com professores e colegas. Vindo de uma família de classe média de poder aquisitivo considerável, no contexto do bairro onde morava, F.C.S.A., que já ajudava o pai na oficina mecânica do mesmo, recebeu uma proposta de um tio para fazer um curso do Senai e compor à equipe mecânica de uma empresa estrangeira, com representatividade na cidade de Fortaleza. Após ser admitido como estagiário na empresa e a fazer o curso, F.C.S.A. não conseguiu conciliar a escola e o trabalho e, necessitando continuar a trabalhar, deixou a escola sem concluir o 3ª série do ensino médio. Quando contatado para fazer parte dessa pesquisa mostrou-se receptivo e também veio à Escola rever professores e alguns colegas. Relatou que pretende concluir a 3ª série do ensino médio em 2013, porque pretende cursar engenharia mecânica na Universidade Federal do Ceará. Afirmou ter aprendido muito, mas, sente falta da escola e de ter concluído a educação básica no tempo regular.

Contextualizando a pesquisa realizada sobre a problemática da evasão escolar, é mister citar Franco e Novaes (2001), autores que discutem sobre os jovens do ensino médio e suas representações sociais no que diz respeito a percepção do acesso pelos alunos a um padrão de vida diferenciado a partir de expectativas direcionadas à escola por eles mesmos. Assim afirmam:

“no âmbito de representação que confere à escola o poder de possibilitar a conquista de um status social privilegiado, é importante considerar, além das condições concretas e objetivas dos envolvidos, o papel que se procura atribuir, hoje, à educação, elevando-a à condição de promotora de crescimento econômico e social. Passados os tempos de exaltação da teoria do ‘capital humano’, convive-se atualmente com sua retomada, acrescida, agora, de elementos compatíveis com uma visão de ‘modernidade’ e de globalização”.

Finalmente, nesse processo de globalização, os alunos de Escola Pública que cursam o ensino médio são levados (pelo meio socioeconômico em que estão inseridos) a entrarem no mercado de trabalho antes da conclusão dos estudos. Paradoxalmente, devido a sua não qualificação, entram no sistema da desqualificação da mão-de-obra o qual gera ocupações de baixa renda.

O sistema consiste entre outros modos, no comportamento de descarte do empregador que aceita ao jovem sem ter concluído o ensino médio como mão-de-obra

barata e o demite em outro momento devido a sua não qualificação, Não há dessa forma um programa de incentivo ao empregado no sentido deste terminar o ensino médio e retornar ao trabalho e ocupar um cargo mais qualificado.

Dessa forma o sistema demite os desqualificados, admite outros nessa mesma condição e admite os com ensino médio concluído para os cargos de qualificação gerando assim uma espécie de “ciclo vicioso” de cunho social, cultural e economicamente.

Nesse sentido, o aluno-evadido busca o retorno à escola porque acredita à mesma uma possibilidade de ascensão social. Como resultante dessa condição, há um retorno à escola e, a evasão assume outras características condicionando-se a esse momento-espço.

CAPÍTULO 5 - O PROJETO DIRETOR DE TURMA É UMA FERRAMENTA EFICIENTE NO ENFRENTAMENTO DA EVASÃO ESCOLAR?

Preâmbulo: Para responder a essa pergunta, os seguintes procedimentos metodológicos foram utilizados:

5.1. Abordagem metodológica

O Projeto Diretor de Turma foi implantado na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2010.

Os dados de Evasão Escolar analisados no resente trabalho referem-se ao turno noturno no ano de 2009 (antes da implementação do Projeto Diretor de Turma na referida escola) e nos anos subsequentes a implementação do citado Projeto - 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

Uma análise dos números relacionados à evasão escolar foi realizada sendo correlacionada a influência dos professores diretores de turma na diminuição do número de alunos evadidos nas séries que existem em cada ano (2009-2014). A quantidade de alunos evadidos em cada sala foi representada nas tabelas e gráficos em número absoluto e em porcentagem. Os dados foram tratados estatisticamente com o auxílio do Excel.

As hipóteses levantadas nessa fase do trabalho de pesquisa foram as seguintes:

1ª) A quantidade relativa de alunos evadidos da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira diminuiu devido à implantação na escola do Projeto Diretor de Turma.

2ª) O Projeto Diretor de Turma é uma ferramenta capaz de minimizar os números relativos de evasão escolar.

Os dados da pesquisa foram tratados estatisticamente e os gráficos e tabelas foram construídos pelo programa Excel.

Nesse trabalho não foi considerado relevante o mérito da quantidade de turmas. Observou-se que houve uma diminuição considerável na quantidade de

turmas nos anos estudados. No entanto, esse é um fenômeno presente em quase todas as escolas de Fortaleza no turno noturno. Não foram então discutidas nesse estudo as causas e problemáticas referentes a estes dados.

5.2. Análise do número de alunos matriculados e evadidos do turno da noite do ano de 2009 da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira

O trabalho de análise realizado nesse espaço consistiu em cruzar dados das distintas turmas dos 1º, 2º e 3º anos do ensino médio os quais foram fornecidos pela Secretaria da Escola. Os dados são referentes aos anos de 2009 a 2014. Posteriormente discutiu-se o comportamento desses números nos diagramas gráficos em função da evasão escolar. As conclusões referentes a essas análises estão inscritas nas considerações finais desse trabalho de Tese.

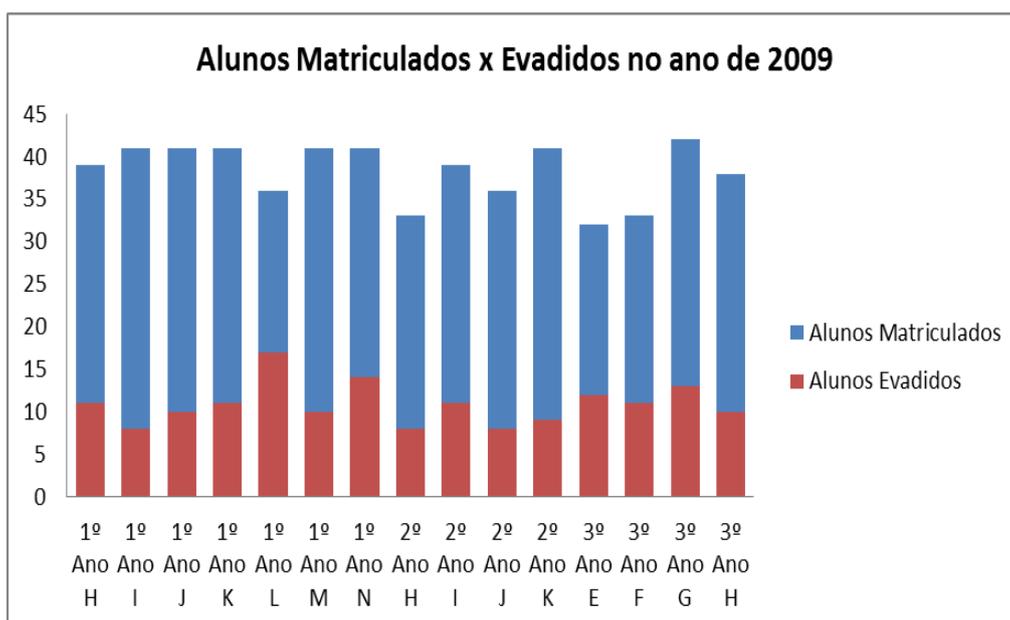


Gráfico 5.1. Alunos Matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2009. Fonte: Secretaria da Escola.

De acordo com o gráfico 5.1 o comportamento numérico das matrículas realizadas segue o comportamento numérico do número de alunos evadidos. Entretanto, em números absolutos, houve maior número de matrículas do que de evasão.

De acordo com os dados da Tabela 5.1 no ano de 2009 havia 15 turmas de Ensino médio no turno noturno, sendo o 1º ano o mais expressivo das sete turmas de 1º anos. Os números mais altos de evasão são os do 1º ano L com quase 50% dos alunos evadidos, seguido do 3º ano E com 38% de evasão e 1º ano N com 34% de evasão.

Nas 15 turmas de Ensino Médio do turno noturno no ano de 2009 havia 574 alunos matriculados no início do ano letivo, chegando ao final do ano com apenas 402 desses alunos com frequência regular, representando um total de 30% de alunos evadidos na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano letivo de 2009.

TABELA 5.1. Alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2009. Fonte: Secretaria da Escola.

% de Evasão na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira			
Ano de 2009			
Séries do Ensino Médio	Quantidade de alunos matriculados	Quantidade de alunos evadidos	% de alunos evadidos
1º ano I	41	12	29%
1º ano H	39	11	28%
1º ano L	36	17	47%
1º ano J	41	10	24%
1º ano K	41	11	27%
1º ano N	41	14	34%
1º ano M	41	10	24%
2º ano K	41	9	22%
2º ano J	36	13	36%
2º ano H	33	8	24%
2º ano I	39	11	28%
3º ano G	42	13	31%
3º ano F	33	11	33%
3º ano E	32	12	38%
TOTAL	574	172	30%

Nos dados percentuais do gráfico 5.2 uma barra bem diferenciada relativa ao 1º ano L com 47% de alunos evadidos em relação a todas os 1º anos do ensino médio foi bem evidenciada (barra indicada com uma seta vermelha no gráfico).

Em dados de média percentual, 29,2% foi a média determinada do total de evadidos nos 1º anos; 25% a média do total de evadidos dos 2º anos e 32% a média do total de evadidos dos 3º anos. Isso significa que o maior percentual de evasão ocorreu no total de 3º anos. Entretanto, 29,2% de evasão é um número alto nos 1º anos do ensino médio nessa escola. Nota-se também um valor mais alto (38%) de evadidos no 3º ano K (indicado com a segunda seta vermelha).

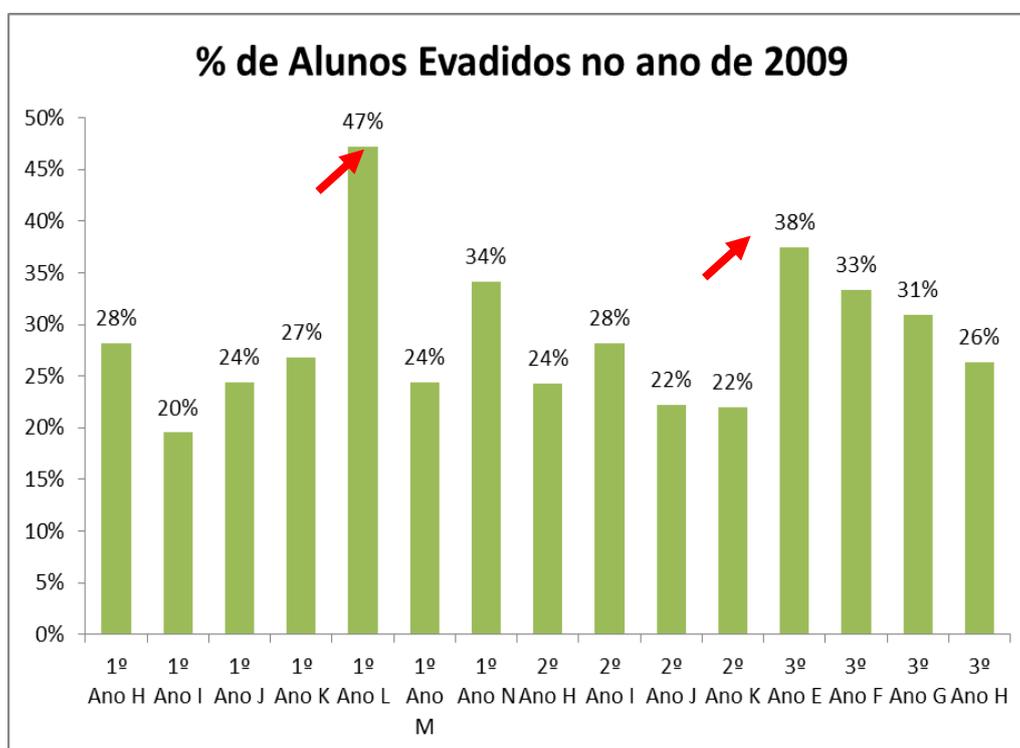


Gráfico 5.2. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno no ano de 2009 da Escola Hilza Diogo de Oliveira. Fonte: Secretaria da Escola.

5.3. Análise das quantificações de alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

No ano de 2010 foi implementado o Projeto Diretor de Turma na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira. O gráfico 5.3 representa o número de matriculados e o número de evadidos no ano de 2010, ano de implementação do Projeto Diretor de Turma na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira.

Na tabela 5.2 estão organizados por anos (1º ano, 2º ano e 3º ano do ensino médio) as quantificações de alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2010, segundo a Secretaria da referida escola.

TABELA 5.2. Quantidade de alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2010. Fonte: Secretaria da Escola Hilza Diogo.

% de Evasão na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira			
Ano de 2010			
Séries do Ensino Médio	Quantidade de alunos Matriculados	Quantidade de alunos Evadidos	% de Evadidos
1º ano G	30	7	23%
1º ano H	38	12	32%
1º ano I	48	14	29%
1º ano J	49	7	14%
1º ano K	41	12	29%
2º ano G	48	7	15%
2º ano H	34	15	44%
2º ano I	36	15	42%
2º ano J	43	8	19%
2º ano K	37	11	30%
3º ano G	35	16	46%
3º ano H	30	9	30%
3º ano I	46	7	15%
TOTAL	515	140	27%

No ano letivo de 2010 havia 13 turmas no turno noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira num total de 515 alunos matriculados.

No final do ano letivo de 2010 ocorreu um total de 140 alunos desistentes, o que representou 27% do todo. A turma que apresentou o maior percentual de evasão foi o 3º ano G com 46% de alunos evadidos, seguido do 2º ano H com 44% e depois da 2º ano I com 42%.

É importante ressaltar que no ano de 2010 não ocorreu uma adesão de todos os professores ao Projeto Diretor de Turma (PDT). Dessa forma, no turno noturno as turmas 3º ano G e 2º ano I não tiveram professor Diretor de Turma e ambas as turmas apresentaram um maior índice de evasão.

Essa constatação sustenta a hipótese 2 do presente trabalho: “o Projeto Diretor de Turma é uma ferramenta eficiente no enfrentamento da evasão escolar”.

Nesse sentido, no primeiro ano de aplicação do PDT que foi o ano de 2010, já se percebeu nos números coletados junto a Secretaria da escola, uma queda nos índices de evasão em relação ao ano de 2009, consistindo numa queda de 3% do total de alunos evadidos, mesmo com duas turmas sem diretores (referidas anteriormente nesse espaço).

Os gráficos 5.3 e 5.4 representam respectivamente os números e a percentagem de alunos matriculados e evadidos do turno noturno da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2010. Nesse trabalho, os gráficos 5.3 e 5.4 foram analisados de modo comparativo.

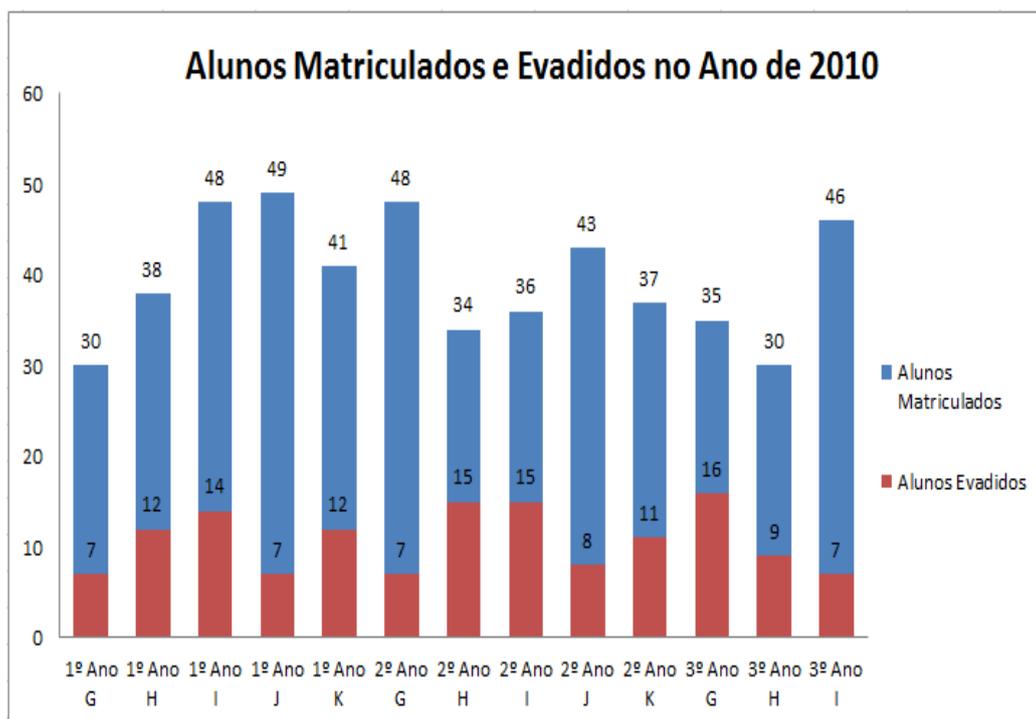


Gráfico 5.3. Alunos Matriculados e evadidos do Turno Noturno da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2010. Fonte: Secretaria da Escola.

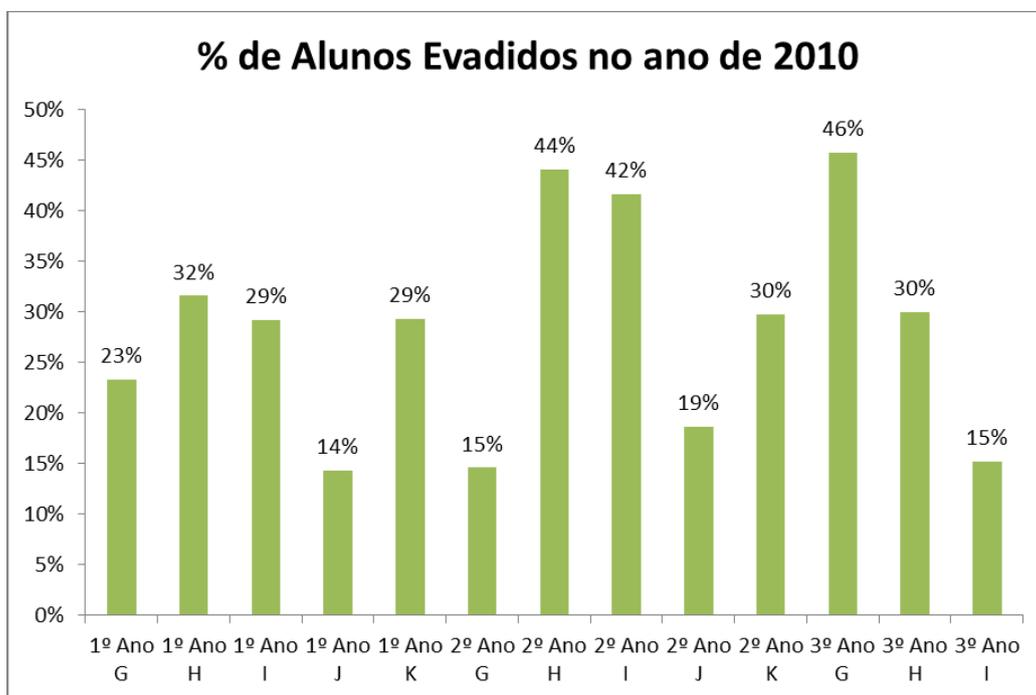


Gráfico 5.4. Porcentagem de alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2010. Fonte: Secretaria da Escola

Na figura 5.1 abaixo se pode visualizar em forma de panorama os gráficos 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 de números e percentuais de matrículas e evasão escolar dos anos 2009 e 2010.

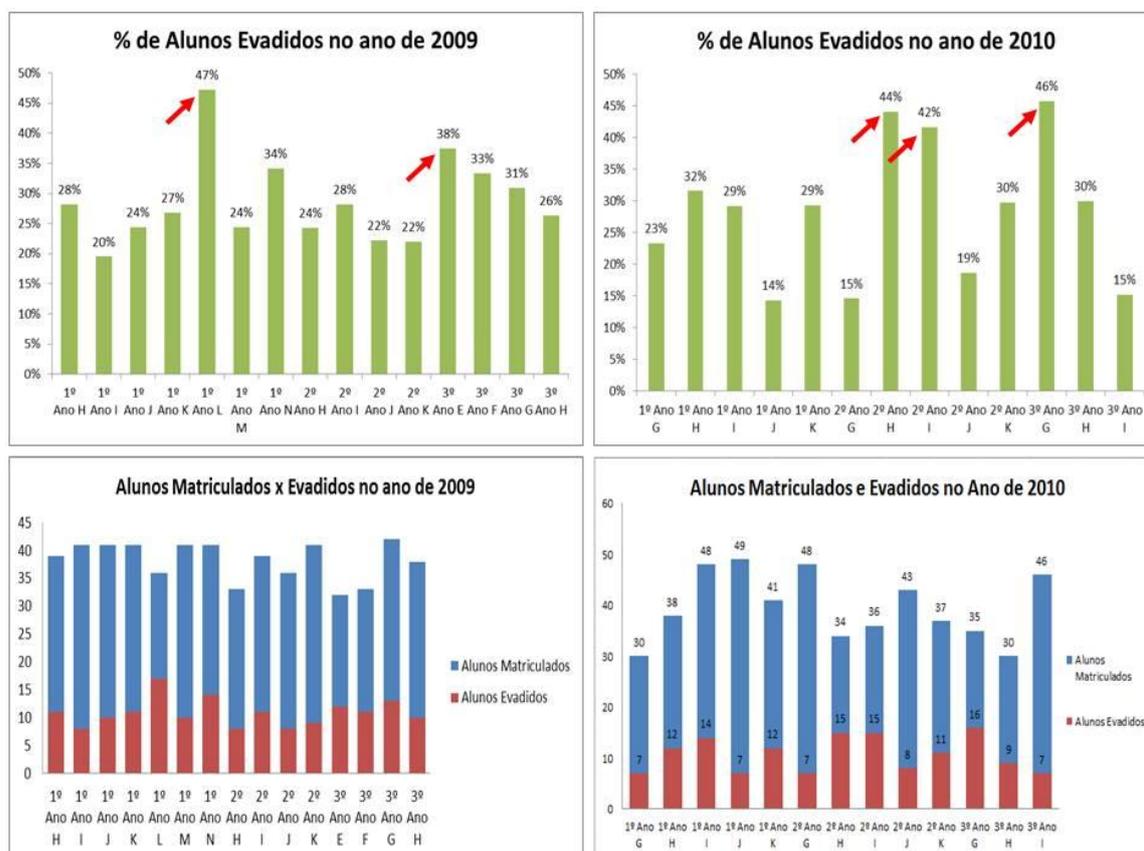


Figura 5.1. Panorama de comparação entre os gráficos dos anos de 2009 e 2010 que representam o percentual de evasão e número de matrícula e evasão da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira. Dados adaptado pelo autor.

Observa-se que no ano de 2009, houve um maior número percentual de evasão escolar no turno noturno nos 1º anos, enquanto que no ano de 2010, essa taxa de evasão diminuiu consideravelmente. Na análise comparada dos gráficos foi revelado que no ano de 2010 nos 2º houve um discreto aumento de evasão escolar no turno noturno.

Dito anteriormente que dois desses 2º anos não tinham professor diretor de turma, supõe-se que esse seja o motivo desse aumento de evasão, já que o professor diretor de turma é uma ferramenta que auxilia a minimizar essas taxas de evasão escolar.

Os gráficos 5.5 e 5.6 demonstram os números e os percentuais de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2011, de acordo com os materiais cedidos pela Secretaria da Escola.

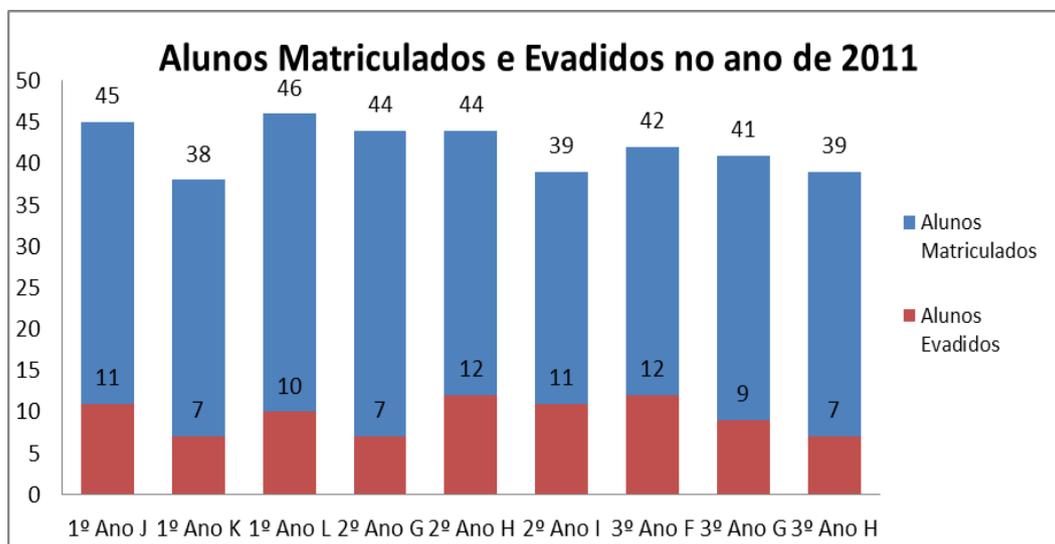


Gráfico 5.5. Alunos Matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2011. Fonte: Secretaria da Escola Hilza Diogo

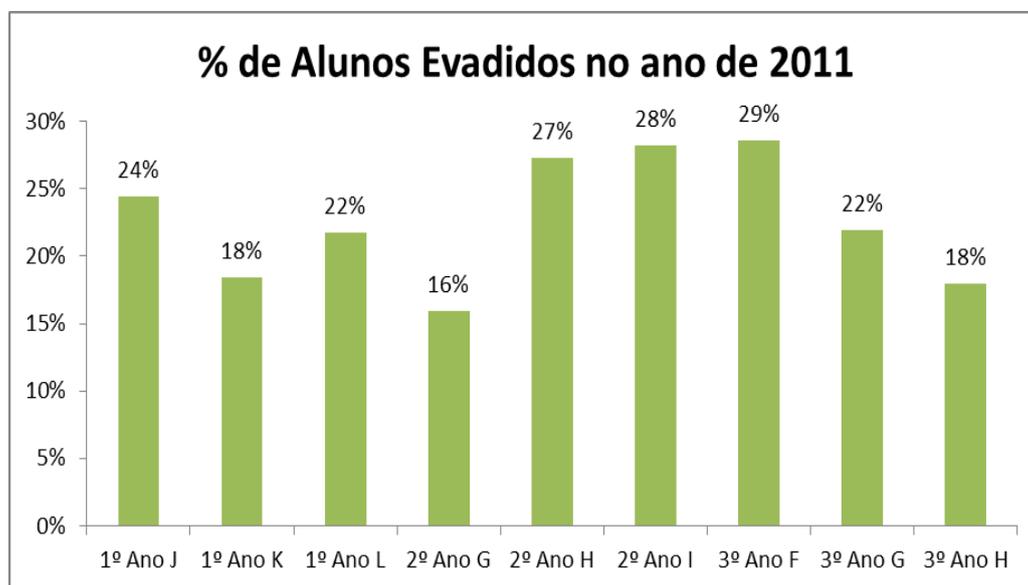


Gráfico 5.6. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2011. Fonte: Secretaria da Escola Hilza Diogo.

Em relação à adesão do Projeto Diretor de Turma no ano de 2011, 100% das turmas possuíam professores diretores responsáveis por cada turma. Já em relação aos números de evasão Houve uma diminuição considerável se comparados com o ano letivo de 2010. A turma que teve maior percentual de evasão foi o 3º ano F com 29%. Houve total de 378 alunos matriculados e um total de 86 alunos evadidos no final do ano letivo de 2011 representando 23% de alunos evadidos e uma diminuição de 4% em relação ao ano de 2010.

Na tabela 5.3 Abaixo estão organizados em turmas os números de alunos matriculados x números de alunos evadidos da escola no ano de 2011.

TABELA 5.3. Alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2011. Fonte: Secretaria da Escola.

Evasão de alunos na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira - Ano de 2011			
Séries do Ensino Médio	Quantidade de alunos Matriculados	Quantidade de alunos Evadidos	% Evasão
1º Ano J	45	11	24%
1º Ano K	38	7	18%
1º Ano L	46	10	22%
2º Ano G	44	7	16%
2º Ano H	44	12	27%
2º Ano I	39	11	28%
3º Ano F	42	12	29%
3º Ano G	41	9	22%
3º Ano H	39	7	18%
TOTAL	378	86	23%

Nos gráficos 5.7 e 5.8 estão demonstrados os números e percentuais de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo ano de 2012, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria da Escola.

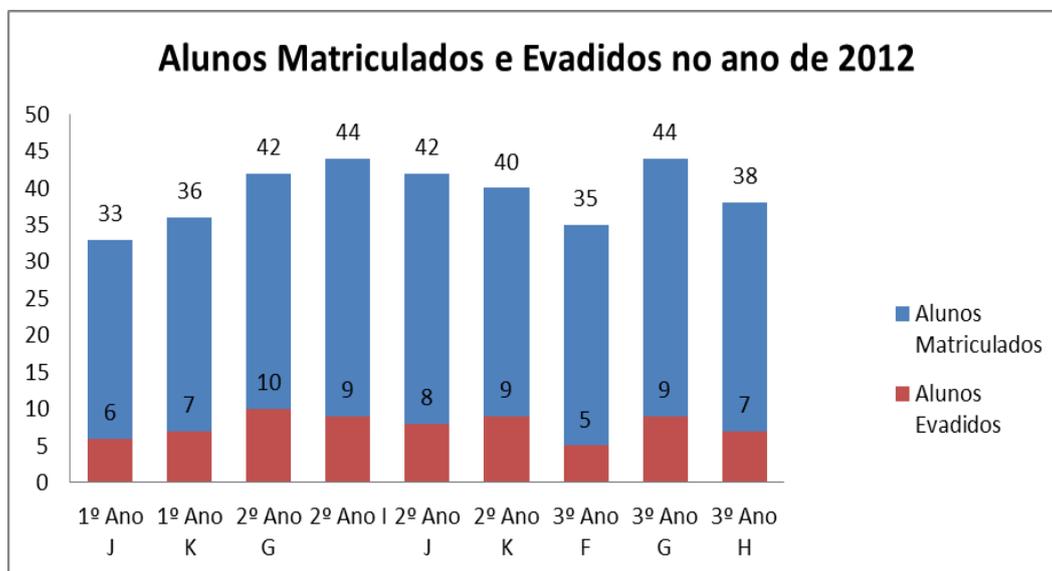


Gráfico 5.7. Alunos Matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2012. Fonte: Secretaria da Escola Hilza Diogo.

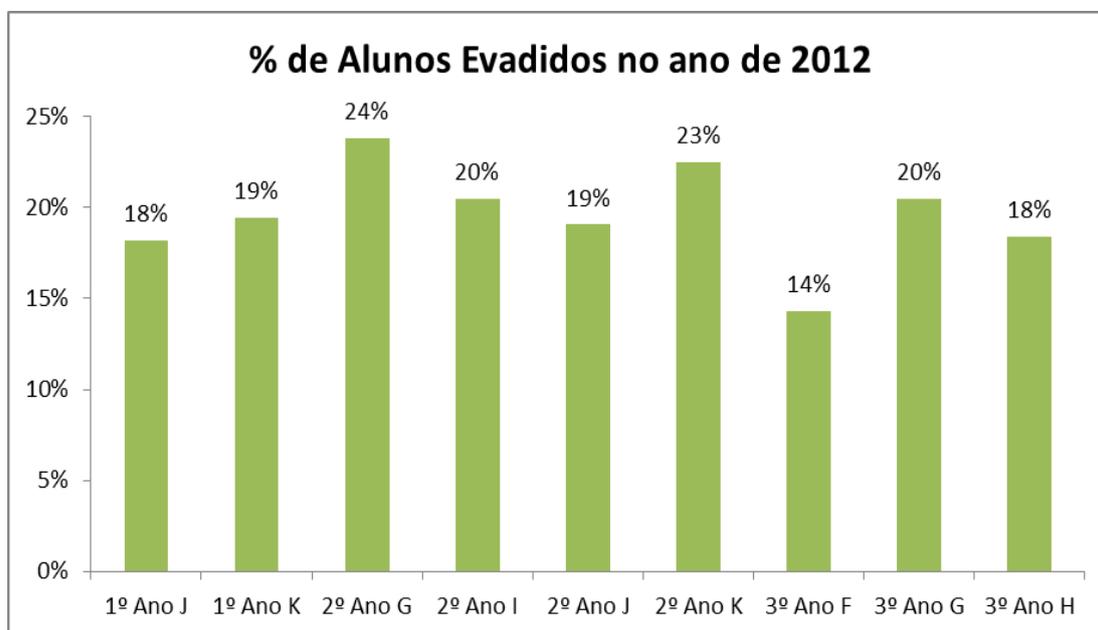


Gráfico 5.8. Percentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2012. Fonte: Secretaria da Escola Hilza Diogo.

Observa-se nesses dados gráficos que ocorreu um significativo decréscimo no número de turmas de 1º, 2º e 3º anos no turno noturno na escola Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2012.

No entanto, o número de evasões caiu significativamente em todos os anos do ensino médio no turno da noite em 2012. Esses dados corroboram com a questão do trabalho realizado pelo professor diretor de turma nessa escola como forma de enfrentamento das altas taxas de evasão.

Na tabela 5.4 abaixo estão organizados por turmas os números de matrículas e o número de alunos evadidos assim como os percentuais de evasão dessas turmas no turno noturno da escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2012.

TABELA 5.4. Percentual de alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2012 de acordo com dados cedidos percentuais pela Secretaria da Escola.

Percentual de alunos evadidos do turno noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira - Ano de 2012			
Séries do Ensino Médio	Quantidade de alunos Matriculados	Quantidade de alunos Evadidos	% de Evadidos
1º Ano J	33	6	18%
1º Ano K	36	7	19%
2º Ano G	42	10	24%
2º Ano I	44	9	20%
2º Ano J	42	8	19%
2º Ano K	40	9	23%
3º Ano F	35	5	14%
3º Ano G	44	9	20%
3º Ano H	38	7	18%
TOTAL	354	70	20%

É mister informar que nos anos de 2011 e 2012 e os demais subsequentes analisados nesse trabalho, 100% das turmas possuía professores diretores.

De acordo com a tabela 5.4 a turma que teve maior percentual de evasão foi o 2º ano G com 24% de evasão. Observou-se que a sala com maior índice de evasão no ano de 2012 tem metade do índice de evasão do ano de 2009, aquele aonde ainda não havia sido implantado o Projeto Diretor de Turma.

Os dados inscritos na tabela 5.4 (dados fornecidos pela Secretaria da escola) demonstram que a escola teve um total de 354 alunos matriculados e 70 alunos evadidos ao final do ano de 2012, representando um total de 20% de alunos evadidos e uma diminuição de 3% em relação ao ano anterior.

Importante ressaltar que, a diminuição na quantidade de turmas no turno noturno nos anos estudados consiste num fato que ocorre na maioria das escolas públicas de Fortaleza no turno noturno. A hipótese é a de que estes alunos vão à busca de alternativas (curso Supletivo, outros cursos condensados) já que esses alunos fora de faixa etária escolar necessitam com maior urgência concluir o ensino médio.

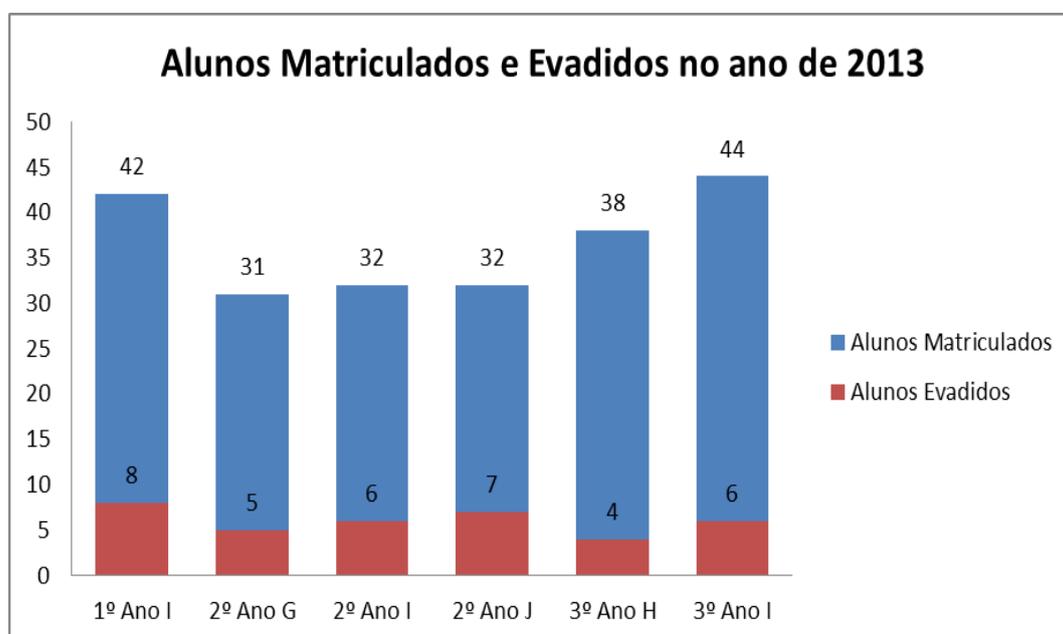


Gráfico 5.9. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2013. Fonte: Secretaria da Escola Hilza Diogo.

Nos gráficos 5.9 e 5.10 estão demonstrados os comportamentos percentuais do número de alunos matriculados e número de alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2013, segundo fontes fornecidas pela Secretaria da referida Escola.

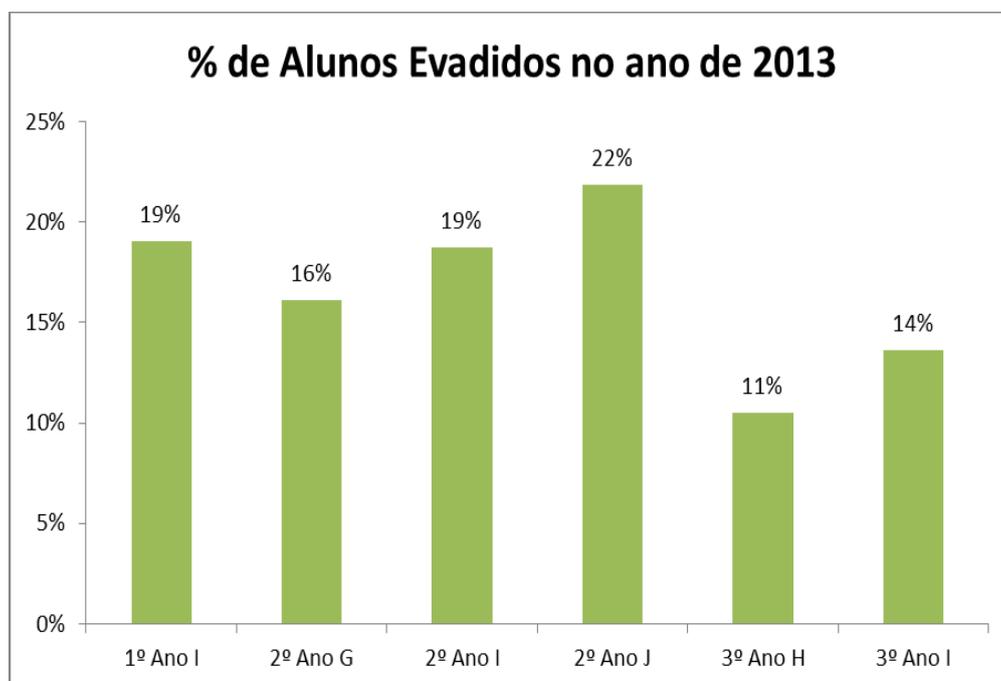


Gráfico 5.10. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2013. Fonte: Secretaria da Escola Hilza Diogo.

Já na Tabela 5.5 estão organizados por turmas os números dos alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2013, de acordo com informes cedidos pela Secretaria da Escola.

TABELA 5.5. Números de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2013. Fonte: Secretaria da Escola.

Percentual de alunos evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira - Ano de 2013			
Série	Quantidade de alunos Matriculados	Quantidade de alunos Evadidos	% de Evasão
1º Ano I	42	8	19%
2º Ano G	31	5	16%
2º Ano I	32	6	19%
2º Ano J	32	7	22%
3º Ano H	38	4	11%
3º Ano I	44	6	14%
TOTAL	219	36	16%

No ano de 2013 a turma que teve maior percentual de evasão foi o 2º ano J com 22% de evasão. Os índices de maior percentual de evasão se mostram cada vez menores quanto mais se consolida e se fortalece o Projeto Professor Diretor de Turma. Houve um total de 219 alunos matriculados no ano de 2013 e apenas 36 desse total evadiu ao final do mesmo ano. Assim, 16% de alunos evadiram evidenciando uma diminuição de 4% no percentual de evasão em relação ao ano de 2012.

Os gráficos 5.11 e 5.12 representam os alunos matriculados e evadidos do turno noturno da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira no ano de 2014. Observa-se que o maior índice de evasão se deu no 1º ano. Nos 2º e 3º anos o comportamento do índice de evasão foi muito semelhante.

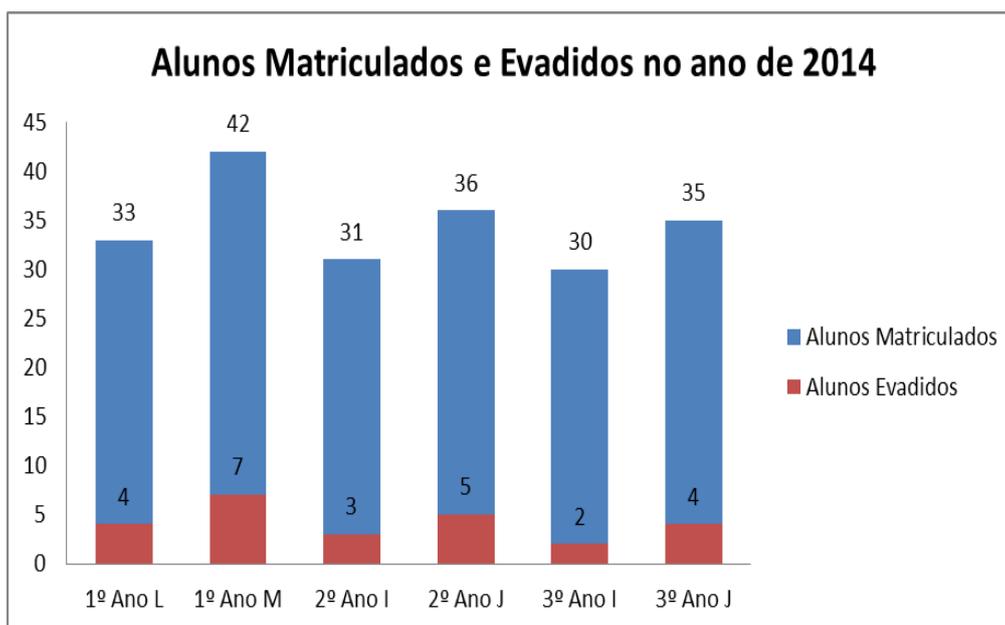


Gráfico 5.11: Alunos Matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2014. Fonte: Secretaria da Escola.

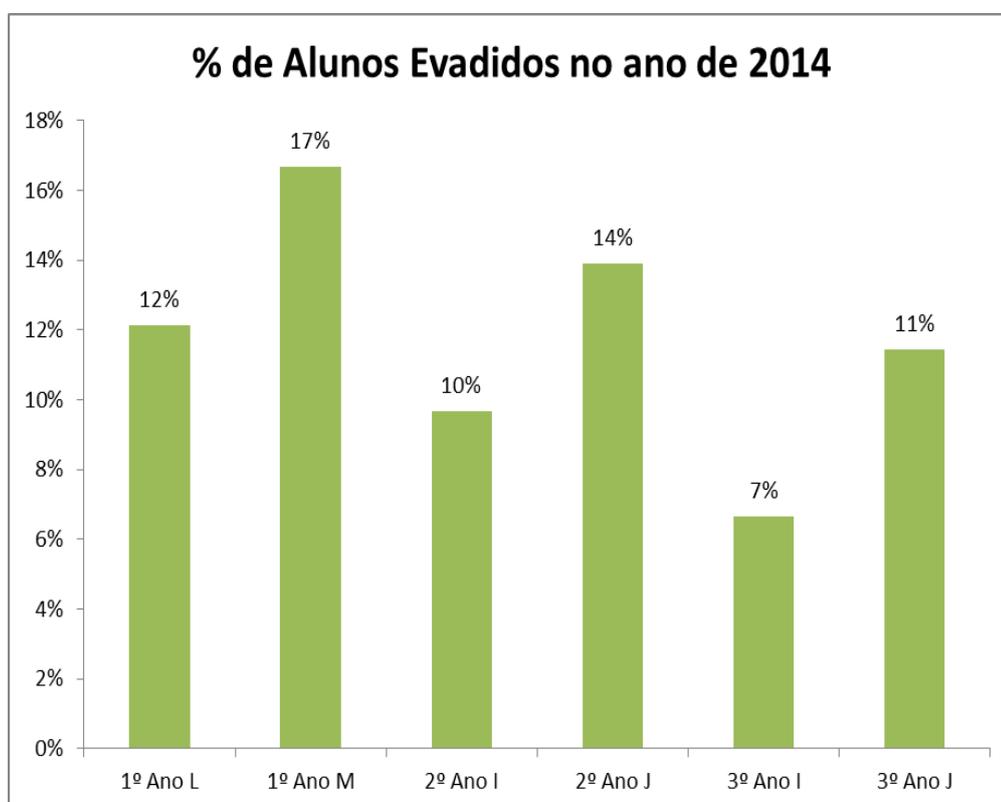


Gráfico 5.12. Porcentagem de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo no ano de 2014. Fonte: Secretaria da Escola.

A Tabela 5.6 organiza em turmas o número de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Hilza Diogo, mostrando com base nesses números coletados, o Percentual de evasão no turno no ano de 2014. Os dados foram cedidos pela Secretária da Escola.

TABELA 5.6, Número de alunos matriculados e evadidos do Turno Noturno na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira, mostrando com base nesses números coletados, o Percentual de evasão no turno no ano de 2014. Os dados foram cedidos pela Secretária da Escola.

Percentual de evasão no turno noturno da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira - Ano de 2014			
Séries do Ensino Médio	Quantidade de alunos Matriculados	Quantidade de alunos Evadidos	% de Evadidos
1º Ano L	33	4	12%
1º Ano M	42	7	17%
2º Ano I	31	3	10%
2º Ano J	36	5	14%
3º Ano I	30	2	7%
3º Ano J	35	4	11%
TOTAL	207	25	12%

No ano de 2014, último marco de estudo do presente trabalho, verifica-se apenas 12% de evasão, dado alcançado devido a dedicação dos professores diretores de turma que se empenharam em diminuir os índices de evasão os quais eram alarmantes e preocupantes tanto para a gestão escolar quanto para os próprios professores.

A turma que teve maior percentual de evasão foi o 1º ano M com apenas 17% de evasão. Observa-se no todo que os índices de evasão caíram de 30% no ano de 2009 para apenas 12% no ano de 2014, uma queda em quantidade de 50% que é bastante significativa. Do total de 207 alunos matriculados, apenas 25 alunos

evadiram ao final do ano de 2014, representando uma diminuição de 4% em relação ao ano de 2013.

O Gráfico 5.13 abaixo representa a curva de evasão escolar na EEFM Dona Hilza Diogo de Oliveira entre nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

A curva do gráfico 5.13 revelou que houve um decréscimo significativo do percentual de evasão na referida escola, passando de um índice de 0,30 no ano de 2009 para 0,12 no ano de 2014, ou seja, de 30% caiu para 12%, fato que se relaciona de forma direta com a adoção pela escola da ferramenta Professor Diretor de Turma (PDT) a partir do ano de 2010. Tal fato vem consolidar o conceito de que o Professor Diretor de Turma é uma eficiente ferramenta de trabalho no processo de diminuição dos percentuais de evasão na Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira.

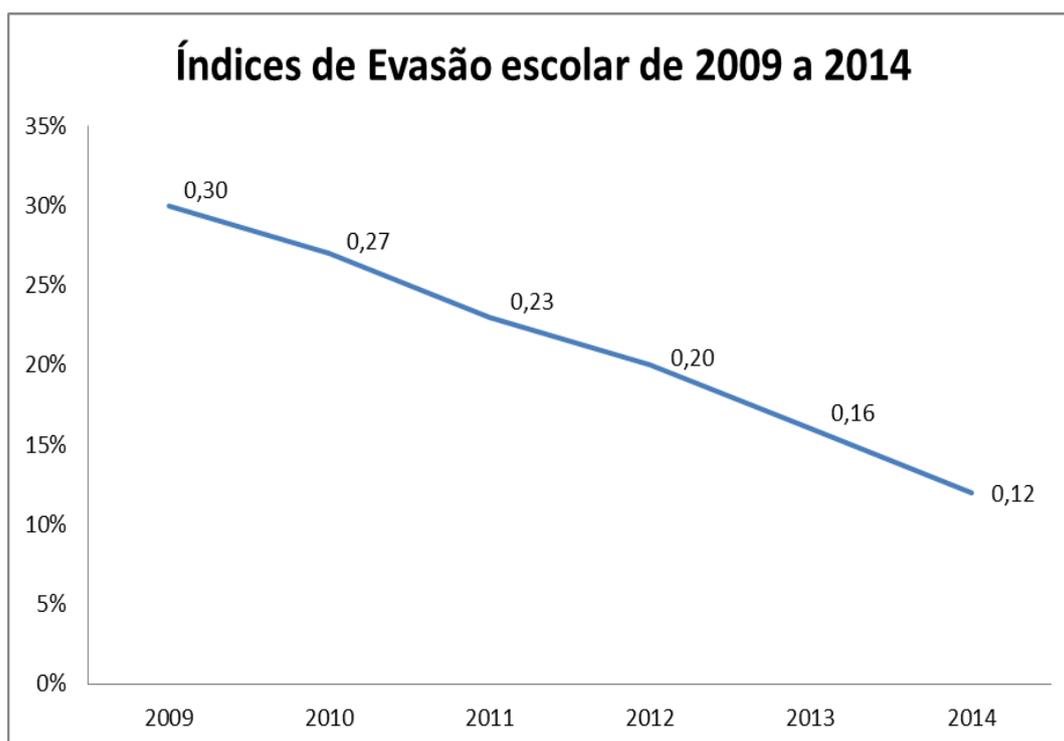


Gráfico 5.13. Comportamento dos índices de evasão das turmas de ensino médio no turno noturno da Escola Dona Hilza Diogo de Oliveira nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 evidenciando uma queda significativa nos índices de evasão a partir do ano de 2010. Fonte: Dados da Secretaria da Escola. Adaptado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Censo Escolar de 2015 divulgado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) evidenciou que no Ensino Médio, desde 2014, houve uma redução de 7,1% das matrículas indicando um grande número de jovens fora da escola sendo a imensa maioria nas escolas públicas. No contexto da evasão nas escolas públicas, esses dados são associados a fatores como mais de 30% dos professores do Ensino Médio não são licenciados na área específica em que lecionam. A grande maioria dessas escolas públicas apresentaram sérias carências em suas estruturas como ausência de biblioteca, o não acesso à internet, não têm laboratório de ciências, não têm laboratório de informática ou quadra esportiva.

No mundo moderno globalizado, com várias tecnologias de ponta nas ciências e na comunicação que induziram maior força e velocidade na economia mundial, como é possível haver ainda quadros tão graves no processo educacional de crianças e adolescentes em muitos países como é o caso da evasão escolar no Brasil?

O processo de globalização e sua influência incisiva no status socioeconômico mundial desencadeou uma maior velocidade na dinâmica da relação produção/consumo e, por conseguinte, da informação, alterando de forma contundente as relações socioeconômicas, socioculturais e o processo educacional. Nesse contexto, a Educação - considerada a base do desenvolvimento humano - foi praticamente foi subjugada. Como consequência desse fato histórico já no século XX, o desenvolvimento passou a ter como referência o consumo de bens associado às tecnologias aplicadas às ciências e a informação. Assim, o mundo sintetizou o conceito de progresso como um maior e mais veloz aumento da relação produção/consumo colocando essa relação acima de quaisquer outros valores humanos, relegando a dimensão do conhecimento em função do desenvolvimento econômico (ARAÚJO, 2009).

Ainda, de acordo com Araújo (2009), no contexto das tecnologias de informação, a internet com seus sistemas online e os seus sites aumentou significativamente a velocidade das informações científico-tecnológicas, culturais,

econômicas e políticas as quais induziram uma expansão do comércio internacional e inter-regional culminando na aceleração da integração mundial.

No Brasil, o processo de internacionalização da economia impactou as camadas da classe média brasileira, principalmente as camadas socioeconômicas que necessitam da Escola Pública (SALATA, 2015).

Pesquisas nesse campo revelaram que os estudantes evadidos eram em sua maioria filhos de profissionais liberais, de pequenos empreendedores e de pessoas que vendiam força de trabalho, ou seja, pertencentes às classes de média e baixa renda. A família usou então como alternativa de estrutura o turno noturno da escola pública para que os filhos concluíssem o ensino médio (LAHIRE, 2004).

Dessa forma, durante o dia ajudavam nos negócios da família ou outros serviços em busca de emancipação. Nesse contexto, os jovens passaram a migrar para o turno da noite, quando assumiam uma jornada de dois turnos de trabalho ao dia e frequência escolar durante a noite. Tal fato trouxe para a vida dos jovens estudantes sérias e danosas consequências como uma maior queda no rendimento escolar, fadiga, cansaço e outras complicações que levavam ao abandono da escola.

Uma importante conclusão obtida da investigação literária sobre evasão escolar realizada no presente trabalho consiste no fato de que os jovens de famílias de baixa renda são aqueles que estão mais distantes do processo de educação e, por conseguinte, mais distantes do sucesso profissional no mundo globalizado (GOLDEMBERG, 1993).

São esses jovens aqueles que aparecem nos picos dos gráficos de exclusão social, nos picos dos gráficos de gravidez na adolescência e na criminalidade entre outros locais consequentes dos danos causados por toda essa configuração aqui discutida sobre a economia mundial. Toda essa configuração é proveniente do distanciamento de oportunidades de sucesso profissional para os jovens no contexto das imensas disparidades socioeconômicas como acontece na América Latina. A escola assume nesse panorama uma função primordial, como sendo a porta, o veículo, a ferramenta que pode mudar essa injusta realidade. Entretanto, no mundo

que gira em torno da relação produção/consumo, a escola passou a ser muito mais uma fábrica de jovens diplomados do que uma escola que prima pela qualidade da educação que pode ser oferecida aos jovens - formação cidadã, cultura, conhecimento, identidade, ciência, literatura, ética - tudo isso e muito mais uma Escola pode e deve oferecer aos jovens e ao futuro deles.

Tal cenário leva a muitos questionamentos e a sociedade necessita de respostas. Como solucionar ou minimizar o sério problema do abandono escolar? De que forma a comunidade, a família, o Estado, ou seja, a sociedade em geral pode melhorar esse quadro e manter a criança e o adolescente estudando? Essa é uma tarefa somente para a escola?

Soares e seus colaboradores (2015) em seu trabalho intitulado “Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais”, traçaram um perfil geral dos jovens mais vulneráveis ao abandono do ensino médio: “os de menores condições econômicas, os do sexo masculino, os que apresentam histórico prévio de reprovação, abandono e baixo desempenho acadêmico, os que apresentam desinteresse e falta de motivação e participação nas atividades escolares, e os que apresentam situações especiais, como a gravidez precoce”. De acordo com esses autores, “aparentemente, a escola pouco pode fazer quanto à condição socioeconômica dos alunos, mas deve estar atenta aos grupos mais vulneráveis”.

Nesse sentido, se faz necessário desenvolver programas e projetos específicos que aumentem o interesse e a motivação de jovens em situação de risco de modo que melhorem sua participação nas atividades acadêmicas e sociais da escola já nas séries iniciais como forma preventiva de situação de riscos no futuro. Dessa forma, políticas públicas educacionais voltadas para a redução da reprovação no ensino fundamental e médio dever ser feitas no sentido de melhorar o fluxo escolar, focando num processo de recuperação contínua e eficaz dos níveis de habilidades cognitivas dos alunos nas diversas disciplinas com também no dinamismo da motivação para que sejam concluídas todas as etapas escolares (SOARES; FERNANDES; NÓBREGA; NICOLELLA, 2015).

Como a escola E.E.F.M Dona Hilza Diogo de Oliveira, objeto de pesquisa desse trabalho de tese vem enfrentando o problema da evasão escolar?

O corpo pedagógico da E.E.F.M Dona Hilza Diogo de Oliveira, vinha desenvolvendo desde o ano de 2009 a ideia de construir um Projeto Político Pedagógico que pudesse intervir de maneira efetiva, para que os alunos não abandonem a escola. A realidade socioeconômica da clientela foi o grande desafio desse trabalho.

No processo, a meta foi: estudar analisar e aderir ao “Projeto Diretor de Turma” (PDT) da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) - uma ferramenta estratégica voltada para o problema da evasão escolar nas escolas públicas do Estado do Ceará.

“Vigente desde 2008, o projeto propõe que o professor, independentemente de sua área de conhecimento, responsabilize-se por uma determinada turma, cabendo-lhe conhecer os estudantes individualmente, para atendê-los em suas necessidades. Além disso, são atribuições do professor diretor de turma: a mediação das relações entre a sua turma e os demais segmentos da comunidade escolar, bem como o trabalho de formação cidadã e desenvolvimento de competências socioemocionais, junto aos seus estudantes” (<https://www.seduc.ce.gov.br/projeto-professor-diretor-de-turma-ppdt/>)

A escola Dona Hilza Diogo de Oliveira implementou o PDT no ano de 2010.

De acordo com os resultados estatísticos apresentados nessa pesquisa, o projeto Diretor de Turma da Dona Hilza Diogo de Oliveira alavancou uma redução considerável na evasão escolar do turno noturno, onde no ano de 2009, antes de se iniciar o projeto, havia uma evasão de aproximadamente 30% dos alunos, quase um terço dos alunos matriculados no início do ano letivo, não chegavam ao final desse ano letivo como aluno regular e desistiam pelo caminho. O sucesso do Projeto fez com que, em apenas 5 anos de sua aplicabilidade nessa escola, os números ficassem cada vez menores e diminuindo progressivamente a cada ano.

Mesmo no primeiro ano de aplicação do projeto, considerando a fase de adaptação e de adequação de professores e alunos ao Projeto, já era perceptível que

esta ferramenta acarretaria em melhorias para a Escola e para os alunos, pois, além da redução da evasão escolar houve também uma melhoria do ensino aprendizagem nos aspectos pedagógicos e humanos. Os alunos ficavam mais próximos dos seus diretores de turma, passando a confiar mais em seus professores, criando laços fortes tal qual os seus laços familiares.

Finalmente, processo de evasão escolar no ensino médio no turno noturno da E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira no período que vai de 2010 a 2014, nas séries sequenciais 1º ano, 2º ano e 3º ano do turno noturno se configura enquanto reflexo de um contexto socioeconômico, político e cultural. Após praticamente 20 (vinte) anos da LDB e 10 (dez) anos do PNE os alunos continuam deixando a escola seja por motivos de ordem material, seja por motivo de ordem subjetivo – imaterial (Araújo, 2009) aliado a este aspecto, encontramos a descontinuidade de políticas públicas para a educação.

O sucesso desse trabalho na E.E.F.M. Dona Hilza Diogo de Oliveira se deu devido ao empenho dos Professores Diretores de Turma do turno noturno a partir do ano de 2010 até o ano de 2014. O trabalho realizado fez uso de inteligentes intervenções pedagógicas, construindo laços mais estreitos com os alunos, investindo em motivações e melhorias na qualidade da relação ensino/aprendizagem, tendo como resultado do incentivo gerado uma significativa queda nos índices de abandono da escola pelo aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. F. **Globalização e desenvolvimento**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

ARAUJO, I. M. Trabalho, Desenvolvimento, Educação: Processos Sociais e ação docente: **Fascículo 2 – Desenvolvimento: Uma proposta para emancipação social**. Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora LTDA, 2009.

ARAUJO, M. N. O. Trabalho, Desenvolvimento, Educação: Processos Sociais e ação docente: **Fascículo 1 – Trabalho: Um conceito para construção da aprendizagem**. Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora LTDA, 2009.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação (Campinas)*, v. 16, n. 2, p. 355-74, 2011.

BARRETTO, E. S. S.; MITRULIS, E. **Trajetória e desafios dos ciclos escolares no País**. Disponível em <
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a03.pdf>> acesso em set/2015.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMEC). Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CARNEIRO, M. A. **LDB Fácil: Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. 8 ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

CAVALIERE, A. M. Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil. In: CAVALIERE, A. M. e COELHO, L. M. C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

CHAVES, V.L.J. **Crise e privatização da universidade pública: de Fernando Henrique a Lula da Silva**. Universidade & Sociedade, Brasília, DF, n. 38, p. 61-77, 2010.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Ministério da Educação. Brasília, DF, 1996.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 144, p. 770-89, 2011.

DOURADO, L. F. **Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009:** questões estruturais e conjunturais de uma política. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/03.pdf>> acesso em ago/2015.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FIGUEIREDO, N. G. S.; SALLES, D. M. R. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões Ensaio: **aval.pol.públ.Educ.** vol.25 no.95 Rio de Janeiro Epub Apr 27, 2017.

FONSECA, M. Políticas Públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **In Cadernos Cedes, Campinas** vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a02.pdf>> acesso em Out/2015.

FORNARI, L. T. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, RS, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010.

FRANCO, M. L. P. B.; NOVAES, G. T. F. **Os Jovens do Ensino Médio e suas Representações Sociais**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16107.pdf> > acesso em set/2015

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília, **MEC/SEMTEC**, 338p 338, 2004.

GASPAR, A. A educação formal e a educação informal em ciências. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. de C. & BRITO, F (orgs.). **Ciência e público – caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 171-183, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: RAE, v. 35, p. 20-29, 1995.

GOLDEMBERG, J. O repensar da Educação no Brasil. **Estud. av.** vol.7 no.18 São Paulo May/Aug. 1993.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**: O breve século XX. São Paulo, Companhia das letras, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Projeto: Educação Profissional no Brasil e evasão escolar. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em 2015.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: Razões do improvável**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMBORN, S. Putting school in perspective: the influence of family, peers, extracurricular participation, and part-time work on academic engagement. In: NEWMANN, Fred M. (Org.). Student engagement and achievement in american secondary schools. New Yourk, **Teachers College Press**, p. 153-181, 1992

LOPES, E. M. T. **500 Anos de Educação no Brasil**. 4ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

- LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
- LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia**. 2ª. ed. rev. [Tradução de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna]. São Paulo: Editora Nacional. 291p.. 1963.
- MACHADO, M. R. L.; MOREIRA, P. R. Educação profissional no Brasil, evasão escolar e transição para o mundo do trabalho. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Cefet-MG, 2012.
- MEC. Ensino Fundamental de nove anos. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2004
- MEC. **Indicadores da qualidade na educação/** Ação Educativa, Unicef, Pnud, INEP, Seb/MEC (coordenadores) – São Paulo: **Ação Educativa**, 3ª edição ampliada, 2007.
- MEKSENAS, P. **Sociologia da educação**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- MORDUCHOWICZ, A. **Carreras, incentivos y estructuras salariales docentes**. Buenos Aires: PREAL/FLACSO, (Preal, n. 23), 2002.
- MOTA, F. A. Trabalho, Desenvolvimento, Educação: Processos Sociais e ação docente: **Fascículo 3 – Educação: Uma política para a construção da cidadania**. Fortaleza, Expressão Gráfica e Editora LTDA, 2009.
- NERI, M. C. **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.
- PEREIRA, M. C. Evasão escolar: causas e desafios. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 02, Vol. 01, pp. 36-51. ISSN: 2448-0959, 2019.

RUMBERGER, R. W.; LIM, S. A. Why students drop out of school: a review of 25 years of research.. **California dropout research project: Report 15**. Santa Barbara: University of California, 2008.

SALATA, A. R. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. **Dados**, vol.58 No 1, Rio de Janeiro , 2015.

SANTOS, M. **Técnica espaço e tempo: globalização e meio técnico científico e informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 12.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, Edusp, 1984.

SEDUC. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. In: <http://sige.seduc.ce.gov.br/> Acesso em 2015.

SOARES, T. M.; FERNANDES, N. S.; NÓBREGA, M. C.; NICOLELLA, A.C. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, 2015.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. In: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/> Ano de 2002.

VALE, L. **A escola imaginária**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

VASCONCELLOS , A. J. A. B. de. **A civilização escolar e as camadas populares: a tecitura do cotidiano escolar**. 2009. Tese (Doutorado em Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da USP.

XAVIER, M. E. S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez, 1980.

APÊNDICES

1. TERMO DE CONSENTIMENTO

Caro Estudante,

O presente questionário possui um caráter de estudo acadêmico para compreensão da evasão escolar, no turno da noite, nos anos de 2009, 2010 e 2011 – final da primeira década do século XXI, na escola de Ensino Fundamental e Médio Dona Hilza Diogo de Oliveira.

Gostaríamos de contar com a sua colaboração nesta pesquisa que não revelará informações pessoais. O anonimato será preservado para que não haja constrangimento pessoal a nenhum dos participantes. (ART. 9º CÓDIGO DE ÉTICA)

Este instrumental faz parte de um estudo de caso, cujo cenário é, ou foi, a escola na qual você cursou o Ensino Médio.

Desde já agradecemos sua participação ao responder as perguntas aqui formuladas.

Atenciosamente,

_____ Antônio Wellington de Souza Costa

Coordenador Escolar da EEFM Dona Hilza Diogo de Oliveira

_____ Participante da Pesquisa

2. QUESTIONÁRIO APLICADO A ALUNOS EVADIDOS DO ENSINO MÉDIO

(adaptado do modelo proposto na obra: “INDICADORES DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO”, uma publicação de: AÇÃO EDUCATIVA, UNICEF, PNUD, INEP, SEB/MEC; SÃO PAULO, AÇÃO EDUCATIVA, 2007, PG. 70, 3ª EDIÇÃO AMPLIADA).

1. NOME DO ALUNO (INICIAIS):
2. SEXO: () MASCULINO () FEMININO
3. IDADE:
4. LOCAL DE MORADIA: () PRÓXIMO A ESCOLA E NO MESMO BAIRRO; () DISTANTE DA ESCOLA E NO MESMO BAIRRO; () DISTANTE DA ESCOLA; () EM BAIRRO PRÓXIMO DA ESCOLA; () DISTANTE DA ESCOLA; () EM BAIRRO DISTANTE DA ESCOLA
5. QUAL A SUA RAÇA/COR ? () NEGRA () PARDA () AMARELA () BRANCA () INDÍGENA
6. VOCÊ APRESENTA ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA? () SIM () NÃO. CASO A RESPOSTA SEJA SIM, ESPECIFIQUE O TIPO DA DOENÇA FÍSICA:
7. VOCÊ POSSUI ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA? () SIM () NÃO. CASO A RESPOSTA SEJA SIM, ESPECIFIQUE O TIPO DE ATIVIDADE REMUNERADA:
8. O QUE O/A LEVOU A DEIXAR DE FREQUENTAR A ESCOLA?
9. VOCÊ SE IDENTIFICAVA OU GOSTAVA DE ESTUDAR QUE DISCIPLINA(S) (DISCIPLINAS-CONTEÚDOS, MATÉRIAS) ?
10. VOCÊ APRESENTA DIFICULDADES EM ALGUMA DISCIPLINA (MATÉRIA, CONTEÚDO) ? () SIM () NÃO. CASO A RESPOSTA SEJA SIM, PODERIA CITAR QUAL(IS):
11. VOCÊ ESTÁ FREQUENTANDO OUTRA ESCOLA? () SIM () NÃO. CASO A RESPOSTA SEJA SIM, QUAL A ESCOLA QUE VOCÊ ESTÁ FREQUENTANDO?
12. VOCÊ PRETENDE VOLTAR A ESTUDAR ? () SIM () NÃO. CASO A RESPOSTA SEJA POSITIVA, HÁ ALGUMA EXPECTATIVA PARA O SEU RETORNO AOS ESTUDOS, OU SEJA, QUANDO E ONDE VOCÊ PRETENDER VOLTAR A ESTUDAR?

3. ESTRUTURA DO PROJETO ANUAL

ESTRUTURA DO PROJETO - ANUAL		
AÇÕES	PERÍODO	OBJETIVOS
Horário Diretor de Turma	Diariamente	* Elaboração do dossiê de turma; * Atendimento aos pais e alunos; * Estudo orientado; * Formação para cidadania.
1ª Reunião de Pais	Início do ano letivo	* Apresentação do projeto e seus objetivos; * Apresentação do Diretor de Turma; * Escolha dos representantes dos pais.
Reunião Diagnóstica	5ª semana de aula	* Reunião do conselho de classe; * Discussão assuntos do interesse da turma; * Avaliação (núcleo gestor, corpo docente, autoavaliação dos alunos); * Avaliação diagnóstica.
Reunião de Pais (ao final de cada Bimestre)	Antes da reunião bimestral	* Reunião do grupo de pais para que o representante colha informações e assuntos que desejam que sejam explorados nas reuniões bimestrais; * Discussão assuntos tratados nas reuniões diagnósticas e bimestrais.
Reunião Bimestral	Após o fechamento de cada bimestre	* Reunião do conselho de classe; * Discussão de assuntos do interesse da turma; * Avaliação (núcleo gestor, corpo docente, autoavaliação dos alunos); * Verificação do quadro de notas e infrequência; * Elaboração de estratégias para possíveis intervenções; * Atribuição de uma nota conceitual aos alunos na Formação para Cidadania

ANEXOS

Anexo 1. Tela de login SIGE Diretor de Turma. Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

The image shows a web browser window displaying the login page for the SIGE system. The page has a green header bar at the top with the text "Sistema Professor Diretor de Turma". Below the header, the text "SECRETARIA DA EDUCAÇÃO" and "Governo do Estado do Ceará" is displayed. The main content area is titled "Área Restrita" and contains a login form with two input fields: "Nome:" and "Senha:". Below the "Senha:" field is a link that says "Esqueceu a senha?". A green "Enviar" button is located at the bottom of the form. In the bottom right corner of the browser window, the date and time "21/10/2015 - Quarta-feira" is visible.

Anexo 2. Projeto Diretor de Turma/ SEDUC-CE - Práticas Pedagógicas

PROJETO PROFESSOR DIRETOR DE TURMA (SEDUC/CE)

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:

- 1. DOSSIÊ DA TURMA:**
Conjunto de instrumentais que permite à escola agir pedagogicamente sobre as diferentes realidades diagnosticadas.
- 2. MAPEAMENTO DE SALA:**
Intervenção pedagógica de gestão da sala de aula, que desmassifica o ensino, qualifica as práticas pedagógicas e melhora o desempenho dos estudantes.
- 3. CONSELHO DE TURMA:**
Órgão colegiado que, a partir do diagnóstico da turma, planeja, executa e avalia práticas pedagógicas, com vistas à melhoria do desempenho acadêmico dos alunos em todos os aspectos.
- 4. ATENDIMENTO A PAIS OU RESPONSÁVEIS PELOS ESTUDANTES:**
Parceria indispensável que fomenta ações colaborativas entre escola e família, assegurando a permanência e a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes.
- 5. FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA:**
Área curricular transversal que estimula a reflexão e a ressignificação de valores, atitudes e comportamentos, levando estudantes a assumir novas formas de ser e de conviver.
- 6. ESTUDO ORIENTADO:**
Área curricular transversal que apoia alunos na aquisição e/ou desenvolvimento de competências e métodos de estudo capazes de estimular a autonomia e o protagonismo estudantil.
- 7. ATENDIMENTO INDIVIDUAL AO ALUNO:**
Ação pedagógica que personaliza e diversifica as relações de ensino-aprendizagem, com vistas à permanência do aluno na escola, ao desenvolvimento de competências inter e intrapessoal e à melhoria de seu desempenho acadêmico.



Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem - CODEA

Anexo 3. Tela Inicial do Sistema Sige Escolar

Anexo 4. Tela Inicial ao logar no sistema SIGE Diretor de turma

The screenshot displays the initial login screen for the SIGE system. At the top, a green header bar contains the text 'Sistema Professor Diretor de Turma' on the left and 'Usuário: 01034182374' on the right. Below the header, the logo for 'SECRETARIA DA EDUCAÇÃO Governo do Estado do Ceará' is prominently displayed. To the right of the logo, the text 'Último Acesso: 21/10/2015 - 01:01' and 'Unidade de Trabalho: EEFM' is visible, along with a user profile icon. A green bar at the top right shows the date and time: '21/10/2015 - Quarta-feira'. Below the header, a navigation menu contains several buttons: 'Opções', 'Organizadores', 'Instrumentais', 'Portfólio', 'Relatórios', and 'Gráficos'. In the center of the page, a white box with a green border contains a welcome message: 'Seja bem vindo(a)! Esta é a sua área administrativa, através dela, você poderá facilmente utilizar o sistema'. The background is white with a green horizontal line at the bottom.

Anexo 5. Menu Opções

Sistema Professor Diretor de Turma sair

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Governo do Estado do Ceará

Usuário: 01034182374
Último Acesso: 08/10/2015 - 22:53
Unidade de Trabalho: **EEFM** 

08/10/2015 - Quinta-feira

Opções ▾ Organizadores ▾ Instrumentais ▾ Portfólio ▾ Relatórios ▾ Gráficos ▾

Campos com **Capa** chimento obrigatório.

Gerar **Índice**

Separadores ▶

Nome: **DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA** ▾

Turma: * **1ª Série | Ensino Médio | Regular | Manhã - A** ▾

 **Gerar**

© 2012 - Governo do Estado do Ceará - Todos os direitos reservados

Anexo 6. Menu Organizadores.

Sistema Professor Diretor de Turma sair

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Governo do Estado do Ceará

Usuário: 01034182374
Último Acesso: 08/10/2015 - 22:53
Unidade de Trabalho: EEFM

08/10/2015 - Quinta-feira

Opções ▾ Organizadores ▾ Instrumentais ▾ Portfólio ▾ Relatórios ▾ Gráficos ▾

Campos com chimento obrigatório.

Gerar

Separadores ▾

- 1º Grupo ▾
 - 1. Horário do Professor Diretor de Turma
 - 2. Horário da Turma
 - 3. Calendário Escolar
 - 4. Registro Fotográfico da Turma
 - 5. Mapeamento da Sala
 - 6. Caracterização da Turma
 - 7. Convocatórias de Reuniões
 - 8. Atas de Reuniões
- 2º Grupo ▾
- Todos

Gerar

© 2012 - Governo do Estado do Ceará. Todos os direitos reservados

Anexo 7. Exemplo de capa do Dossiê gerado pelo Sistema

		
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA E DA APRENDIZAGEM - CODEA SEFOR - SUPERINTENDÊNCIA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE FORTALEZA		
DOSSIÊ DO PROFESSOR DIRETOR DE TURMA		
ESCOLA 23071044 - EEFM DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA		
DIRETOR(A) DE TURMA JARDEL MAX SILVEIRA PINTO		
ANO/SÉRIE 1ª Série	TURMA A	TURNOS Manhã
FORTALEZA - CE 2015		

Anexo 8: Menu Instrumentais.

sigeseduc.ce.gov.br

Sistema Professor Diretor de Turma

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Governo do Estado do Ceará

Usuário: 01034182374
Último Acesso: 08/10/2015 - 22:53
Unidade de Trabalho: EEFM

08/10/2015 - Quinta-feira

Opções Organizadores Instrumentais Portfólio Relatórios Gráficos

Campos com * (asterisco) são obrigatórios

Pesquisa Horário do Professor

Ano Letivo: * 2015
Escola: * 23071044

Consultar

Horários

- Relatório Horário do Professor Diretor de Turma
- Relatório Horário da Turma

Registro Fotográfico

Relatório Registro Fotográfico

Relatório Mapeamento de Sala

Atas

Registros

Horário do Professor Diretor

Situação	Visualização	Código	Turma	Ano
●		18509	1ª Série Ensino Médio Regular Manhã - A	2015
●		15217	1ª Série Ensino Médio Regular Manhã - B	2015
●			1ª Série Ensino Médio Regular Manhã - C	2015
●		15995	1ª Série Ensino Médio Regular Manhã - D	2015
●		14789	1ª Série Ensino Médio Regular Noite - H	2015
●		16942	1ª Série Ensino Médio Regular Tarde - E	2015
●		16331	1ª Série Ensino Médio Regular Tarde - F	2015
●			1ª Série Ensino Médio Regular Tarde - G	2015

Anexo 11. Registro Fotográfico Gerado.

Sistema Professor Diretor de Turma sair

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Governo do Estado do Ceará

Usuário: 01034182374
 Último Acesso: 08/10/2015 - 22:53
 Unidade de Trabalho: EEFM

08/10/2015 - Quinta-feira

Opções ▾
Organizadores ▾
Instrumentais ▾
Portfólio ▾
Relatórios ▾
Gráficos ▾

Campos com * (asterisco) são de preenchimento obrigatório.

Pesquisa Registro Fotográfico

Ano Letivo: * 2015 ▾

Escola: * 23071044 - EEFM DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA ▾

Turma: * 1ª Série | Ensino Médio | Regular | Manhã - A ▾

Consultar

Registro Fotográfico

Edição	Impressão	Turma	Escola	Ano
		A	EEFM DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA	2015

© 2012 - Governo do Estado do Ceará - Todos os direitos reservados

Anexo 12. Opção de editar o registro fotográfico gerado no sistema.

Sistema Professor Diretor de Turma

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Governo do Estado do Ceará

Usuário: BRANCO
Último Acesso: 11/08/2012 - 14:27
Unidade de Trabalho: EEFM

11/08/2012 - Sábado

Opções Cadastro Relatórios Gráficos

Registro Fotográfico

Turma: C - EEFM ALFREDO GOMES

Líder da Turma: JULIANA BARBOZA DE SOUZA

Vice-líder da Turma: LUIZIA DOS SANTOS ROCHA

1 - ALAN KARDEC PEREIRA PEREIRA	2 - ANA KELYA LEITAO DO NASCIMENTO	3 - ANDREANE DO NASCIMENTO SILVA	4 - ANTONIA ALICE DE OLIVEIRA SERRAO	5 - ANTONIA APARECIDA RODRIGUES LINO CUNHA	6 - ANTONIA CARLA ALVES LIMA
7 - ANTONIA DE MARIA DONALVES DE GARRALHO	8 - ANTONIA ELISABELE ALVES DA SILVA	9 - ANTONIA JAQUELINE MORAIS SOUSA	10 - AURENE VERANHO ARAUJO	11 - CARLOS EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA JUNIOR	12 - FRANCISCA MICHELLE DOS SANTOS RODRIGUES
13 - FRANCISCO DAS CHACAS DA SILVA SOUSA	14 - FRANCISCO JEFFERSON MARTINS LIMA	15 - JOAO PAULO ARAUJO LIMA	16 - JOSE EDSON AZEVEDO MESSUTA	17 - JULIANA BARBOZA DE SOUZA	18 - LEONARDO MOREIRA DE SOUSA

Anexo 13. Registro Fotográfico de Sala gerado de uma turma aleatória.

**Colégio
Dona Hilza**

**PROFESSOR DIRETOR DE TURMA - PDI
EEFM DONA HILZA DIDGO DE OLIVEIRA**



REGISTRO FOTOGRAFICO

DIRETOR(A) DE TURMA: **JARDEL MAX SILVEIRA PINTO**

TURMA: **A**

2015

ANOSÉRIE: **1ª Série | Ensino Médio | Regular | Manhã**

 38178163ALANA FERREIRA DOS SANTOS	 38178163ALICIA MARTINS CARVALHO RIBEIRO	 38178163ALAN FICHARO APALUO AMARO RIBEIRO	 38178163ANAYARA TRAVASSOS DA COSTA	 38178163ANDREZA FERREIRA DE BELARMINO	 38178163ANTONIO ALONSO LOPES ALVES
 38178163ANIELA FERREIRO FERREIRA	 38178163ARILDO LIMA PINHEIRO	 38178163ARIELLE FREITAS RODRIGUES	 38178163ARIEL ALVES DE CASTRO	 38178163ARISTON BARBOSA MONTEIRO	 38178163ARISTO ANALLIS FERREIRO
 38178163ARLETE DA SILVA DE SOUSA	 38178163ARLON DA SILVA GOMES	 38178163ARLONNE GOMES DA SILVA	 38178163ARLONNE SAMARA SOUSA MENDES	 38178163ARLON FERREIRA FERREIRA	 38178163ARLON RODRIGUES GOMES
 38178163ARLON RODRIGUES DA PAZ ALVES	 38178163ARLONNE SILVA TEIXEIRA DE FORTES	 38178163ARLONNE ALVES DE SOUSA	 38178163ARLONNE OLIVEIRA FERREIRA	 38178163ARLON THALES RODRIGUES DA SILVA OLIVEIRA	 38178163ARLON OLIVEIRA DOS SANTOS
 38178163ARLONNE DA SILVA CARVALHO	 38178163ARLONNE FELIPE DA SILVA CARVALHO MACHADO	 38178163ARLONNE TAVAN FERREIRA OLIVEIRA DOS SANTOS	 38178163ARLONNE ALVES DA SILVA DE AZEVEDO	 38178163ARLONNE DA SILVA PINHEIRO	 38178163ARLONNE POLIANA DE CASTRO ALBUQUERQUE
 38178163ARLONNE FERREIRO DE SOUSA	 38178163ARLONNE ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA	 38178163ARLONNE CARVALHO MACHADO	 38178163ARLONNE RODRIGUES DE CASTRO	 38178163ARLONNE MACHADO DA SILVA	

VICE-DIRETOR DA TURMA: **LUCAS ORIENTAL DE BRITO SOUSA**

VICE-DIRETOR DA TURMA: **RODRIGO DA SILVA PONTES**

Anexo 14. Ata gerada pelo sistema.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ Secretaria de Educação		PROFESSOR DIRETOR DE TURMA - PDT				
		ESCOLA: 3307104 - EEM DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA				
CONVOCATÓRIA N° ____ DA REUNIÃO BIMESTRAL - CONSELHO DE TURMA						
Convocamos os(es) senhores(es) professores(es) para as Reuniões de Conselho de Turma de Avaliação Bimestral, concernentes ao ____ período letivo, de acordo com a pauta de trabalho e o calendário abaixo:						
PAUTA DE TRABALHO:						
1. Informações do Núcleo Gestor; 2. Análise e Reflexão do Diretor de Turma sobre a Dinâmica da Turma; 3. Análise e Reflexão dos Representantes de Pais ou Responsáveis e dos Alunos sobre a Dinâmica da Turma; 4. Apreciação Qualitativa (Coleta de Informações, Formação para o Cidadão e Saúde Orientada) e Quantitativa por Aluno; 5. Apreciação Global da Turma nos Aspectos Cognitivo, Afetivo e Eventuais Situações de Superação; 7. Planos de Apoio e Complemento Educativo (Acompanhamento e Recuperação); 8. Outros assuntos.						
CALENDÁRIO DE REALIZAÇÃO DE REUNIÕES:						
____/____/____						
SÉRIE/ANO/TURMA	TURNO	HORÁRIO	SÉRIE/ANO/TURMA	SECRETÁRIA(A) DA REUNIÃO		
____/____/____						
SÉRIE/ANO/TURMA	TURNO	HORÁRIO	SÉRIE/ANO/TURMA	SECRETÁRIA(A) DA REUNIÃO		
____/____/____						
SÉRIE/ANO/TURMA	TURNO	HORÁRIO	SÉRIE/ANO/TURMA	SECRETÁRIA(A) DA REUNIÃO		
____/____/____						
SÉRIE/ANO/TURMA	TURNO	HORÁRIO	SÉRIE/ANO/TURMA	SECRETÁRIA(A) DA REUNIÃO		
____/____/____						
SÉRIE/ANO/TURMA	TURNO	HORÁRIO	SÉRIE/ANO/TURMA	SECRETÁRIA(A) DA REUNIÃO		
____/____/____						
_____ - CE, ____ / ____ / ____ _____ DIRETOR(A) ESCOLAR						
Português (Brasil)						

Anexo 15. Menu Portfólio.

Sistema Professor Diretor de Turma sair

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Governo do Estado do Ceará

Usuário: 01034182374
Último Acesso: 09/10/2015 - 01:54
Unidade de Trabalho: **EEFM**

09/10/2015 - Sexta-feira

Opções ▾ Organizadores ▾ Instrumentais ▾ **Portfólio ▾** Relatórios ▾ Gráficos ▾

- Ficha Biográfica ▶ Consulta
- Autoavaliação Global ▶
- Comunicado aos Pais - Horário de Atendimento
- Registro de Avaliação
- Relatorio de Registro de Avaliação
- Registros de Atend. a Pais/Responsáveis
- Registros de Atendimento a Alunos
- Comunicado de Reunião - Pais/Responsáveis
- Informação sobre o Apoio Pedagógico
- Registro de Intervenção Disciplinar
- Informação a Pais/ Resp. - Aula de Campo

Bem vindo(a)!
Via administrativa, através dela, você pode facilmente utilizar o sistema

© 2015 Ceará - Todos os direitos reservados

Anexo 16. Fichas biográficas.

Sistema Professor Diretor de Turma sair

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
 Governo do Estado do Ceará

Usuário: PROFTESTE
 Último Acesso: 03/07/2012 - 15:34
 Unidade de Trabalho: EEM

03/07/2012 - Terça-feira

Opções - Cadastro - Relatórios -

Campos com * (asterisco) são de preenchimento obrigatório.

Pesquisa de Ficha Biográfica

ESCOLA: * 23164808 - EEM GOV. ADAUTO BEZERRA

TURMA: * 1ª Série | ENSINO MÉDIO | ENSINO REGULAR | Manhã - A

Aluno:

Ficha Biográfica

Situação		Matrícula	Aluno	
		1584279	ADRIANO ANDRADE MARCULINO	
		1567619	AGMO ESTEVAM DE OLIVEIRA	
		1568665	AMANDA MILLENNY LIMA DE OLIVEIRA	
		1512842	ANA CARLA PEREIRA RIBEIRO	
		1512901	ANA CLEIDE DOS SANTOS SILVA	
		1552540	ANTONIA CANDIDO DO NASCIMENTO FILHA	
		43055	ARLINDO GOMES DOS REIS	
		1612618	BARBARA NAJARA ALVES MENDES	
		1568760	CICERO RAFAEL OLIVEIRA ALCANTARA	
		1512996	CLEICLENIA PEREIRA ALVES	

Anexo 17. Dados para preenchimento da ficha biográfica.

Opções ▾ Cadastro ▾ Relatórios ▾

Campos com * (asterisco) são de preenchimento obrigatório.

Ficha Biográfica

Dados Aluno

Aluno(e): ADRIANO ANDRADE MARCULINO Matrícula: 1584279 Ano/Série: 1ª Série Turma: A Ano Letivo: 2012
Idade: 15 Dt. Nascimento: 15/1/97 Naturalidade: JUAZEIRO DO NORTE
Endereço: RUA JAIME DORCY - JOAO CABRAL Tel:
Município: JUAZEIRO DO NORTE CEP: 63000000

Dados Responsável

Responsável Pelo(a) Aluno(a): ANGELA FERREIRA DE ANDRADE Parentesco: Mãe
Endereço: RUA JAIME DORCY - JOAO CABRAL Tel(Residência):
Município: JUAZEIRO DO NORTE CEP: 63000000
Tel(Emprego): Profissão: Seleciona... ▾
Situação Profissão: Seleciona... ▾

➔ **ABAS DE PREENCHIMENTO DA FICHA BIOGRÁFICA**

Anexo 18. Registro de atendimento de Pais e Responsáveis no Sistema de Diretor de Turma.

Sistema Professor Diretor de Turma sair

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Governo do Estado do Ceará

Usuário: 01034182374
Último Acesso: 09/10/2015 - 01:54
Unidade de Trabalho:

09/10/2015 - Sexta-feira

Opções ▾ Organizadores ▾ Instrumentais ▾ Portfólio ▾ Relatórios ▾ Gráficos ▾

Campos com * (asterisco) são de preenchimento obrigatório.

Registro de Atendimento a Pais/Responsáveis

Escola: *

Turma: *

Alunos

Visualização	Matrícula	Aluno
	3432112	AMOS GASPAR DE OLIVEIRA
	2808009	ANA MARA DA SILVA GOMES
	1401424	ANTONIA VANESSA TAVARES MARIANO
	2071922	ARMANDO QUEIROZ DE LAVOR
	2808006	BRENDHA MARIA MONTEIRO VIEIRA
	2797249	DANIEL SAMPAIO DIONIZIO
	2794700	FRANCISCA TAYNARA SILVA SEVERINO
	2797218	GABRIEL SAMPAIO DIONIZIO
	1833508	GLENDEMBERG DO NASCIMENTO BARROSO
	2808008	IANNE KESIA DOS SANTOS ARANHA

Anexo 19: Registro de atendimento de Pais e Responsáveis Gerado pelo Sistema.**REGISTROS DE ATENDIMENTO A PAIS OU RESPONSÁVEIS**

PAI OU RESPONSÁVEL: ISABEL CRISTINA ALVES ALUNO: AMOS GASPAR DE OLIVEIRA ANO/SÉRIE: 1ª Série TURMA: B TURNO: Manhã

DATA	RESPONSÁVEL ATENDIDO(A)	ASSUNTOS TRATADOS	ENCAMINHAMENTOS	ASSINATURA DO(A) RESPONSÁVEL

Assuntos possíveis de tratar: aproveitamento, assiduidade e pontualidade, comportamento, relação com os colegas, professores e funcionários, atividades escolares de casa e participação nas aulas, rotinas e métodos de estudo, materiais necessários ao desenvolvimento das aulas, organização, autonomia, autoconfiança, autoestima, timidez, nervosismo, apatia, agressividade, doenças, problemas econômicos, familiares, de moradia, de transporte e de inserção social. Sempre enfatizar os aspectos positivos dos alunos, como forma de estimulá-los.

Anexo 20. Registro de atendimento de Alunos no Sistema de Diretor de Turma.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
 Governo do Estado do Ceará

Último Acesso: 09/10/2015 - 01:54
 Unidade de Trabalho:

09/10/2015 - Sexta-feira

Opções ▾ Organizadores ▾ Instrumentais ▾ Portfólio ▾ Relatórios ▾ Gráficos ▾

Campos com * (asterisco) são de preenchimento obrigatório.

Registro de Atendimento a Alunos

Escola: *

Turma: *

Alunos		
Visualização	Matrícula	Aluno
	3451892	ALANA FERREIRA DOS SANTOS
	3095486	ALEXIA MARTINS CARDOZO BEZERRA
	3451914	ALLAN RICHARD ARAUJO AMADO BEZERRA
	2797225	ANA VITORIA MAGALHAES E SILVA
	1830152	ANA VITORIA TAVARES DA COSTA
	3093329	ANDERSON RODRIGUES BELARMINO
	3432143	ANTONIO ANGELO LOPES ALVES
	3093655	ARIELE RIBEIRO FERREIRA
	2506785	BRUNO LIMA PEIXOTO
	3452150	CALINE LINDOLFO RODRIGUES
	2071817	DANIEL ALVES DE CASTRO
	3093774	ERIK BARBOSA MONTEIRO

Anexo 21. Registro de informações sobre Intervenção Disciplinar.

Sistema Professor Diretor de Turma sair

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Governo do Estado do Ceará

Usuário: 01034182374
 Último Acesso: 09/10/2015 - 01:54
 Unidade de Trabalho: EEFM

09/10/2015 - Sexta-feira

Opções ▾ Organizadores ▾ Instrumentais ▾ Portfólio ▾ Relatórios ▾ Gráficos ▾

Campos com * (asterisco) são de preenchimento obrigatório.

Informações sobre o Apoio Pedagógico

Escola: * --- SELECIONE ---

Data do Comunicado:

Data de Início do Apoio:

Observações:

Horário

Hora da Aula:

Segunda: --- SELECIONE ---

Terça: --- SELECIONE ---

Quarta: --- SELECIONE ---

Quinta: --- SELECIONE ---

Sexta: --- SELECIONE ---

	Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Nenhum item encontrado.						

Anexo 22. Documento criado com as informações sobre a intervenção disciplinar.

<p>GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</p> <p>PROFESSOR DIRETOR DE TURMA - PDT</p> <p>ESCOLA: 23071044 - EEFM DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA</p> 	<p>GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</p> <p>PROFESSOR DIRETOR DE TURMA - PDT</p> <p>ESCOLA: 23071044 - EEFM DONA HILZA DIOGO DE OLIVEIRA</p> 
<p>REGISTRO DE INTERVENÇÃO DISCIPLINAR</p>	<p>REGISTRO DE INTERVENÇÃO DISCIPLINAR</p>
<p>_____, professor(a) que leciona a disciplina _____, vem, por este meio, informar ao(a) diretor(a) de turma do/da ____ano/série____, da turma _____, que o(a) aluno(a) _____, nº _____ teve um comportamento inadequado no dia ____/____/____, pelas _____ horas, no(a) _____, local onde se encontrava. Em consequência disso, tomei a seguinte atitude:</p>	<p>_____, professor(a) que leciona a disciplina _____, vem, por este meio, informar ao(a) diretor(a) de turma do/da ____ano/série____, da turma _____, que o(a) aluno(a) _____, nº _____ teve um comportamento inadequado no dia ____/____/____, pelas _____ horas, no(a) _____, local onde se encontrava. Em consequência disso, tomei a seguinte atitude:</p>
<p>() ordem de saída da sala de aula () advertência () outro(s): _____</p>	<p>() ordem de saída da sala de aula () advertência () outro(s): _____</p>
<p>Descrição da situação:</p>	<p>Descrição da situação:</p>
<p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>O comportamento observado neste(s) aluno(a) é:</p>	<p>O comportamento observado neste(s) aluno(a) é:</p>
<p>() 1ª vez () Reincidente (pouco frequente) () Reincidente (frequente)</p>	<p>() 1ª vez () Reincidente (pouco frequente) () Reincidente (frequente)</p>
<p>Tendo em vista a situação descrita acima, considero conveniente que o(a) diretor(a) de turma tome a(s) seguinte(s) medida(s):</p>	<p>Tendo em vista a situação descrita acima, considero conveniente que o(a) diretor(a) de turma tome a(s) seguinte(s) medida(s):</p>
<p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>Encaminhamentos do(a) Professor(a) Diretor(a) de Turma:</p>	<p>Encaminhamentos do(a) Professor(a) Diretor(a) de Turma:</p>
<p>_____</p> <p>_____</p>	<p>_____</p> <p>_____</p>
<p>_____ Professor(a) (Encaminhado em: ____/____/____)</p>	<p>_____ Diretor(a) de Turma (Recebido em: ____/____/____)</p>

Anexo 23. Ficha de caracterização de uma turma escolhida aleatoriamente.



FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA TURMA

PROFESSOR(A) DIRETOR(A) DE TURMA: JARDEL MAX SILVEIRA PINTO

ANO/SÉRIE: 1ª Série | Ensino Médio | Regular | Manhã

TURMA: A

TURNO: Manhã

ANO LETIVO: 2015

Nº	Nome	Sexo	Idade	Profissão		Idade Mãe	Idade Pai	Escolaridade		Zona Urbana	Responsável	Problemas de Saúde	Repetente	Benefício	Transporte casa <-> escola	Distância casa <-> escola	Utilização do Computador	Ocupação nos Tempos Livres / Atividades		
				Pai	Mãe			Pai	Mãe									Atividades de Lazer	Ver Televisão	Atividades Diversas
1	ALANA FERREIRA DOS SANTOS	F	15	Vigia	Chefe de Cozinha	40	42	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	1	Mãe	VISUAL	Não	Não	Pé	< 1 km	Trabalho, Internet, Acesso às Redes Sociais	Atividade de Lazer: Casa de Show, Agente de TI, 800, Cinema, Convênio, Trabalho, Lazer	Ver Televisão: Desporto Amador, Pês, Respostas, Outros Esportes	Ajudar no Ofício dos Pais / Respostas, Ajudar em Casa, Prática Religiosa
2	ALEXIA MARTINS CARROZO BEZERRA	M	15	Supervisor de Vendas	Escritária Contábil em Franquia	34	32	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	2	Mãe	VISUAL	Não	Sim	Pé	< 1 km	Trabalho, Internet, Acesso às Redes Sociais, Jogos de Dinheiro	Atividade de Lazer: Aguardar Música, Cinema, Lazer, Futebol	Ver Televisão: Desporto Amador, Televisão, Filmes	Ajudar em Casa
3	ALUIZ RICARDO ASSIULO MAIÃO BEZERRA	M	15	Outro	Outro	1	43	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO		Mãe	VISUAL	Não	Sim	Pé	< 1 km	Internet, Acesso às Redes Sociais, Jogos de Dinheiro	Atividade de Lazer: Casa de Show, Agente de TI, 800, Cinema, Convênio, Trabalho, Lazer	Ver Televisão: Televisão, Filmes, Outros Esportes, Programa de Auditório	Prática Religiosa
4	ANA VITÓRIA TAVARES DA COSTA	F	15	Outra	Marcure	35	35	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	2	Mãe	VISUAL	Não	Sim	Pé	< 1 km	Jogos/Programas de Dinheiro, Acesso às Redes Sociais	Atividade de Lazer: Aguardar Música, Cinema, Lazer	Ver Televisão: Desporto Amador, Televisão, Filmes	Ajudar em Casa
5	ANDERSON RODRIGUES BELARMINO	M	16	Outro	Outro	36	41	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	1	Mãe	Não	Não	Não	Pé	< 1 km	Trabalho, Jogos/Programas de Dinheiro, Acesso às Redes Sociais	Atividade de Lazer: Aguardar Música, Agente de TI, 800, Cinema, Convênio, Trabalho, Lazer, Futebol	Ver Televisão: Desporto Amador, Televisão, Filmes, Outros Esportes, Programa de Auditório	Ajudar no Ofício dos Pais / Respostas, Ajudar em Casa
6	BRIANO LIMA FERREIRO	M	16	Contador de Franquia	Escritária Contábil em Franquia	38	38	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO		Mãe	OUTRAS	Não	Não	Pé	< 1 km	Jogos/Programas de Dinheiro, Acesso às Redes Sociais, Jogos de Dinheiro	Atividade de Lazer: Aguardar Música, Cinema, Convênio, Trabalho, Lazer, Futebol	Ver Televisão: Desporto Amador, Televisão, Filmes, Outros Esportes	Ajudar no Ofício dos Pais / Respostas, Ajudar em Casa, Prática Religiosa
7	DANIEL AVES DE CASTRO	M	15	Outro	Outro	50	40	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	1	Mãe	Não	Não	Sim	Pé	1 a 4,9 km	Jogos/Programas de Dinheiro, Acesso às Redes Sociais	Atividade de Lazer: Aguardar Música, Cinema, Convênio, Trabalho, Lazer, Futebol	Ver Televisão: Desporto Amador, Televisão, Filmes, Outros Esportes	Ajudar no Ofício dos Pais / Respostas, Ajudar em Casa
8	FERNANDO RAFAEL RIBEIRO	M	17	Padre	Chambelão	150	42	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	2	Mãe	VISUAL	Não	Não	Pé	< 1 km	Jogos/Programas de Dinheiro, Acesso às Redes Sociais	Atividade de Lazer: Aguardar Música, Cinema, Convênio, Trabalho, Lazer, Futebol	Ver Televisão: Desporto Amador, Televisão, Filmes	Ajudar no Ofício dos Pais / Respostas, Ajudar em Casa

Anexo 25. Disciplinas apontadas como dificuldade dos alunos.

SÉRIE: 1ª Série | Ensino Médio | Regular | Manhã

TURMA: A

ANO LETIVO: 2015

DIFICULDADES DOS ALUNOS POR DISCIPLINA

ARTE

DANIEL ALVES DE CASTRO

RODRIGO DA SILVA PONTES

BIOLOGIA

ERIK BARBOSA MONTEIRO

IZABELLE GOMES DA SILVA

JESSICA RAIANE SOUSA VIEIRA

LUANA NAGILA SILVA CARVALHO

RODRIGO DA SILVA PONTES

SABRINA HOLANDA DE CASTRO ALENCAR

EDUCAÇÃO FÍSICA

BRUNO LIMA PEIXOTO

GABRIELE SILVA DE SOUSA

JULLY NAYLLA TEIXEIRA DE FREITAS

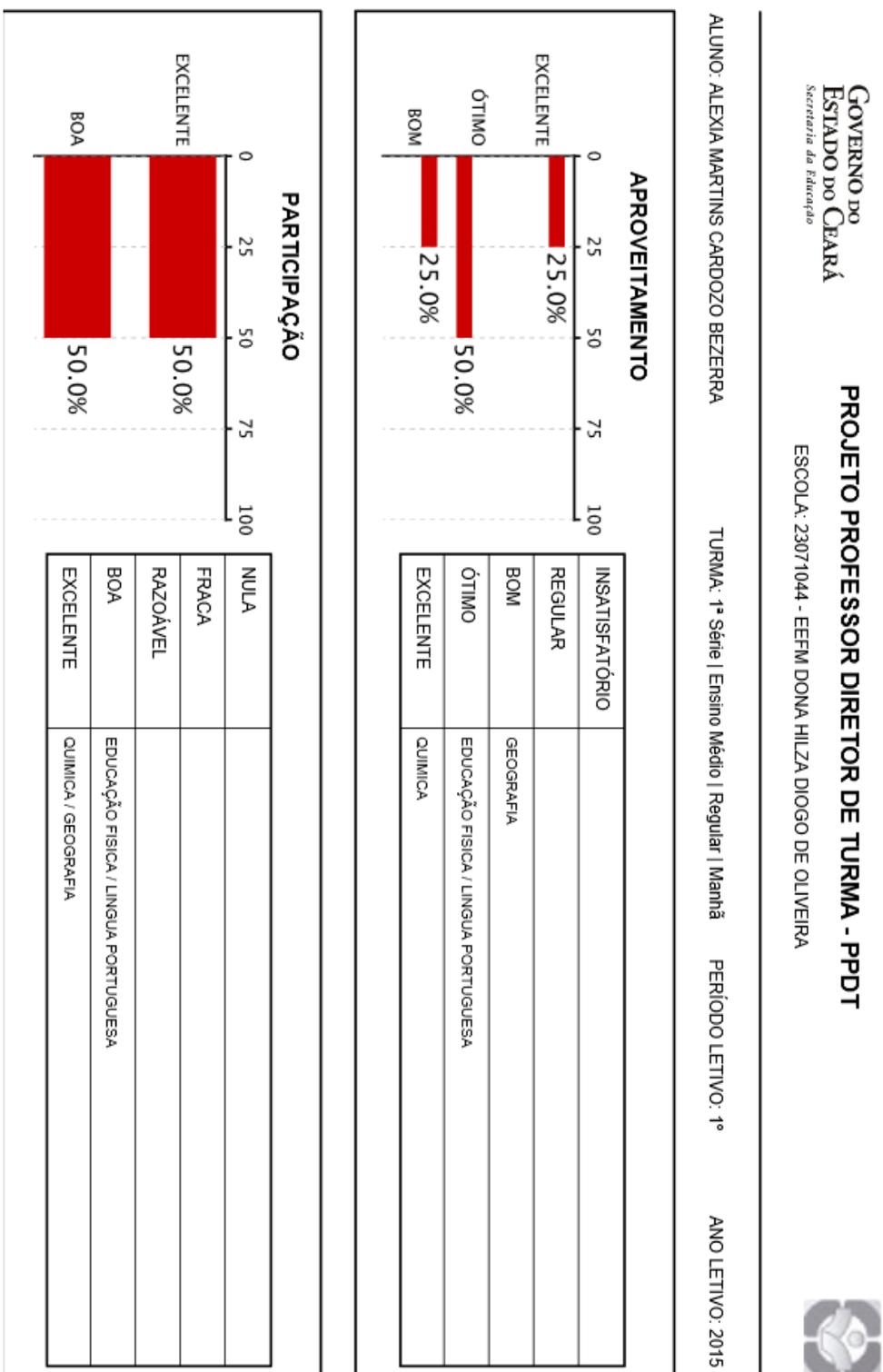
RODRIGO DA SILVA PONTES

FILOSOFIA

BRUNO LIMA PEIXOTO

IGOR DA SILVA GOMES

Anexo 26. Figura 36: Registro de Avaliação Qualitativa.



LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Seção IV

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (Revogado pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Regulamento) (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (Incluído pela Lei nº 12.416, de 2011)

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Regulamento)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelecem vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica. (Revogado pela nº 11.788, de 2008)

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO Paulo Renato Souza

PROJETO DE LEI

Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020) constante do Anexo desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição.

Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020: I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino;

V - formação para o trabalho;

VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;

VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;

IX - valorização dos profissionais da educação; e

X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PNE - 2011/2020, desde que não haja prazo inferior definido para metas específicas.

Art. 4o As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5o A meta de ampliação progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência dessa Lei, podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PNE - 2011/2020.

Art. 6o A União deverá promover a realização de pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PNE - 2011-2020 e subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação para o decênio 2021-2030.

Parágrafo único. O Fórum Nacional de Educação, a ser instituído no âmbito do Ministério da Educação, articulará e coordenará as conferências nacionais de educação previstas no caput. Art. 7o A consecução das metas do PNE - 2011/2020 e a implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1o As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 2o Os sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão prever mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PNE - 2011/2020 e dos planos previstos no art. 8o.

§ 3o A educação escolar indígena deverá ser implementada por meio de regime de colaboração específico que considere os territórios étnico-educacionais e de estratégias que levem em conta as especificidades socioculturais e lingüísticas de cada comunidade, promovendo a consulta prévia e informada a essas comunidades.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE - 2011/2020, no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º Os entes federados deverão estabelecer em seus respectivos planos de educação metas que considerem as necessidades específicas das populações do campo e de áreas remanescentes de quilombos, garantindo equidade educacional.

§ 2º Os entes federados deverão estabelecer em seus respectivos planos de educação metas que garantam o atendimento às necessidades educacionais específicas da educação especial, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação no prazo de um ano contado da publicação desta Lei.

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE - 2011/2020 e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo 3 escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.

§ 1º O IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, vinculado ao Ministério da Educação,

§ 2º O INEP empreenderá estudos para desenvolver outros indicadores de qualidade relativos ao corpo docente e à infraestrutura das escolas de educação básica.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.